



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC

FABIO VALENTE DE MORAES

EDUCAR PELAS LEITURAS:
AÇÕES EDUCATIVAS COMO CONCEPÇÕES MORAIS E POLÍTICAS
VEICULADAS PELO JORNAL CORREIO MERCANTIL
(SALVADOR, 1838-1839)

Salvador
2017

FABIO VALENTE DE MORAES

**EDUCAR PELAS LEITURAS:
AÇÕES EDUCATIVAS COMO CONCEPÇÕES MORAIS E POLÍTICAS
VEICULADAS PELO JORNAL CORREIO MERCANTIL
(SALVADOR, 1838-1839)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade na Linha de Pesquisa I: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito

Salvador
2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

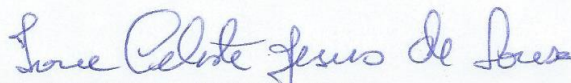
**EDUCAR PELAS LEITURAS: AÇÕES EDUCATIVAS COMO CONCEPÇÕES
MORAIS E POLÍTICAS VEICULADAS PELO JORNAL CORREIO
MERCANTIL (SALVADOR, 1838-1839)**

FABIO VALENTE DE MORAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 24 de agosto de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Gilmar Moreira Brito
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil



Profa. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil



Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em História
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I

Moraes, Fabio Valente de

Educar pelas leituras: ações educativas como concepções morais e políticas veiculadas pelo jornal Correio Mercantil (Salvador, 1838 – 1839) / Fabio Valente de Moraes. – Salvador, 2017.

149 f.

Orientador: Gilmário Moreira Brito

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, 2017.

Contém referências.

1. Correio Mercantil (Jornal: Salvador, Ba) - História. 2. Jornalismo – Aspectos políticos e morais - Bahia. 3. Análise do discurso – Aspectos políticos e morais. I. Brito, Gilmário Moreira. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD: 079.8142

Para Carine e Caiuá, minhas inspirações
para tanta coisa. Sem ela e sem ele nada disso teria acontecido.

AGRADECIMENTOS

À minha querida companheira Carine e ao meu amado filho Caiuá, a quem dedico esta dissertação. Ela por amorosamente me apoiar, pela sua compreensão e paciência, por ser fundamental nos momentos em que precisei de forças para continuar. Ele, simplesmente, pela sua existência, pelo seu sorriso que me fortalece, por já ter me ensinado muito, apesar de recém-chegado, por me proporcionar sensações que nunca tive e me humanizar a todo instante.

Ao meu orientador, Dr. Gilmário Moreira Brito, por ter confiado em mim, pela sua generosidade e sinceridade, por ter, de modo tão competente, me guiado e me ajudado tanto a transformar um sonho em algo concreto, por ter sido justo e respeitosamente duro nos momentos certos, pelo cuidado que nunca deixou de ter comigo e com nossa pesquisa.

À Dra. Ione Celeste Jesus de Souza e ao Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira, por aceitarem compor nossa banca examinadora desde a qualificação e por terem, de modo oportuno, competente e atencioso, feito observações e críticas que foram essenciais para o desdobramento da nossa pesquisa.

Às minhas tias, Aidil e Anna Simões, por terem contribuído tanto para a minha formação e por ainda serem tão condescendentes e solidárias comigo.

Aos meus avós paternos, Jerônimo de Moraes (*in memorian*) e Elza Simões (*in memorian*), alicerces primordiais na minha trajetória.

Ao meu pai, Paulo Alberto, à minha irmã, Fernanda, e aos meus irmãos, Victor e Paulinho, à minha madrastra, Bete, e ao meu cunhado, Dilton (Berê), ao meu primo e afilhado, Lucas, ao meu tio e compadre, Jorge (Baraúna), que sempre me encorajaram a persistir nos meus propósitos.

Ao meu estimado enteado, Vinícius, por me desafiar todos os dias a exercitar minha alteridade.

À minha mãe, Maria das Graças, e às minhas irmãs, Carol e Caroline, que mesmo distante, por causa dos percalços da vida, sei que sempre torceram por mim.

Ao meu sobrinho, Raul, e às minhas sobrinhas, Natalie, Sofia e Rebeca, por representarem a continuidade.

À Adriana e ao seu filho, Vinícius, pelo carinho espontâneo e fraternal que têm por minha família.

Às/aos minhas/meus colegas do Mestrado do PPGEduc, especialmente ao povo da Linha 1 – Eliene, Nailton, Janaína, Alex, Moisés, Ana Carla, Fernanda, Satie, Gerusa, Léo, Josi, Larissa, Joelma, Hamilton e Erisvaldo –, pelos prazerosos momentos que passamos juntos e por terem partilhado tanta coisa boa comigo.

Às/Aos docentes do PPGEduc, em especial ao Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder, à Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz, ao Dr. Luciano Costa Santos, ao Dr. Antonio Dias Nascimento, à Dra. Sueli Ribeiro Mota Souza, à Dra. Francisca de Paula Santos da Silva e ao Dr. Alfredo Eurico Rodrigues da Matta, por terem de modo competente e distinto colaborado intensamente nessa decurso.

Às/aos funcionárias/os do PPGEduc, em especial, à Sônia, à Aline e ao Sr. Antônio, pelo zelo e pelo acolhimento.

Às/aos estudantes de Ciências Sociais da UNEB, com quem, durante o Tirocínio Docente, no semestre 2016.1, muito aprendi e pude repartir minhas leituras.

Às/aos estudantes e às/aos minhas/meus colegas do Colégio Estadual Sara Violeta de Mello Kertész, por sempre me instigarem a não ceder à mediocridade e por ajudarem a fortificar minha militância pela Escola Pública.

Às velhas amigas do bairro de Brotas, singularmente ao amigo, Armando Ramos Vieira (Major), por humildemente dividir comigo seus saberes nas nossas aprazíveis prosas domingueiras de mesa de bar.

Ao Dr. Dilton Oliveira de Araújo, professor do tempo da Licenciatura em História da UFBA, que, na condição de aluno especial, reencontrei no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição e que muito me impulsionou a prosseguir no caminho da pesquisa.

Às/aos professoras/res e às/aos minhas/meus colegas da Especialização em História Social e Econômica do Brasil da Faculdade São Bento da Bahia (2006-2008), que me fizeram enxergar o que eu não via sobre mim mesmo, em especial ao professor Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro e ao colega Rafael Sancho Carvalho da Silva, que, sempre me estimularam a encarar a pesquisa e o mundo acadêmico.

RESUMO

Esta pesquisa é resultado da análise de duzentos e sessenta e três exemplares do jornal baiano “Correio Mercantil” – de mais de dois mil e duzentos disponíveis na Hemeroteca Digital do portal da Biblioteca Nacional. Utilizamos quarenta e nove números desse periódico para examiná-lo como empreendedor, entre outras possibilidades de leituras, de ações educativas em Salvador, produzindo, reproduzindo e fazendo circular, entre abril de 1838 e março de 1839, concepções morais e políticas que interessavam a determinados grupos sociais – comerciantes, proprietários, negociantes, empregados públicos e titulares (nobres) – cujos valores, alinhados à ordem vigente, alimentavam expectativas de serem utilizados e seguidos por outros grupos de menor visibilidade política na cidade. Assim, analisamos tensões sociais na capital da província da Bahia no contexto dos anos finais da década de 1830, como o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838), além de outras sublevações e desobediências rotineiras locais atribuídas pelo jornal aos sabinos e escravizados africanos. Nesse sentido, apreciamos as estratégias de leitura que os redatores e proprietários do “Correio Mercantil” – os irmãos João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna – usaram para elaborar ou disseminar conceitos em nome de determinados grupos sociais envolvidos com atividades relacionadas com a dinâmica comercial da cidade; e como esses escritores públicos – em suas atuações jornalísticas e educativas – fizeram do seu periódico um suporte de linguagem empenhado em receber, registrar de forma impressa e imagética opiniões, posicionamentos políticos e ideológicos de representantes incisivos de uma cultura letrada que experimentavam estampar no jornal o combate intransigente daquilo que consideravam perigo à manutenção das relações de poder do referido grupo.

Cientes da importância das tradições de oralidade constitutivas da maioria dos moradores da cidade, recorreram aos “boatos” como forma de repercutir e disseminar o medo, visando a composição de versões que fizessem proliferar ou preservar princípios tidos como apropriados àquela sociedade. A pesquisa foi realizada a partir de fontes documental e bibliográfica, como referencial teórico abordagens dos Estudos Culturais e da História Cultural que realizaram aproximações entre a produção e veiculação de informações e notícias em jornal, com leituras à “contrapelo” de valores morais e políticos produzidos por letrados para o consumo da sociedade mediante o suporte do jornal. Esse exercício de pesquisa possibilitou analisar o “Correio Mercantil”, tanto como fonte para a história, quanto meio de veiculação de concepções educativas, superando a superficialidade que pode limitá-lo a mera condição de documento histórico ou simples veículo de informação. Logo, procuramos ir além da transcrição – integral, abreviada ou fragmentada – sem problematização dos textos, tornando indispensável e crucial a análise das linhas e entrelinhas do que era estampado e útil à pesquisa.

Palavras-Chave: Correio Mercantil, Salvador, Ações educativas, Leituras, Concepções morais e políticas.

ABSTRACT

This research is the result of the analysis of two hundred and sixty-three copies of the Bahian newspaper “Correio Mercantil” – more than two miles and two hundred available in the Hemeroteca Digital of the portal of the Biblioteca Nacional. We used forty-nine issues of this periodical to examine him as an entrepreneur, among other possibilities of reading, of educational actions in Salvador, producing, reproducing and circulating, between April 1838 and March 1839, moral and political conceptions that interested certain social groups – merchants, owners, dealers, public and noble employees – whose values, aligned with the current order, fed by users and followers by other groups with less political visibility in the city. Thus, we analyze social tensions in the capital of the province of Bahia in the context of the late 1830s, such as the Levante dos Malês (1835) and the Sabinada (1837-1838), as well as other local upheavals and disobediences attributed by the newspaper to the sabinos and enslaved Africans. In this sense, we appreciate reading strategy and the editors and owners of “Correio Mercantil” – the brothers João Antonio and Luiz Antonio de Sampaio Vianna – used to elaborate or dispute concepts on behalf of certain social groups involved with activities related to the commercial dynamics From the city; and as these public writers – in their journalistic and educational updates – on behalf of the server and consultancies in progress, recorder of printed and imagistic form opinions, political positions and ideals of incisive representatives of a literate culture who tried to stamp on the newspaper the uncompromising combat of that which considered a danger to the maintenance of the power relations of that group.

Aware of the importance of the orality traditions constituted by the majority of the inhabitants of the city, they used “rumors” as a form of repercussion and diffusion, aiming at a composition of versions that make up the condom or the law. The research was carried out from documentary and bibliographical sources, as theoretical reference approaches of Cultural Studies and of Cultural History that realized approximations between a production and information of information and news in newspaper, with readings to the “contrapelo” of moral and political values produced by lawyers for the consumption of the society through newspaper support. This research exercise made it possible to analyze the “Correio Mercantil”, both as a source for history and as a means of disseminating educational concepts, surpassing a superficiality that may limit it to mere condition of historical document or simple vehicle of information. Therefore, we seek beyond transcription – integral, abbreviated or fragmented – without problematizing the texts, making an analysis of the lines and lines between the lines indispensable and crucial which is stamped and useful in the research.

Keywords: Correio Mercantil, Salvador, Educational actions, Readings, Moral and political conceptions.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Recorte da planta de Salvador (1894) com a provável localização da sede do jornal “Correio Mercantil”.....13
- Figura 2 Capa, em formato reduzido, do jornal “Correio Mercantil” de 2 abril de 1838.....14
- Figura 3 Recorte do cabeçalho do jornal “Correio Mercantil” de 10 de dezembro de 1836.....66
- Figura 4 Recorte do cabeçalho do jornal “Correio Mercantil” de 2 de abril de 1838.....67
- Figura 5 Recorte do cabeçalho do jornal “Correio Mercantil” de 2 de abril de 1838.....68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	INSURGÊNCIAS E TENSÕES EM SALVADOR SOB O OLHAR DA IMPRENSA PERIÓDICA E DA BIBLIOGRAFIA LOCAIS (1823-1839)	20
2.1	ENTRE O LEVANTE DOS PERIQUITOS (1824) E A SABINADA (1837-1838).....	21
2.2	CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DO “CORREIO MERCANTIL” SOBRE A SABINADA.....	29
2.3	A REVOLTA DOS MALÊS E A ROTINA DE TENSÕES ESCRAVAS EM SALVADOR.....	56
3	EDUCAR PELAS RECOMENDAÇÕES MORAIS E POLÍTICAS DO “CORREIO MERCANTIL” EM SALVADOR ENTRE 1838 E 1839	64
3.1	A OBSTINAÇÃO EDUCATIVA DE UM JORNALISMO INCIPIENTE.....	65
3.2	A EDUCAÇÃO NOS CIRCUITOS DAS LINGUAGENS ESCRITA E ORAL DE SALVADOR: REDATORES, LEITORES E OUVINTES.....	76
3.3	REDATORES (GAZETEIROS, ESCRITORES PÚBLICOS OU JORNALISTAS): AGENTES DE EDUCAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA.....	89
4	A APROPRIAÇÃO DAS TRADIÇÕES ORAIS PELO “CORREIO MERCANTIL” E O SENTIDO EDUCATIVO DOS BOATOS	104
4.1	A DISSEMINAÇÃO DE “TEMORES” COMO AÇÕES EDUCATIVAS DO “CORREIO MERCANTIL”.....	106
4.2	O SENTIDO EDUCATIVO DAS AÇÕES DE COMBATE DO “CORREIO MERCANTIL” À REBELDIA CORRIQUEIRA EM SALVADOR.....	117
4.3	CONCEPÇÕES MORAIS E POLÍTICAS NOS ANÚNCIOS DO “CORREIO MERCANTIL”.....	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	FONTES	139
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Em 4 de abril de 1838, no final da seção “Notícias Diversas”, na quarta e última página do jornal baiano “Correio Mercantil”, foi publicado o seguinte:

Recomendamos muito seriamente às vistas da Polícia, certos pretos que andam com chapéus de palha de um novo modelo, e que, nos dizem, ser uma seita particular. A Polícia que não durma. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 436, p. 4, 04 abr. 1838a).

Mesmo se tratando de uma nota sucinta e com poucos detalhes, consideramos muita coisa nessa queixa, apesar de sustentada pelo boato – sugerido pela expressão “nos dizem” –, o tom de alerta nitidamente visava induzir os leitores a confiar na versão ali veiculada. Como uma notícia de natureza acusatória, entre mais de seis notas que preenchiam parte de duas colunas da lauda derradeira do periódico, a recomendação do texto não demarcava somente uma demanda trivial de segurança pública, suscitando atenção que se alastravam para outros pontos tensos da cidade.

Assim, essa discreta nota de poucas linhas não deve ser subestimada, afinal, o que poderia ser apenas o vulto de uma rumorosa insubordinação rotineira, trazia nas suas entrelinhas elementos de projetos políticos e valores em confronto com um jornal de cunho conservador, que escreveu e publicou a notícia ansiando pela manutenção da ordem. Contudo, não o fazia unicamente por dedicação a uma causa coletiva, mas, pleiteava para si a sustentação de privilégios e uma maior proximidade com o poder. Não aspirava, apenas, que a polícia fosse mais enérgica com os “pretos” que estariam praticando uma “seita particular”¹. Lendo a denúncia historicamente contextualizada, as nuances indicam que, para além do que estava escrito e impresso, outras questões inquietavam os redatores-proprietários do “Correio Mercantil”; para combatê-las e propalar suas concepções morais e políticas, empregaram seu periódico obstinadamente, singularmente, como recurso de ações educativas entre o mundo letrado e as tradições de oralidade de Salvador.

Estimado como um dos jornais baianos mais importantes da primeira metade do século XIX, o “Correio Mercantil” – fundado por João Antonio de Sampaio Vianna em 1833 e com circulação em Salvador, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré e Jaguaripe – pode ser considerado um periódico de expressiva relevância para sua época. Mesmo integrando uma imprensa ainda precária, por ter superado duas décadas de vida – suas atividades somente foram encerradas em 1856 – foi um feito incomum para uma gazeta

¹ Pode se referir a atos religiosos ou opções de poder. Neste caso, naquele contexto, a ambos.

desse contexto (SODRÉ, 1999, p.155). Ao longo desse tempo, o “Correio Mercantil”, além de ter estado sob a propriedade, do fundador e principal redator, João Antonio de Sampaio Vianna – que se afastou do jornal em 1840 –, também pertenceu ao seu irmão e sócio, Luiz Antonio de Sampaio Vianna, que, juntamente com tipógrafo Manoel Lopes Velloso², esteve a sua frente até 1845. Por fim, Alexandre José de Mello Moraes³, entre 1845 e 1847, e Ignácio Hermógenes Cajueiro⁴ – tendo como redator Manoel Correia Garcia⁵ –, entre 1847 e 1856, assumiu o periódico nos seus últimos onze anos de existência (CARVALHO, 2007, p.58).

Até 1845, quando o “Correio Mercantil” deixou de pertencer a Luís Antonio de Sampaio Vianna e a Manoel Lopes Velloso – sua tipografia e sede funcionou na Rua D’Alfândega, no número 24, logradouro localizado na “Cidade Baixa”, em Salvador, como pode ser visualizado na imagem a seguir – posterior a sua existência –, de frente para o sopé de uma grande barroca, onde, no cume encontrava-se o Palácio do Governo⁶:

² Sobre João Antonio de Sampaio Vianna, Luiz Antonio de Sampaio Vianna e Manoel Lopes Velloso falaremos de modo mais específico na segunda parte desta dissertação, entre as páginas 75 e 80.

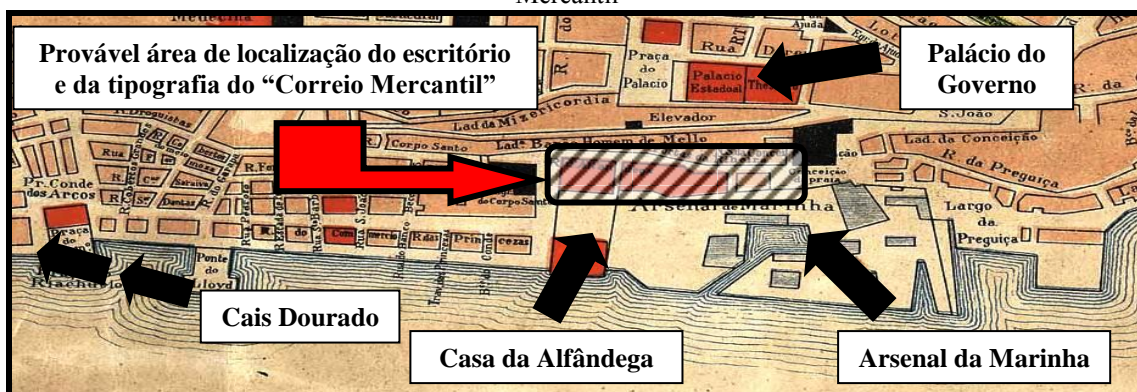
³ O alagoano Alexandre José de Mello Moraes era médico, com formação e atuação clínica na província da Bahia, mas, também foi professor, escritor e responsável pela introdução da Homeopatia na província da Bahia na década de 1840 (BLAKE, Vol. I, 1895, p. 34-38).

⁴ Aldrin Armstrong Silva Castelucci cita um tipógrafo pardo chamado Ignácio Hermógenes Cajueiro, baiano, eleitor do Partido Liberal, membro da Associação Tipográfica Baiana (1870), todavia, também é dito que este nasceu em 1843, dado incompatível com o ano citado por Carvalho como de aquisição do “Correio Mercantil” pelo último dos quatro proprietários conhecidos, pois, este ainda seria uma criança com menos de meia década de vida (CASTELUCCI, VOL. 30, N.º 52, Jan/Abr 2014, p. 203). Nenhuma outra informação foi obtida ao longo da pesquisa que elucidasse a referida dúvida ou se era um parente ou homônimo.

⁵ Manoel Correia Garcia era baiano, foi advogado, professor da escola normal, deputado provincial, um dos sócios fundadores do antigo Instituto Histórico da Bahia e redator do “Correio Mercantil” entre 1846 e 1849 (BLAKE, VOL. VI, 1895, p. 50-52).

⁶ Atual Palácio Rio Branco, localizado na Praça Tomé de Souza.

Figura 1 – Recorte da planta de Salvador (1894) com a provável localização da sede do jornal “Correio Mercantil”



Fonte: Planta da cidade de São Salvador, capital do Estado Federado da Bahia (1894)

Apesar de se tratar de um recorte de uma planta de 1894, mais de cinco décadas a frente do período tratado por esta pesquisa (1838-1839), a imagem pode auxiliar na compreensão da localização da sede do “Correio Mercantil”, local estratégico e essencial para a relação desse periódico com os fatos e as notícias de dentro e de fora da cidade. Situado bem à frente da Casa da Alfândega⁷, bem próximo do Arsenal da Marinha³⁸ e menos de um quilômetro ao sul do Cais Dourado⁹. Era uma zona portuária muito agitada e porta principal de chegadas e partidas da cidade, de idas e vindas de naturais e estrangeiros. Lugar de difusão de rumores e propagação de ideias originárias de outras localidades baianas, de outras províncias ou de outros países. Centro efervescente no qual se instalou o periódico para acessar as condições fundamentais para noticiar e informar a partir de fatos validados ou oriundos da rica boataria, que batiam à porta ou estimulavam seus redatores a busca-las entre a população.

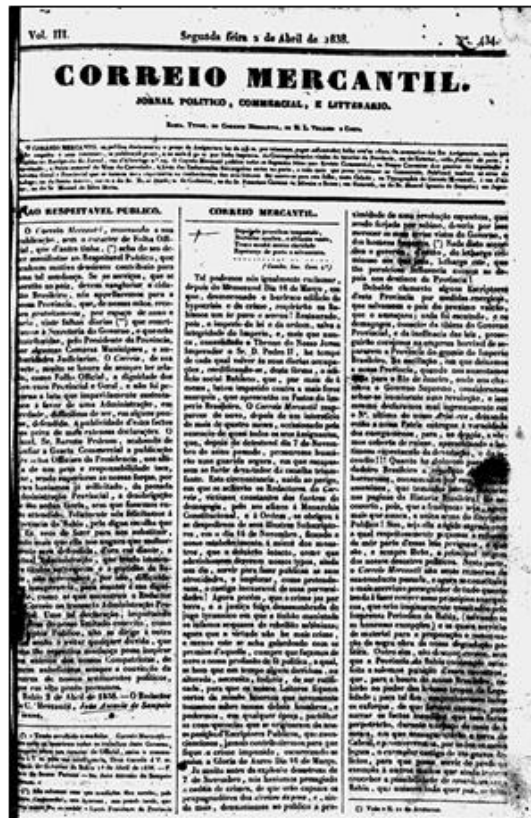
Publicado de segunda-feira a sábado, o “Correio Mercantil” era geralmente composto por quatro páginas, com três ou quatro colunas. A partir da capa reproduzida abaixo, podemos ter uma noção do padrão adotado entre abril de 1838 e março de 1839:

⁷ Atual Mercado Modelo, na Praça Visconde Cayru, bairro do Comércio.

⁸ Comando do 2º Distrito Naval nos dias de hoje.

⁹ Importante doca da cidade, atualmente localizada nas imediações da Praça Marechal Deodoro, início da Av. Jequitiaia, no bairro do Comércio.

Figura 2 – Capa, em formato reduzido, do “Correio Mercantil” de 2 de abril de 1838



Fonte: Correio Mercantil, 2 de abril de 1838

Comumente constituído por longos textos inaugurais, o “Correio Mercantil” possuía um cabeçalho contendo informações triviais sobre o jornal, como título, subtítulo, data, número, volume e tipografia onde o imprimiam, além de uma nota, comum a todos os exemplares examinados, tratando do preço da assinatura trimestral (4 mil réis), do seu valor avulso (160 réis), das condições para anunciar e especificando os locais de circulação¹⁰. Quanto a diagramação, as notícias publicadas no “Correio Mercantil” eram organizadas por seções, entretanto, não havia um rigor acerca dos temas abordados e de suas aparições ao longo das laudas e dos exemplares. Podia-se encontrar com maior incidência a seção “Correio Mercantil”, geralmente dedicada a um editorial ou a uma denúncia transcrita pelos redatores. Todavia, também eram comuns espaços para subdivisões com as seguintes denominações: “Correspondência”, “Parte

¹⁰ Essas informações aparecem no cabeçalho de todos os exemplares do “Correio Mercantil” examinados nesta pesquisa.

Comercial”, “Anúncios”, “Notícias Diversas”, “Variedade”, “Bahia”, “Rio de Janeiro”, “Rio Grande do Sul” etc.¹¹

Em 14 de novembro de 1837, sete dias antes de Salvador, capital da província da Bahia e cidade sede do periódico, ser tomada pela Sabinada¹², as atividades do “Correio Mercantil” foram suspensas. Findada a revolta, após quatro meses de portas fechadas, os irmãos Sampaio Vianna, informaram em editorial, motivados pela prevenção e devido a condição que assumiram de apologistas da ordem e defensores do regime monárquico, ante os rumores sobre uma rebelião, que necessitaram sair de cena, interrompendo a circulação do jornal em todas as suas praças. Essa revolta, liderada pelo médico e político Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira Barroso, foi iniciada com a tomada sem embates do governo provincial em 7 de novembro de 1837. Porém, sua derrocada, em 15 de março de 1838, resultou de uma sequência de confrontos violentos entre as forças legalistas e os sublevados.

Além dos sabinos, acrescentaram a esses discursos outros inimigos públicos, entre eles os escravizados africanos, principalmente aqueles que em 25 de janeiro de 1835 encabeçaram o Levante dos Malês¹³, sublevação, como repercussão internacional, conduzida em Salvador por africanos cativos islamizados de diversas etnias, interessados em tomar o poder, expandir o Islã e protege-lo de infiéis e inimigos.

Mesmo, sobrepujados nas suas empreitadas rebeldes, sabinos e malês não foram aniquilados ou neutralizados ao ponto de serem esquecidos pela população local; conscientes disso, nos primeiros doze meses decorrentes do fim da revolta sabina e mais de três anos após sublevação malê, notadamente, os redatores do “Correio Mercantil” investiram vigorosamente na defesa de uma sociedade varrida de tudo que pudesse ressuscitar ou revitalizar o que seus redatores conotaram como “desordem”, “anarquia”, “hipocrisia”, “baderna”. Para tal, seus redatores produziram e reproduziram nos editoriais concepções, ideias, representações que clamavam pela preservação da ordem e da Monarquia, fazendo circular percepções interessantes aos seus propósitos políticos

¹¹ A padronização dos jornais brasileiros se deu com a implantação da imprensa empresarial – da grande imprensa –, na virada do século XIX para o XX, no começo da República.

¹² Sobre a Sabinada, ver Paulo César de Souza (2009) e Luiz Vianna Filho (2008).

¹³ Sobre o Levante dos Malês, ver João José Reis (2003).

e aos grupos sociais que afirmavam representar – comerciantes, proprietários, negociantes, empregados públicos, titulares¹⁴.

A partir do reconhecimento desta estratégia dos sujeitos desse jornal, o objetivo da pesquisa converge para uma análise do papel educativo exercido pelo “Correio Mercantil” em Salvador, entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839, que, por meio de múltiplas possibilidades de leituras, acionou cotidianamente o público da cidade em nome da permanência de valores conservadores tidos pelos seus redatores como precisos para manter uma disciplina social que desencorajasse e impedisse qualquer perturbação pública, fosse ela de grande ou pequena proporção. Esse jornal foi apropriado como fonte e objeto primordiais desta pesquisa e seus proprietários-redatores, os irmãos João e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, sujeitos capitais, como agentes de educação engajados na produção, reprodução e circulação de concepções morais e políticas de combate ao que enxergavam como desordem ou perigo à Monarquia.

Referente ao *corpus documental* utilizado na pesquisa – entre mais de dois mil e duzentos exemplares do “Correio Mercantil” disponíveis na Hemeroteca da Digital do portal da Biblioteca Nacional¹⁵ e distribuídos entre 10 de dezembro de 1836 e 22 de dezembro de 1849 –, tivemos acesso a duzentos e sessenta e três números desse jornal. Aproveitamos uma publicação datada de 10 de dezembro de 1836¹⁶ e quarenta e oito difundidos entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839¹⁷. Além da gazeta dos irmãos Sampaio Vianna encontra-se nesse acervo virtual, milhares de periódicos brasileiros e mais de três centenas de títulos que circularam na Bahia entre 1810 e 1949. Dele analisamos ainda os periódicos locais “Novo Diário da Bahia”, “Gazzeta Commercial da Bahia” e “O Futuro Atravez dos Factos”, o fluminense “Correio Mercantil” e o pernambucano “O Carapuceiro”.

Iniciamos nossas consultas ao “Correio Mercantil” pela publicação de 2 de abril de 1838 e fomos até o número de 16 de março de 1839 – respectivamente, como já foi dito, data em que esse periódico voltou a circular, após quatro meses de portas fechadas

¹⁴ Em referência aos detentores de títulos nobiliárquicos.

¹⁵ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

¹⁶ O único número referente ao ano de 1836 disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷ O aumento de visualização e a impressão são permitidos, mas, o download é vedado.

durante a Sabinada. Na leitura investigativa apuramos todas as suas seções no intento de encontrar indícios diretamente ou indiretamente relacionados com os interesses desta pesquisa. Para as transcrições que foram realizadas, tanto de trechos do “Correio Mercantil”, como de outros periódicos examinados, por interesse metodológico e para proporcionar uma leitura inteligível das citações, optamos por atualizar a ortografia, a acentuação e a pontuação – exceto para os nomes próprios – sem comprometer a compreensão dos textos e o sentido ali manifesto.

Concebida sob a fundamentação de fontes documentais e de uma bibliografia referendada teoricamente pelos Estudos Culturais e pela História Cultural, buscamos compor nossa pesquisa através de argumentos subsidiados por interpretações voltadas para a apreensão de um jornal enquanto objeto de ações educativas executadas pelos seus redatores, que, apesar de representarem uma cultura escrita e impressa, propiciaram leituras que extrapolavam o diminuto mundo letrado e adentravam nas tradições de oralidade de Salvador no final da década de 1830. Além disso, tratamos do “Correio Mercantil” e do papel social que este jornal exerceu (TOLEDO; SKALINSKI JÚNIOR, 2012, p. 263), da sua relação com grupos sociais específicos e o que representava/expressava acerca de proposições morais ou políticas defendidas ou combatidas por seus redatores. Sobre o uso do termo Educação enquanto conceito que extrapola a perspectiva de ensino institucionalizado, analisamos esse jornal não apenas como interventor de uma cultura escolar letrada, como uma cartilha pedagógica, ou da situação de veículo de comunicação engajado em uma missão instrutiva, a considerar ser a Salvador formada por uma sociedade de maioria não alfabetizada e ainda carente de instituições escolares, porém, não desprovida de escolas.

Quanto à estrutura da dissertação, na primeira parte – Insurgências e tensões em Salvador sob o olhar da imprensa periódica e da bibliografia locais (1823-1839) –, apresentamos o clima de tensão que assolava Salvador no final da década de 1830, do início da formação do Estado brasileiro na capital da província da Bahia, perpassado por ideias republicanas e federalistas, ao longo de uma década e meia, ao ponto de irromper em como a Sabinada (1838-1839). Além desta, episódios de disputas sócio-políticas encabeçados por parte da população negra da cidade – principalmente pelos escravizados africanos –, que, além de terem comandado o Levante dos Malês,

protagonizaram uma série de outras ocorrências rotineiras, que, poderiam não representar grandes rebeliões, mas, eram propaladas como prenúncios de estorvos ao modelo de sociedade estimado pelos redatores do “Correio Mercantil”. Recorreremos na abordagem destes fatos e revoltas indicados a uma produção historiográfica local, como Luiz Vianna Filho e Luís Henrique Dias Tavares, mais genéricos, além de trabalhos mais específicos, como os de João José Reis e Paulo César de Souza. Como fontes, utilizamos o jornal monarquista e conservador “Correio Mercantil” em contraponto ao republicano e federalista “Novo Diário da Bahia”, produtores, reprodutores e propagadores de suas respectivas percepções morais e políticas entre a população de Salvador.

Na segunda parte – Educar pelas recomendações morais e políticas do “Correio Mercantil” em Salvador entre 1838 e 1839 – enfatizamos a emblemática atuação educativa e a importância jornalística do “Correio Mercantil” como representante de uma imprensa periódica ainda incipiente na Bahia. Analisamos suas estratégias para fazer circular em Salvador concepções morais e políticas monarquistas e conservadoras a partir de uma cultura impressa numa sociedade pouquíssimo letrada, que recorria cotidianamente às tradições orais. Era neste mundo de escassa literatura impressa, como pouquíssimas escolas, livros e nenhuma biblioteca pública, que este jornal se esforçou para oferecer uma determinada leitura. Desse modo, consideramos, embasado nas proposições de Robert Darton, Michel de Certeau e Roger Chartier, como esse jornal, constituiu-se mais como um suporte de linguagem do que como uma “mídia escrita”, contudo, preocupado em informar aos seus leitores sobre notícias variadas de dentro e de fora de Salvador. Quanto aos sujeitos deste periódico, inquirimos sobre os redatores do “Correio Mercantil”, principalmente, João Antonio de Sampaio Vianna, que, como fundador, proprietário e prevaiente redator até 1840, posicionou-se como aplicado representante de grupos sociais detentores de certos privilégios, assumindo e enunciando publicamente uma parcialidade dirigida para a consumação de proposições que salvaguardassem valores e a ordem do Estado e seus interesses particulares.

A terceira e última parte dessa pesquisa – A apropriação das tradições orais pelo “Correio Mercantil” e o sentido educativo dos boatos – é dedicada aos rumores que chegavam ao público através do “Correio Mercantil” e ao uso que seus redatores

fizeram desta prática social para divulgar suas concepções e interceder em favor das suas versões dos fatos. Assim, analisamos de que modo os boatos ganhavam status de notícias nas denúncias dos irmãos Sampaio Vianna, com o intuito que pudessem ser acessadas como verdades, mesmo que fossem variantes concebidas a partir das proposições alinhadas com as predileções do jornal – a conservação da ordem e da Monarquia. Buscamos apreender ainda a promoção do medo como rotina jornalística e como aspecto expressivo da ação educativa empreendida por esse periódico, que, entre abril de 1838 e março de 1839, foram aguçadas, principalmente, por causa das tensões que assolaram Salvador e, sobretudo, pela continuidade cronológica com o Levante dos Malês (1835) e com a Sabinada (1837-1838). Por fim, examinamos também as queixas rotineiras, que tinham quase sempre os escravizados africanos e os sabinos como suspeitos ou culpados, além dos anúncios, seção que deveria ser meramente informativa, mas, que diretamente ou de modo velado discursava em prol de ideias alinhadas com interesses bem específicos em nome da ordem e do resguardo do Estado monárquico.

A partir destas problematizações, acreditamos que o “Correio Mercantil”, com sua relevância entre os jornais que circulavam na capital da província da Bahia na primeira metade do século XIX, não se limitou a informar e entreter o público – entre vários papéis jornalísticos possíveis que já tinham, mesmo na primeira metade do século XIX –, afinal, seus redatores, os irmãos Sampaio Vianna, foram operantes agentes de educação e atuaram irremediavelmente em nome de concepções morais e políticas em prol da ordem e da Monarquia no Brasil.

2 **INSURGÊNCIAS E TENSÕES EM SALVADOR SOB O OLHAR DA IMPRENSA PERIÓDICA E DA BIBLIOGRAFIA LOCAIS (1823-1839)**

Para compreendermos como o jornal “Correio Mercantil”, importante representante da imprensa periódica baiana da primeira metade do século XIX, através de diversas alternativas de leituras, empreendeu ações educativas, produzindo, reproduzindo e fazendo circular em Salvador, entre 1838 e 1839, concepções morais e políticas em nome da ordem e da Monarquia, examinaremos inicialmente alguns aspectos históricos relevantes da capital da província da Bahia entre 1823 e 1839. Começamos com a análise de determinados eventos relativos à emancipação política do Brasil exacerbados ao nível local, passando pelo Levante dos Malês – rebelião de escravizados africanos islamizados, de objetivos ousados, ocorrida em 25 de janeiro de 1835 em Salvador –, seguindo, por fim, até a Sabinada e avançando nos doze primeiros meses ulteriores à esta revolta, que, motivada pelo federalismo e pelo republicanismo de mais de uma década atrás, tomou Salvador entre 7 de novembro de 1837 e 15 de março de 1838.

Dessa forma, de maneira abreviada e utilizando, sobretudo, as contribuições da historiografia baiana, examinamos como os ideais federalistas e republicanos, a partir de 1823 – com a neutralização da resistência portuguesa à emancipação política do Brasil na Bahia –, gradativamente encontraram a adesão necessária para que, em fins de 1837, em Salvador, culminassem na Sabinada. Para isso, analisamos como a relutância ao processo de centralização do governo de D. Pedro I – marcado, logo no começo, pela dissolução da Assembleia Constituinte (1823) e pela outorga da primeira Constituição do Estado brasileiro (1824) – descambou, na capital da província da Bahia, para a revolta sabina, entrepondo ainda outros aspectos rebeldes da cidade, alusivos ao Levante dos Malês (1835) e movimentos de menor cobertura historiográfica, rotineiros, todavia, também temidos ou tratados com desconfiança pelos redatores do “Correio Mercantil” por ameaçarem a ordem e o Estado monárquico.

Utilizamos pesquisas da historiografia baiana, como os estudos de Luiz Henrique Dias Tavares e Sérgio Guerra Filho, sobre a independência do Brasil e sua repercussão na Bahia, os trabalhos sobre a Sabinada de Luiz Vianna Filho e Paulo César de Souza, além das contribuições de João José Reis sobre a Revolta dos Malês.

Analizamos ainda, de que modo o jornal “Correio Mercantil” referencial basilar deste estudo, tratou os movimentos destacados e como seus redatores, os irmãos João e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, atuaram na produção, reprodução e promoção de valores e proposições políticas contrárias ao que tratavam como desordem e ameaça aos seus interesses e dos grupos sociais que diziam representar (comerciantes, negociantes, proprietários etc.), como os projetos federalista-republicano e de resistência à escravidão.

2.1 ENTRE O LEVANTE DOS PERIQUITOS (1824) E A SABINADA (1837-1838)

Após dissolver a Assembleia Nacional Constituinte, em 12 de novembro de 1823, o imperador D. Pedro I outorgou, a 25 de março de 1824, a primeira Magna-Carta do país recém-inaugurado. Essa Constituição estabeleceu no Art. 2º, que o território brasileiro seria dividido em províncias e, cada uma delas, seria administrada – como previsto no seu Art. 165º – por um presidente nomeado pelo Imperador, que, da mesma forma poderia, quando bem entendesse, destitui-lo do cargo (BRASIL, 1824). A

No livro de Luís Henrique Dias Tavares, “História da Bahia” (2001), – de abrangência genérica, mas, longe de ser diminuta –, verifica-se, entre os capítulos sétimo e oitavo – nomeados respectivamente “Guerra pela independência no Brasil na Bahia” e “Antilusitanismo e federalismo” – uma Bahia imersa em conflitos desde o princípio do processo de formação do Estado brasileiro. Dias Tavares ressalta que a Independência do Brasil ganhou novos contornos na província baiana, quando o golpe de anulação da Assembleia Nacional Constituinte, em 2 de dezembro de 1823, foi divulgado pelos irmãos Miguel e Antonio Calmon du Pin Almeida, deputados desse órgão colegiado regressos do Rio de Janeiro. Em 17 de dezembro, uma ata com vinte itens, em tom moderado, foi redigida e enviada à Corte, reivindicando, por exemplo, a anistia dos deputados baianos presos e banidos do Brasil e a expulsão dos portugueses e dos seus aliados infiéis à Independência; muitos civis e militares locais excitaram-se e começaram a falar em república (TAVARES, 2001, pp. 255-256).

Em 19 de janeiro de 1824, o imperador indicou para presidir a província da Bahia, Francisco Vicente Vianna – o 1º barão do Rio de Contas –, mantendo-o no cargo

até 4 de julho de 1825. Porém, antes de completar um ano como presidente, o governo de Vianna enfrentou a primeira demonstração emblemática de insatisfação com o autoritarismo e o centralismo monárquicos: o Levante dos Periquitos, de 25 de outubro de 1824. Esse movimento teve como estopim a demissão do comando do 3º Batalhão dos Caçadores (denominado de “Periquitos”) de José Antônio da Silva Castro – alcunhado de “Periquitão”¹⁸. Os subordinados de Silva Castro exigiram do governador das armas, o coronel Felisberto Gomes Caldeira, o retorno de “Periquitão” ao seu posto. O movimento radicalizou-se, tiros foram disparados e Caldeira foi morto em frente ao solar Berquó, na Rua Visconde de Itaparica, n.º 8, nas proximidades da Rua da Vala, centro de Salvador¹⁹.

Os Pitangas – 4º batalhão – uniram-se aos Periquitos e aquartelaram-se no forte de São Pedro, mobilizando uma contraofensiva oriunda de tropas locais e de fora da província sob a autoridade do brigadeiro José Gordilho de Barbuda – nomeado governador das armas e presidente da enérgica comissão militar instaurada após a anulação do movimento. O major rebelado e oficial ativo na guerra pela Independência na Bahia, Joaquim Sátiro da Cunha, comandante do Forte de São Pedro ao longo do levante, foi condenado à pena capital (TAVARES, 2001, p. 256-259).

Segundo Dias Tavares, menos de dois anos depois do Levante dos Periquitos, o imperador D. Pedro I – temendo não somente novas insubordinações militares, mas, o amadurecimento de ideias liberais e republicanas na Bahia – encabeçou uma visita política à Salvador e às outras cidades do Recôncavo entre 28 de fevereiro e 19 de março de 1826. Porém, de 1829 a 1831, inúmeros incidentes antilusitanos ocorridos especialmente na capital provincial, em Cachoeira e Santo Amaro, foram ganhando força, culminando com a destituição do governador das armas, o português João Crisóstomo Calado, e com a deposição do presidente da província, Luís Paulo de Araújo Bastos (o visconde de Fias) e com uma série de incidentes contra famílias portuguesas: era o Mata-Maroto (TAVARES, 2001, p. 259-261).

Para Sérgio Armando Diniz Guerra Filho, na tese “O antiusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831), a expressão “maroto” – termo pejorativo para se referir

¹⁸ Tornou-se depois avô materno do poeta baiano Castro Alves.

¹⁹ INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, 1975, pp. 203-204. Segundo o inventário, o logradouro citado seria atualmente circunvizinho ao terminal de ônibus da Barroquinha.

aos lusitanos – começou a ser utilizada desde o começo do século XIX. Um insulto que desejava, por exemplo, rebaixar os ultrajados a uma condição social inferior, motivado pelo receio acerca da presença portuguesa na Bahia mesmo após a Independência e ao fato deles poderem representar um entrave ao acesso de brasileiros a determinadas posições sociais. Entretanto, para Guerra Filho, somente os momentos de ataques de extrema violência física aos portugueses poderiam ser tratados de fato como o “Mata-marotos” (2015, pp. 19-20). Ele destaca que esse movimento foi primordial para intensificar:

[...] uma oposição entre europeus e baianos que foi, paulatinamente, constituindo os lados português e brasileiro; e uma oposição entre gente abastada e de posses e uma grande quantidade de pequenos proprietários, livres pobres, libertos e escravos, vistos sempre com desconfiança pelas autoridades e proprietários baianos pela sua disposição em insurgir-se, disposição quase sempre majorada nas correspondências entre as autoridades provinciais e as autoridades da cidade e das vilas baianas. (GUERRA FILHO, 2015, p. 26)

Politicamente incipiente ou não, subordinado ao republicanismo e ao federalismo ou não – aspectos discutidos por Guerra Filho no primeiro capítulo da sua tese –, o antilusitanismo também serviu de componente para que grupos sociais populares, desprivilegiados socialmente e politicamente, insurgissem com frequência na província da Bahia, sobretudo em Salvador. Movidos pelas mais variadas reivindicações, os que se rebelavam fizeram da causa republicana, da autonomia provincial, do anti-escravismo, entre outras proposições, o escopo de muitas sublevações ou de práticas rotineiros, abalizadas pelas autoridades, como perigosas à ordem e à Monarquia.

Quanto aos fatos no Rio de Janeiro, Corte Imperial, em 7 de abril de 1831, diante de intensa pressão interna e externa, D. Pedro I decide abdicar em nome do príncipe herdeiro Pedro de Alcântara – na ocasião uma criança com cinco anos de idade –, zarpando para a Europa com parte da família real. Assim, por exigências constitucionais e óbvia impossibilidade etária, o futuro D. Pedro II ficou impedido de ascender ao trono brasileiro e assumir a chefia do governo, deste modo, regências passaram a governar o Brasil, exacerbando ainda mais a rivalidade entre os grupos políticos existentes e atenuando as tensões de um país, que continuava indefinido politicamente, mesmo quase uma década após sua emancipação de Portugal. Inaugura-

se, portanto, “[...] um tempo de esperanças, inseguranças e exaltações, tempo de rebeldia e de repressão, gerando definições, cujos traços essenciais permanecem na sociedade” (MOREL, 2008, p. 10), uma época de agitações extremamente instigantes para estudos concebidos a partir dos objetivos historiográficos mais diversos.

O período regencial (1831-1840) foi marcado pela concorrência entre os interesses de conservadores, liberais moderados e liberais radicais, que discordavam em vários aspectos nas suas ambições políticas, mas, que se identificavam ao repudiarem a democracia, a liberdade, a revolução e olharem sempre com desconfiança para o povo. Emília Viotti da Costa ressalta que:

Com a abdicação, os liberais tomariam o poder. A lei de 29 de novembro de 1832 – o Código do Processo Criminal – e o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 seriam as últimas concessões liberais que os grupos dominantes no poder estavam dispostos a fazer. Diante das agitações que eclodiam por toda parte, envolvendo pretensões democráticas dos que esperavam prosseguir na obra revolucionária iniciada em 1831, os moderados procurariam ‘deter o carro revolucionário’, na pitoresca expressão de Bernardo de Vasconcelos. Até 1834, a luta dos moderados se travaria, de um lado, contra as pretensões restauradoras e, de outro, contra as pretensões dos democratas, que expressavam suas aspirações através de jornais como a Nova Luz Brasileira, ou Jurujuba dos Farroupilhas, atacando ‘os aristocratas vendidos à Santa Aliança’, propondo a desapropriação das terras em mãos de grandes proprietários, incentivando a luta de classes entre pobres e ricos, pleiteando a abolição do trabalho escravo, condenando os tratados de comércio realizados com os estrangeiros, desenvolvendo uma mística violentamente nacionalista. (COSTA, 1999, pp. 93-94)

E desse modo, ao longo das regências trinas (1831-1834) – quando militares, liberais moderados e conservadores dividiram a gestão do país – e no decorrer das regências unas – no governo do liberal Diogo Antônio Feijó (1835-1837) e do conservador Araújo Lima (1837-1840) – se combateu violentamente tudo que pudesse comprometer a ordem, a Monarquia ou propusesse mudanças que instigassem o clamor popular. Com ações concretas ou suplicando-se das autoridades o controle dos sujeitos “perigosos”, os grupos sociais que transitaram no poder ao longo desse contexto investiram acentuadamente na anulação de tudo que consideravam ameaçador.

Em Salvador, logo após a abdicação de D. Pedro I, em 13 e 14 de maio de 1831, um novo levante mobilizou o forte de São Pedro, o quartel da Palma e o quartel da Mouraria. Ao longo dos meses seguintes, agitações, exclusivamente antilusitanas, transformaram-se em críticas implacáveis – como já vinha acontecendo em várias províncias – contra um regime monárquico constitucional unitário, em prol do

federalismo e, conseqüentemente, de mais autonomia provincial. Entre 1832 e 1833, as ideias federalistas e republicanas foram amadurecendo e com elas uma série de movimentos, que, mesmo impetuosamente reprimidos, culminaram no retorno de tais conceitos em 1837 e numa rebelião, que a historiografia local e brasileira marcou como “Sabinada” (TAVARES, 2001, pp. 261-262).

A Sabinada teve como ponto de partida um levante em Salvador, novamente, no forte de São Pedro, em 7 de novembro de 1837. No dia seguinte, o movimento já era vitorioso, pois, praticamente sem resistência alguma, um novo governo foi implantado, depondo o presidente da província, Francisco de Souza Paraizo, o chefe de polícia, Francisco Gonçalves Martins, e outras autoridades, que, por conseguinte, refugiaram-se em embarcações ancoradas no porto e no Recôncavo. A rebelião sabina pôs o liberal João Carneiro da Silva Rego na cadeira da presidência provincial e coube o cargo de secretário a uma das principais lideranças da insurgência, o médico, jornalista e político, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira²⁰ – de onde vem a denominação “Sabinada” (TAVARES, 2001, pp. 262-263).

Os sabinos começam a recuar a partir de janeiro de 1838, todavia, foi através da articulação bem-sucedida entre as autoridades depostas, os grandes proprietários do Recôncavo e as tropas imperiais mandadas pelo regente Pedro de Araújo Lima, que, em 15 de março, após duros bombardeios empreendidos do forte do Barbalho e incursões agudas pelas ruas e em diversas residências de Salvador, que, a Sabinada chegou ao fim. Assim, uma intervenção militar – que, em certa medida, durou até 1840 – passou a alicerçar a cidade; em 10 de abril, Antonio Pereira Barreto Pedroso – vice-presidente do depósito Francisco de Souza Paraizo – assumiu, em caráter provisório, a cadeira presidencial. Finalmente, em 26 de abril, Tomás Xavier Garcia D’Almeida, tomou posse incumbido de reestabelecer a ordem e geri-la – mantendo-se no cargo até 16 de outubro de 1840 (TAVARES, 2001, p. 290).

²⁰ Francisco Sabino era médico desde 1823, vinha participando de acontecimentos rebeldes em Salvador, como nos movimentos que resultaram na Independência da Bahia (1823) e no Levante dos Periquitos (1824). Na vida pessoal também esteve mergulhado em agitações, pois, além de ter respondido um processo pela morte da esposa, envolveu-se em dois assassinatos e em uma série de outros eventos – alguns deles arrolados com sua suposta homoafetividade. Foi, antes de tudo, um intelectual muito qualificado profissionalmente, tornando-se professor da Escola de Medicina da Bahia em abril de 1837 e editando alguns jornais, como o “Investigador Brasileiro” e o “Novo Diário da Bahia” (SOUZA, 2009, p. 48-51).

Em um estudo precursor sobre a Sabinada – intitulado “Sabinada: (a república bahiana de 1837)”, e publicado pela primeira vez em 1938 –, Luiz Vianna Filho apresenta como essenciais um conjunto de antecedentes fundamentais para que, a província da Bahia tenha vivenciado variadas sublevações ao longo da década de 1830. Para Vianna Filho:

De 1831 a 1837 não conheceu a Província um instante de tranquilidade. Convulsionara-se em agitações demagógicas, debatera-se com insurreições de negros, perturbara-se com revoluções federalistas. E mais lhe acenavam com a paz, mais dominava a intranquilidade, inquietando os espíritos. Uma elite intelectual, quase toda ela contaminada pelas ideias liberais da época, procurava os próprios contornos, ainda imprecisos e discutidos. No ensino, na imprensa, na Assembleia Provincial, abrigava-se um grande número de homens de pensamento, cada qual apaixonado pela sua ideia, e que buscavam numa fórmula nova o sedativo para os males de que afligiram o país e a Província. (VIANNA FILHO, 2008, p. 14)

Às vésperas da Revolta Sabina, a Bahia era uma província instável socialmente e politicamente, para o autor, terreno fértil para que exigências da população negra e causas republicanas federalistas povoassem a rotina, por exemplo, de Salvador. Um universo habitado por intelectuais atuando em variados segmentos – entre eles na imprensa – e constituído por entusiastas de ideias liberais importadas da Europa e empenhados em curar o país a seu modo e a partir das suas verdades.

Consuelo Pondé de Sena, no prefácio da reedição de “Sabinada: (a república bahiana de 1837)”, avalia, que, mesmo de forma factualista, porém, sem apenas se limitar a narrar os fatos – o que era comum na historiografia brasileira em fins da década de 1930 –, Luiz Vianna Filho concebe um trabalho inovador de pesquisa, analisando e cruzando significativa documentação e debruçando-se sobre diversas referências pioneiras no estudo da história da Bahia da primeira metade do século XIX (VIANNA FILHO, 2008, pp. 7-8).

Com isso, Vianna Filho estabelece um olhar distinto, para a época, sobre a Sabinada, ultrapassando os limites da primeira produção acerca dessa revolta (AMARAL, 1909) e indo além – como pondera Paulo César de Souza – do ato de transcrever os acontecimentos, pois:

[...] procura comentá-los, descobrir nexos e sentidos. Coloca a Sabinada na perspectiva da história recente da província, ao fazer um retrospecto da inquietação reinante desde a Inconfidência dos Alfaiates (1798). (SOUZA, 2009, p. 17)

Desse modo, se tem um estudo que busca problematizar a Revolta Sabina e enxerga-la da seguinte maneira:

A 7 de novembro deflagrou o movimento. Não era um desses motins, umas dessas quarteladas sem diretrizes ideológicas em que foi tão fértil o Brasil nos anos turbulentos da Regência. A revolução baiana de 1837 era alguma coisa mais. Tinha os seus marcos doutrinários. Sabia o que queria. Era republicana e separatista.

O domínio da cidade pelos revolucionários foi fácil. O governo legal retirou-se para o Recôncavo, onde se reorganizou, aliciando tropas para debelar o movimento que duraria quatro meses. Foram quatro meses de luta áspera, cruenta, em que a Regência e o Império estiveram em cheque, ameaçados pela vitória da revolução, que se sabia conjugada com outros da Província do Norte do país, principalmente de Pernambuco, sempre pronto para os movimentos liberais. Quatro meses, que marcariam uma das mais sangrentas e dramáticas revoluções brasileiras. [...]

E, depois de tanto sacrifício, a derrota. A capital invadida por um exército cheio de ódio, de rancor, de crueldade, e que lançava dentro das casas incendiadas, ainda vivos, os rebeldes que aprisionava. Vencidos e vencedores e atearam fogo às edificações. A velha capital, a arder numa grande fogueira, pagou caro o seu crime. As tropas imperiais foram inclementes. Saciaram em sangue a sua avidez de vindita. E novamente a bandeira do Império alçou-se nos mastros das fortalezas baianas. Era a paz. A república baiana de 1837 findava tragicamente. (VIANNA FILHO, 2008, pp. 17-18)

Vianna Filho explana sobre a Sabinada observando o caráter liberal, revolucionário, republicano e separatista deste movimento, contudo, não deixa de ressaltar os exageros que houve, na sua constatação, tanto do lado rebelado, como por parte das tropas imperiais. Para ele, nem os excessos ideológicos sabinos e nem o autoritarismo monárquico do governo regencial interessavam, afinal, tratava-se de uma interpretação concebida por um republicano liberal um século a frente do tema tratado.

Quando “A Sabinada: (A república bahiana de 1837)” foi pela primeira vez publicada, Vianna Filho tinha apenas 30 anos e encontrava-se envolvido com o Partido Social Democrático (PSD), era um jovem, membro de um grupo social abastado, engajado numa oposição, que, através do discurso liberal, fazia frente ao governo de Getúlio Dorneles Vargas, numa Bahia, que, desde 1930, quando o estado e todo restante do país viram, através de um golpe, o atual presidente e seus aliados tomarem o poder e nomearem interventores para o lugar dos governadores em todas as federações brasileiras. Em 1938, ano da primeira edição do livro, Vargas e seus sectários já havia instaurado um Estado de exceção – o Estado Novo –, centralizando ainda mais o poder e agindo em diversas esferas da sociedade de forma autoritária até 1945.

Por conseguinte, formado em meio aos ideais liberais da primeira metade do século XX, Vianna Filho, a todo custo, esbraveja o que considera uma onda revolucionária sob influência de um liberalismo oitocentista – também em terras baianas – radicalizado pela imaturidade de homens ainda incapazes de compreender, quiçá por em prática, tais doutrinas, principalmente da forma insurgente e violenta, que os sabinos, na sua interpretação, o fizeram entre 7 de novembro de 1837 e 15 de março de 1838. Na concepção de Luiz Vianna Filho, havia motivos para os sabinos se oporem à Regência e ao Império, porém, ressurgir-se de forma violenta, revolucionária, remetendo ao radicalismo dos socialistas da década de 1930, por exemplo, seria desnecessário e inviável para uma vitória liberal consistente.

Paulo César de Souza, em 1987, quase meio século depois de Luiz Vianna Filho, publicou “Sabinada: a revolta separatista da Bahia”, obra reeditada em 2009 e originalmente escrita como dissertação, em 1984, no mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Fazendo uma sistemática análise documental e revendo alguns autores que se voltaram para a Sabinada na primeira metade do século XX – entre eles, em 1909, Braz do Amaral e, em 1938, Luiz Vianna Filho –, para Paulo César de Souza descreve a Revolta Sabina como:

[...] um movimento apoiado pelas camadas médias e baixas da população de Salvador, que tomou a cidade em 7 de novembro de 1837 e proclamou a separação da província da Bahia do então Império do Brasil. A capital ficou em poder dos revoltosos até idos de março de 1838. Durante esse tempo, foi sitiada pelo exército organizado pelos senhores de engenho do Recôncavo. Durante o sítio houve emigração em massa devido à escassez de alimentos, e na reconquista houve destruição e morte. Entre mortos, prisioneiros e réus, uma estimativa de 5 mil pessoas seria moderada. Salvador possuía cerca de 65 mil habitantes. Transpondo esses números para a atualidade – de modo a imaginar mais vivamente o impacto sobre a sociedade baiana da época –, teríamos aproximadamente 145 mil adultos implicados, em uma população total de um milhão e oitocentos mil habitantes. Nada mau para uma ‘simple revolta de rua’. (SOUZA, 2009, p. 14)

Para Souza, a grandiosidade da Sabinada merece ser sublinhada, afinal, além do radicalismo político liberal, uma parcela significativa da cidade envolveu-se de alguma maneira com a sublevação, descartando sua tenuidade e pondo essa revolta acima de uma mera insurgência urbana oitocentista.

Influenciado por uma historiografia mais maturada – resultado de um trabalho acadêmico muito bem conduzido, cuidadoso nas suas apreciações, de teor crítico e

natureza atemporal nas suas reflexões –, Souza expressa sem receio no desfecho do seu livro:

Estudando a sociedade baiana de 150 anos atrás, ficamos admirados do quanto nos reconhecemos nela. Vivendo em Salvador e percorrendo cotidianamente as ruas onde se passaram aqueles acontecimentos, observamos a legião de sub cidadãos que continua a formar a maioria imensa da população. Lendo os jornais de hoje, deparamos com essencialmente os mesmos problemas, potencializados e tornados mais complexos pelo crescimento material, pela acumulação capitalista da pobreza. Desrespeito à vida, cupidez e incompetência: como persistem! Os documentos estão amarelecidos, mas, mostram um passado tão vivo, tão reconhecidamente presente. Triste Bahia, ó quão semelhante! (SOUZA, 2009, p. 202)

E desse modo, em 1984, chegando o fim da Ditadura Militar no Brasil, já sem os limites impostos sobre a livre expressão de outrora, que Paulo César de Souza, com um olhar mais progressista, faz uma analogia entre os tempos da Sabinada e os tempos de uma República em frangalhos, sintetizada nas ruas de Salvador do final do século XX através dos problemas sociais – comuns ao capitalismo – agravados pelos vinte anos de autoritarismo e sustentados por um liberalismo defendido por Luiz Vianna Filho ao longo da sua vida, de suas contribuições intelectuais e de sua trajetória política, neste último caso, como um dos fundadores da ARENA em 1965 e do PDS, que a substituiu em 1980, compondo um dos polos do bipartidarismo – o situacionista – preponderante durante o período ditatorial militar brasileiro.

2.2 CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DO “CORREIO MERCANTIL” SOBRE A SABINADA

Nelson Werneck Sodré, em “História da imprensa no Brasil” (1999), ao tratar da afinidade entre o jornalismo e as tensões sociais e políticas na primeira metade do século XIX baiano, afirma que:

A província da Bahia seria também palco de graves episódios ligados à luta entre conservadores e liberais, generalizando-se a agitação em sucessivos choques violentos, desde 1830. A imprensa desempenhou função destacada nesse período: de 1831 a 1837, sessenta periódicos foram editados na Bahia. Como as facções agrupavam-se em clubes políticos, estes tinham os seus órgãos impressos [...]. (SODRÉ, 1999, p. 133)

Reforçando a rotina de lutas que tomaram conta da Bahia na década de 1830, Sodré aponta na direção da importância da imprensa e do papel de relevo que o

jornalismo oitocentista teve como veículo de comunicação dinâmico e propulsor de concepções de grupos sociais variados.

Igualmente, Luiz Vianna Filho e Paulo César de Souza também chamam a atenção, nas suas respectivas abordagens relativas à Sabinada, para a enorme relevância da imprensa ao longo da primeira metade dos oitocentos, sobretudo, na Província da Bahia entre 1838 e 1839, território de tensões analisado por uma historiografia local em momentos diferentes do século XX. Viana Filho define a imprensa – entre os centros que mais aglutinavam “homens de pensamento” ansiosos por mudanças – como o lugar onde:

[...] estavam os combatentes mais bravos. Cipriano Barata dirigira a Nova Sentinela da Liberdade e a Sentinela da Liberdade. Gonçalves Martins, o futuro Visconde de São Lourenço, orientava o Diário da Bahia. Guedes Cabral, como jornalista, “valia por vinte”. Sabino Vieira lançara o Novo Diário da Bahia. João Carneiro Filho editava a A Luz Bahiana. A imprensa era o campo largo, livre, onde as ideias se debatiam em busca de novos adeptos. Refletia as múltiplas divisões do pensamento nacional. (VIANNA FILHO, 2008, pp. 14-15)

Os jornais, por mais insignificante que fosse sua tiragem e/ou contato com a população – letrada ou não – conseguiam agregar grupos sociais detentores de distintas ambições para a província e para o país. Inclusive, Vianna Filho, destaca que, entre os “combatentes mais bravos” de uma “elite intelectual” imatura e entusiasmada com o pensamento liberal europeu, Francisco Sabino também editava uma gazeta: o “Novo Diário da Bahia”. E será exatamente esse periódico que estará no centro de um importante antecedente da Sabinada, assim descrito por Paulo César de Souza:

Em maio de 1837, o presidente da província da Bahia informou a corte do Rio de Janeiro sobre “boatos de desordem”. No clima de constante instabilidade da província, em que o extraordinário se tornara rotina, esses rumores nada traziam de novo. Mas ao se renovarem três meses adiante, sempre repetindo o tema da separação da província do resto do Brasil, eram avalizados por um periódico recém-aparecido, o Novo Diário da Bahia, editado por Francisco Sabino Vieira. Em nova comunicação à corte – a Montezuma, ministro da Justiça – o presidente Souza Paraizo juntou dois números do jornal. Um deles estampava um editorial com o título “Poder-se-á dispensar a Revolução no Brasil?”. (SOUZA, 2009, p 30)

É nítido o protagonismo da imprensa baiana na década de 30 do século XIX, ao ponto de dois exemplares de um jornal – tido pelas autoridades com insurreto – transitarem de Salvador à Corte, nas mãos do presidente provincial, Francisco de Souza Paraizo, como indícios contundentes de uma sublevação em andamento; na

interpretação de Paraizo, uma revolução prestes a desestabilizar a ordem local e ultrapassar as fronteiras da capital.

No periódico “Novo Diário da Bahia”, nos poucos números que tivemos acesso neste estudo – publicados entre 30 de novembro de 1837 e 16 de janeiro de 1838 – e disponíveis em formato digitalizado na hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional²¹, nenhum texto assinado por Francisco Sabino foi encontrado, todavia, em muitas circunstâncias seu nome aparece em meio a consagrações e alegações a seu favor. Em 20 de dezembro de 1837, uma quarta-feira, publicou-se um longo editorial em defesa do Dr. Sabino, em verdade, um ataque aos “Restauradores”, que, fez circular, talvez, por rumores (não fica nítido), seu suposto não ajuntamento à causa da Independência da Bahia. Em determinado trecho desse artigo diz-se o seguinte a respeito dele:

[...] Um homem resoluto, que sem temer perseguições semeou entre nós os germens das Instituições Republicanas, um homem, que a despeito das acusações da Justiça, proclamava pela Imprensa a necessidade da desmembração política da Bahia, um homem, que fez a Revolução, um homem que empenhou todas as suas forças, marchou em frente ao povo, e corajosamente afrontou todos os perigos, apresentando se finalmente como Secretário do Governo, como sustentador da Causa Liberal; este pode ser traidor, este nunca iludirá a boa fé dos baianos? Não: triunfará com eles, ou resignando-se com a mesma sorte, derramará com eles o seu sangue em defesa da nossa Pátria. (NOVO DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 122, p. 2, 20 dez. 1837)

E dessa forma, estampou-se um pomposo amparo a Francisco Sabino e à sua causa – como homem de frente no corpo a corpo da sublevação e envolvido profundamente com o novo governo instaurado –, que, como um “revolucionário liberal” também fez da imprensa sua impiedosa baioneta e se impôs como médico, intelectual e político; um “Doutor mulato” (expressão da época), que, entre tantas coisas, causava mal-estar em uma sociedade marcada pela segregação racial.

Foi em 2 de abril de 1838, após manter-se fechado por quatro meses – primordialmente ao longo da Sabinada –, que o “Correio Mercantil” voltou a ser impresso e sua circulação retomada. Nesse número de retorno, verifica-se na segunda coluna da primeira página o começo de um editorial em que João Antonio de Sampaio Vianna, utilizou quase duas laudas para tecer uma avaliação primária acerca do

²¹ Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

movimento. Com o título de “Correio Mercantil”, o editorial, longo e enérgico, foi assinado com as letras “S.V.” (CARVALHO; TORRES, 2007, p. 58) – firma costumeira nos textos assumidos pelo redator basilar –, ofertando aos seus leitores uma análise bem particular e substancial acerca da Revolta Sabina.

Para demarcar seu lugar de fala, recorreu-se na introdução do artigo a um trecho do “Canto Quatro dos Lusíadas”, de Luís de Camões: “Depois de procelosa tempestade, noturna sombra, e sibilante vento, traz a manhã serena claridade, Esperança de porto e salvamento” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 434, p. 1, 02 abr. 1838a.). Então, alude-se ao otimismo deste poema para se referir à tenebrosa jornada que a cidade percorreu – entre borrascas, escuridões e ventanias – havia dado lugar a luz de um cais salvador. Entretanto, os redatores logo abandonam as translações marítimas e escolhe o alarme para iniciar seu estrondoso bombardeio, antes de tudo, literário:

Tal podemos nós igualmente exclamar, depois do Memorável Dia 16 de março, em que, desmoronado o burlesco edifício da hipocrisia e do crime, respiraram os Baianos um ar puro e sereno! Restaurado, pois, o império da lei e da ordem, salva a integridade do Império, e, mais que nunca, consolidado o Trono do Nosso Jovem Imperador o Sr. D. Pedro II, é tempo de cada qual volver às suas diárias ocupações, reedificando-se, desta forma, o edifício social Baiano, que, por mais de 4 meses, lutou impávido contra a mais feroz anarquia, que apresentam os Fastos do Império Brasileiro. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 434, p. 2, 02 abr. 1838b)

O redator faz uso de um sonoro texto – após mais de quatro meses em silêncio – para retornar às suas atividades jornalísticas esbravejando o aniquilamento da revolta e comemorando a nova atmosfera que toma Salvador, desafogada e receptível ao futuro imperador, pronta para ter de volta uma rotina sem desordens, pelo menos, na concepção ofertada pelos redatores nesse periódico ao longo dos anos que tratamos neste estudo. João Antonio de Sampaio Vianna não quer simplesmente descrever a Sabinada e ofertar ao público uma sinopse da queda sabina, ele necessitava ser dramático e contundente. O editorial utiliza uma linguagem circunstancialmente metafórica para temperar o texto de modo literário, afinal, era preciso celebrar a derrota do oponente e o extermínio de uma experiência, para seus autores, grotesca e profundamente nociva para a cidade, que, por sua vez, não poderia, em hipótese alguma, se repetir. A Sabinada para o “Correio Mercantil” edificou-se, como um imóvel de alvenaria, sustentada pela “hipocrisia” e pela “feroz anarquia” – este último vocábulo, atrelado à “desordem civil” na época (PINTO, 1832, p. 83) –, e não ainda, por razões

cronológicas, relacionado ao ideário revolucionário anticapitalista e libertário somente consagrado na década de 1860 na Europa.

E continuou:

[...] O Correio Mercantil reaparece de novo, depois de interstício de mais de quatro meses, ocasionado pela ausência de quase todos os seus Assinantes, que depois do detestável dia 7 de novembro do ano passado, pressurosos buscaram uma guarida segura, em que escapassem ao furor devastador da canalha triunfante. Esta circunstancia, unida ao perigo, em que se achavam os Redatores do Correio, vítimas constantes dos furores da demagogia, pelo seu afinco à Monarquia Constitucional, e à Ordem, os obrigou a se despedirem de seus ilustres Subscritores, em o dia 14 de novembro, ficando o nosso estabelecimento à mercê dos monstros, que o deixaram intacto, como que adivinhassem deverem nossos tipos, ainda um dia, servir para fazer públicas as suas atrocidades, e implorar, como pretendemos, o castigo inexorável de suas perversidades! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 434, p. 1, 02 abr. 1838c)

O desaparecimento do periódico, a partir de 14 de novembro de 1837, foi justificado com cautela e perspicácia – como se fosse para evitar que os redatores pudessem ser tachados como covardes pelos leitores mais consternados ou como traidores pelos mais desconfiados –, afinal, os sabinos, elevados poeticamente à condição de monstros e desumanizados, curiosamente, pouparam a tipografia do “Correio Mercantil”, possibilitando que seus gazeteiros pudessem retornar para sua labuta.

E o artigo foi finalizado do seguinte modo:

[...] Brasileiros em geral, Baianos em particular! Unamo-nos, e salvemos a nossa Pátria de futuras agressões da tirania demagógica! Ordem, pois, aguardemos dos nossos Representantes o remédio eficaz que deverá sanar, para sempre, nossas chagas! Ficais certas, de que a Bahia saberá agora aproveitar a lição medonha que acaba de apresentar ao mundo, esse infame corte de vis ambiciosos, sobre cujas cabeças, iminente está o afiado cutelo da justiça e da lei. Viva o Imperador, e o Glorioso Dia 16 de março de 1838. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 434, p. 2, 02 abr. 1838d)

No arremate desse prolixo editorial, João Antonio de Sampaio Vianna investiu em um discurso baseado na necessidade de evitar novidades insurgentes no futuro, e para isso sugere um remédio que possa erradicar aquilo que compreende como uma espécie de doença social, ou seja: a Bahia deveria valer-se de uma “lição medonha” para não errar novamente. Afinal, a saúde política e a moral estavam em jogo e medicar a sociedade diariamente – mesmo que fosse com um emplastro – serviria para educar em prol de uma ordem alinhada com as concepções abraçadas pelos redatores do “Correio Mercantil”.

Após a Sabinada verificou-se um forte clima de acossamento e desconfianças, interpretado por Paulo César de Souza da seguinte maneira:

Com a privação das garantias individuais já ordenadas na província, estava aberto o caminho para a perseguição “legal” a todos que se supunha envolvidos na revolta. Estava aberta a temporada de caça às bruxas. (SOUZA, 2009, p. 119)

Com a retomada do poder e a deposição do governo insurrecto estabelecido em Salvador ao longo de mais de quatro meses, a partir do dia 15 de março de 1838, diversos setores irão investir contra os sabinos – acaçapados ou corajosamente despidos de qualquer camuflagem – e também contra os “julgados” como tal.

Portanto, inserida em uma sociedade imersa em tensões, a imprensa contrária à Sabinada não ficou de fora e fez questão de aguçar sentimentos variados entre seus leitores. Assim, dos inúmeros jornais publicados na capital da província da Bahia, o “Correio Mercantil” foi um dos impressos que assumiu a condição de caçador, mantendo-se alerta ao dia a dia de uma cidade agoniada, fazendo questão de sustentar acesas as chamas da revolta, alimentando a memória – na dose certa – numa via de mão dupla: de um lado, combatendo o esquecimento e do outro, estimulando o blecaute completo daquilo que abalou a ordem monárquica. Empolgados com a anulação do governo sabino, em 15 de março de 1838, e confiantes por causa do “regresso”, ou seja, pelo retorno dos conservadores ao governo regencial, com a ascensão de Pedro de Araújo Lima ao poder em 19 de setembro de 1837, João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, investiram persistentemente em favor da preservação da Monarquia e de uma Estado politicamente e moralmente esvaziado de tudo que equivalesse à República, à liberdade, ao federalismo, ao anti-escravismo, à qualquer projeto de poder que atemorizasse a ordem.

Ainda em 2 de abril de 1838, o nome do mais imponente dos rebelados que tomaram Salvador cinco meses antes, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, reapareceu. Dessa vez antagonizando um ofício expedido pelo Juiz de Paz, José Augusto Pereira de Matos. O extenso documento descrevia a prisão de Sabino e foi publicado pelo “Correio Mercantil” antecedido por uma breve justificativa dos redatores e que trazemos os trechos mais pertinentes:

Julgamos do maior interesse, a publicação da parte, dada ao Sr. Chefe de Policia desta Comarca, pelo digno Juiz de Paz do 1º Distrito da Vitória,

relativamente a prisão do rebelde sabino, com todas as circunstâncias que ocorreram nessa ocasião.

Ofício.

Illm. Sr. – Em consequência da participação vocal, que recebi de V. S. na noite do dia 21 do corrente, e da ordem do Governo que me foi transmitida a respeito; passei na manhã de ontem, pelas 6 horas, a ter em cerco a casa citada ao Bom-Gosto; no 1º Distrito desta Freguesia, onde reside o Gerente do Consulado da França M. Dugrivel, na qual, por denuncia dada à V. S., constava achar-se asilado o chefe revolucionário Francisco Sabino.

[...] Foi então que em um guarda-roupa do quarto, ou câmara próxima à sala, sendo de novo aberto e esmerilhado o furo que nele se achava, deparou o mencionado Juiz assistente da diligência, Vicente Luiz Gonçalves Ferreira, com um pé envolto entre o mesmo fato, e logo bradando e acudindo a tropa foi o dito Sabino de pronto agarrado pelo Cidadão Nuno de Mello Vianna, que arrancando-o do dito guarda-roupa, o trouxe patente, sendo imediatamente apreendido e entregue aos executores da diligência. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 434, pp. 2-3, 02 abr. 1838e)

Assim, abrevia-se as circunstâncias das prisões de Francisco Sabino e do Dr. Alexandre Guallet, informando que a principal liderança insurgente fora encarcerado após uma incursão legal das autoridades na residência do “Gerente do Consulado” da França, no distrito de Vitória, em Salvador, e encaminhado para a embarcação “Sete d’Abril” – cárcere improvisado dos rebeldes capturados. Relata-se, entre tantas coisas, em que condições supostamente Sabino foi achado, interceptado e rapidamente anulado sem esboçar reação alguma, expondo que o líder de uma sublevação ousada e violenta se encontrava abrigado em um guarda-roupa – circunstância que deveria ser interpretada como ato de covardia – nas dependências da casa de um representante do governo francês na Bahia.

Em 3 de abril de 1838, além do discurso de abertura da Assembleia Legislativa Provincial, proferido pelo presidente Antonio Pereira Barreto Pedroso, o “Correio Mercantil” estampou um editorial assinado com as letras “L.S.”, comumente utilizada por Luiz Antonio de Sampaio Vianna (CARVALHO; TORRES, 2007, p. 58) – irmão e sócio de João Antonio –, que, de maneira não menos pomposa ilustra – nos trechos abaixo – de forma bem direta concepções do jornal acerca da Sabinada:

Não podemos sem horror, contemplar o triste quadro, que, aos olhos do amigo da sua Pátria, hoje oferece a Cidade da Bahia, tão florescente há 6 meses ainda! Quem jamais pensaria que esta bela porção do Império da Santa Cruz, sempre ileso nas diversas comoções que a tem dilacerado, ainda mesmo nas guerras com nações estrangeiras, viesse a ser presa das chamas ateadas por mãos de indignos, a quem ele viu nascer e alimentou em seu seio! Quantos pais de famílias, outrora abastados, graças à sua vida econômica e laboriosa, julgavam deixar aos seus um pequeno patrimônio em lembrança de seu amor paternal, e hoje, já velhos e incapazes de novos esforços, encaram,

com olhos a quem o desespero recusa lágrimas, em vez de herança esperada, montões de ruínas, iníquo resultado das guerras civis! Quantas fortunas de inocentes vítimas, consumidas em poucas horas pela abrasadora lava da anarquia, capitaneada por monstros que diziam Baianos! Triste desfecho do mais sanguinolento drama, que presenciado tenha a primogênita de Cabral! Fatais efeitos de uma legislação impotente, e sem ser apropriada ao nosso estado moral! [...]

Cada dia se torna mais palpável a necessidade de reforma em nossas leis penais. A catástrofe que ia levando ao abismo a nossa bela Pátria; que dissolveu tantos laços da grande família Baiana, nela faz invocar com instância; é a triste voz da experiência quem nos grita, que novas máximas de administração são indispensáveis, e que de uma vez devem ser decepadas as raízes de todas essas revoluções, que só tem servido de atraso ao nosso engrandecimento político e moral. Legisladores do Brasil, á vós compete tão nobre como gloriosa tarefa! Atendei às desgraças e lágrimas de milhares de família, que de vós esperam o melhoramento de sua sorte! Atentai bem, que a hidra da demagogia por estar suplantada, pela sabedoria e energia do nosso salvador o Excel. Sr. Barreto Pedroso, pelo valor e denodo do bravo Exército Legalista, e do seu digno Chefe, nem por isso é mesmo temível, em quanto existirem essas ineficazes leis que a amamentaram, e nas quais sempre se tem abrigado todos os revolucionários. Merecei as bênçãos dos Baianos que só anelão pela paz, e segurança, á fim de a sombra do Trono do nosso Augusto Imperador, e da Constituição, poderem desenvolver os imensos recursos com que a Natureza dotou o nosso abençoado Solo. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 435, p. 2, 03 abr. 1838a)

Luiz Antonio de Sampaio Vianna iniciou seu artigo atuando como defensor das opulentas famílias de Salvador, prejudicadas pelos estragos resultantes dos confrontos, que, na opinião deste redator, seria unicamente responsabilidade dos sabinos, isentando a outra parte – os “legalistas” –, pois, a ação “revolucionária” e “anárquica” de alvorotados violentos também levou a parte mercantil da cidade às ruínas. Luiz Antonio igualmente se dedica às leis brasileiras, tecendo críticas à sua fragilidade e excessiva tolerância com aqueles, que seu periódico irá apresentar com os promotores do caos e comprometedores da ordem vigente. Ele clamava pela paz e segurança das estirpes baianas, expostas sempre como vassalas do Imperador, respeitadas para com o governo regencial e obedientes à Monarquia constitucional em curso. Com isso, Francisco Sabino e seus compartes deveriam ser punidos de forma austera, para serem – ao mesmo tempo – alvos numa vendeta inexorável e exemplos aos que ainda acreditassem na subversiva causa sabina.

Será trivial, que a atenção de muitos em Salvador, que não comungaram com a Sabinada, tenha se voltado para possíveis envolvidos nessa sublevação, denunciados

como rebelados espreitados ou insurrectos em potencial²². Desse modo, partindo dos mais variados espaços, uma onda de acusações afligirá muita gente na cidade. Entre ofícios em defesa de pessoas retaliadas por algum vínculo com a Revolta Sabina e outros eventos rotineiros documentados pelas autoridades, por exemplo, o que era veiculado nos inúmeros periódicos que circulavam na capital da província da Bahia merece um realce especial, principalmente, se o jornal – como no caso do “Correio Mercantil” – fosse praticamente diário e com pouquíssimas intermitências na sua trajetória.

Pela imprensa, as delações – principalmente nos primeiros meses que sucederam a revolta – serão habituais, bombardeando os leitores – em todas as suas possibilidades – com munição pesada, às vezes transcrevendo textos oficiais, em muitos momentos ofertando o público com as concepções dos redatores, em ambos os casos, colaborando para o empoderamento da ordem reestabelecida. Assim, o “Correio Mercantil”, de 6 de abril de 1838, denunciou:

Pessoa fidedigna nos comunica, que, em certa casa, sita para o lado da Lapa, e na qual habita a mulher de um dos grandes campeões da república, assassino-gatuno, o qual, por felicidade, jaz na prezinganga, se tem ultimamente dado grandes jantares, onde se fazem estrondosas saúdes, acompanhadas dos competentes [ilegível], em favor do regresso do governo Sabino Larapio. Se assim é, não se dá maior animosidade! A polícia que trate de verificar a veracidade de um facto tão criminoso, o que será fácil de conseguir, mediante indagações feitas aos vizinhos da dita casa. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 438, p. 3, 06 abr. 1838a)

A denúncia foi realçada como oriunda de “pessoa fidedigna”, e isto em certa medida fortalecia a leitura de um fato hipotético como verídico – de prováveis reuniões acompanhadas de “grandes jantares”. A esposa de um rebelado encarcerado fazia do seu domicílio um local de encontro de apologistas “do regresso do governo Sabino Larapio”. A dúvida, o rumor e o medo preenchem o texto, o endereço da casa é incerto – ficaria “para o lado da Lapa” –, tudo era improvável, mesmo que as homenagens à Sabinada fossem estrondosas, audíveis. O marido ausente era um “assassino-gatuno” e a polícia era convocada a verificar “a veracidade de um fato tão criminoso” em defesa da

²² Em 13 de agosto de 1838, um ofício encaminhado ao presidente da província excetuava alguns docentes de terem colaborado com a Sabinada. Escrito provavelmente pelo diretor do Liceu onde lecionavam, o documento pedia a readmissão do Dr. Antonio Joaquim das Mercez, do Padre João Luirino Gomes, de Antonio Gomes de Amorim e José Rodrigues Nunes, suspensos por terem sido acusados de se envolverem com a Sabinada. (LIMA, 2002, pp. 150-151).

República. Um mar de ambiguidades propositalmente disseminadas entre os leitores, que, estimulados ao temor pela boataria e incertezas do fato, deveria estar sempre alerta à fumaça, pois, ali, em meio à precariedade de informações, poderia haver chama e, mesmo que não houvesse, o potencial para tal não deveria ser nunca ignorado ou esquecido.

Na seção “Notícias Diversas”, em 26 de abril de 1838, foi exposto o seguinte:

Dizem, por aí, que o Capitão Nery (prisioneiro rebelde) outrora alfaiate, e não pouco hábil no seu ofício, viera a terra para uma comissão especial? E que comissão? Cortar algumas obras para certo figurão da Bahia? Custa-nos a crer, mas o que não padece dúvida é, que o dito Nery foi visto ultimamente nas ruas desta Cidade, se bem que nos conste não achar-se ainda solto, apesar dos empenhos já empregados, ao menos para removê-lo para as prisões de terra! Graças a inflexibilidade do Dr. Simões, que tem sabido até aqui respeitar essas criminosas proteções, apesar de partirem (oh vergonha!) de bem alto. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 451, p. 2, 26 abr. 1838)

O primeiro mês de retorno do “Correio Mercantil” começou a ser cerrado, entretanto, seus redatores continuavam atentos e sequelas sabinas ainda povoavam suas páginas. Um boato servia de referência para expor uma situação inusitada: a mobilidade de um rebelde que deveria estar em uma embarcação improvisada como prisão. Este foi citado com Capitão Nery, sabino e hábil alfaiate. Assim, ainda abarcada pelo rumor, a denúncia adentrou no campo da certeza, pois, mesmo sem citar alguma fonte – algo consentido e comum, inclusive, ao jornalismo atual –, as letras carimbavam a presença concreta do rebelado circulando livremente em terra firme. As autoridades foram questionadas, foram avaliadas como flexíveis e tolerantes em demasia com um criminoso, que, para o periódico deveria estar completamente isolado do restante da população.

Em 27 de abril de 1838, o “Correio Mercantil” divulgou que no dia anterior fizera juramento e tomara posse Thomaz Xavier Garcia D’Almeida como presidente da província da Bahia. Interventor militar desde 16 de março, sua oficialização no cargo chegou da seguinte maneira para os leitores:

Teve lugar ontem o juramento e posse do Excel. Sr. Thomaz Xavier Garcia D’Almeida, como Presidente atual da Província da Bahia. Desde 16 de Março do corrente ano tem ocupado a Presidência da Bahia 3 dignos Cidadãos!!! E marcharemos bem assim? (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 452, p. 2, 27 abr. 1838a)

A indagação final deixa nítido que o periódico, ao invés de comemorar a posse do governante, optou por tentar provocar entre o público a incerteza sobre o futuro de uma gestão, antes tríplice – pois, presidente e vice-presidente compartilhavam com um interventor militar enviado pela Corte as rédeas da administração provincial –, mas a partir de 26 de abril, unificada nas mãos de Tomaz Xavier Garcia D’Almeida.

No epílogo do mês de abril, o jornal “Correio Mercantil”, no centro da sua capa, conclamou o público para as exéquias dos combatentes contrários à Sabinada. Intitulado “Honra às Cinzas dos Beneméritos da Pátria”, o convite diz:

No dia 2 de Maio terão lugar, na Igreja Matriz de S. Pedro, as exéquias, mandadas fazer; por ordem do Governo Provincial, pelo eterno repouso dos nossos bravos Compatriotas, que pereceram no Campo da Gloria, defendendo a sagrada Causa da Integridade do Império. Esperamos que, a este ato solene, mas doloroso para os Baianos Legalistas, assistam todos os que honram com o nome de Brasileiros fiéis. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838a)

As honras fúnebres foram ordenadas pelo presidente da província em homenagem aos que pereceram ao combater os sabinos em nome da ordem e da manutenção da unidade imperial. Uma gravura com um crânio sem a mandíbula sobre dois ossos cruzados com chamas ao lado, ilustrava e encabeçava o texto, bordas encaixotavam e destacavam o chamado. Não consta o nome de um autor ou a identificação de quem a encaminhou ao jornal – ou mesmo se sua origem era interna –, porém, o que de fato interessava aos redatores, seria a vinculação de uma mera lembrança da Sabinada como algo devastador para a população de Salvador e, ao mesmo tempo, com um incidente a ser esquecido enquanto um movimento que reivindicou e possibilitou mudanças concretas, que, estremeceu uma Monarquia constitucional autoritária e centralista.

Assim como já vinha ocorrendo no mês anterior, o “Correio Mercantil”, em maio de 1838, pouco a pouco retomou o que deveria ser a rotina de uma gazeta diária baiana da primeira metade do século XIX. Entre apontamentos diretamente ligados ao mundo comercial, as mais variadas informações chegavam aos leitores, publicando-se, desde textos oficiais a artigos de outros jornais, locais ou de diferentes províncias, além, de anúncios mercantis e as instigantes denúncias. Entretanto, as notícias relativas à Sabinada ainda apareciam e elas não deixavam – com uma retórica faustosa ou com descrição – as lembranças dos habitantes de Salvador em paz.

No dia 2 de maio, na seção “Rio de Janeiro” e com o título “Ministério do Império”, o “Correio Mercantil” trouxe como primeira nota do dia:

Illm. e Exm. Sr. – Posto que a remessa dos viveres que conduziu o Bergantim Juno, cujo conhecimento V. Ex. se dignou enviar-me com Aviso de 15 de Fevereiro findo, seja uma prova exuberante do quanto o Governo Imperial se interessa em socorrer os povos fiéis ao Sistema jurado, e as famílias, que o flagelo da anarquia, e assédio desta Capital reduziu a miséria; contudo tendo-se levantado o mesmo sítio, e por isso afluído aqui grande abundância de mantimentos, desnecessário se torna que V. Ex. continue incomodar-se, enviando auxílios desta natureza, e que, ao meu ver, me não será preciso para o futuro deprecar: ficando V. Ex. prevenido, de que eu vou dar conveniente aplicação àqueles cuja recepção deixo acima acusada.

Deus Guarde a V. Ex. Porto Alegre 5 de Março de 1838. – Illm. e Exm. Sr. Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império. – Antonio Elisiario de Miranda e Brito. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 455, p. 1, 02 mai. 1838a)

Antonio Elisiario de Miranda e Brito, então presidente de São Pedro do Rio Grande do Sul – epicentro da Revolta Farroupilha – e interventor militar naquela província, agradeceu o envio de mantimentos pelo governo regencial, mesmo considerando desnecessária o amparo vindo da Corte. Assim, Brito reconheceu as condições precárias de Porto Alegre, mas, tentou tranquilizar o poder central, afirmando que sob seu julgo a capital provincial estaria protegida do assédio de Bento Gonçalves e seus seguidores – mesmo que, no decorrer do primeiro semestre de 1839, Brito e seus comandados viessem a sofrer uma série de derrotas para os farroupilhas.

Portanto, para os redatores do “Correio Mercantil” era necessário se fazer saber, que o Império se preocupava com suas províncias e, mesmo as mais distantes da Corte – como o Rio Grande do Sul –, recebiam a atenção devida. A sublime nota queria deixar fulgente, que a população fidedigna e contrária às causas farroupilhas não deveriam se angustiar, pois, a mão forte da Regência ali estava para impor a ordem e afastar a revolução. De forma alegórica, o “sútil” recado estava dado também para a Bahia.

Nesse mesmo exemplar, na segunda e terceira folhas, logo abaixo do resultado parciais do pleito para a escolha do regente nos colegiados de Cachoeira e Maragogipe, uma denúncia arriscou alertar Salvador e suas autoridades acerca de ameaças ainda relacionadas com a Sabinada:

Em aditamento as observações que em um dos nossos últimos n.º fizemos, acerca da pouca segurança, ou abandono em que se acham em geral as prisões do mar, tempo de dizer, que, ao amanhecer do dia 30 de abril, saltarão nas praias da Boa-Viagem (e bem feliz a tiveram) dois presos que puderam escapar-se de alguma das embarcações que os tem a seu bordo. Não foi com

tudo sem que algumas pessoas o vissem, e uma delas desconfiando do caso, logo mandou, por um seu escravo chamar alguns soldados, mas infelizmente o escravo tendo cometido a indiscrição de consultar com um oficial de ofício, que trabalhava em uma obra na Boa-Viagem, este o fez voltar a casa do seu senhor, dizendo-lhe que eram dois pescadores, cuja canoa se tinha voltado. Graças a esta humana informação, apesar dos esforços que reiterou o senhor do escravo, mandando-o segunda vez participar à guarda do forte do Monte-Serrate, foi já tarde, quando chegarão os soldados, por terem os fugitivos tomado já pé em terra, passando pela roça do Sr. Machado, e depois pela do Sr. Dias Lopes, donde emprenharam por alguns matos circunvizinhos. Consta-nos que pouco logo, se mandará alguns cavalarianos em procura dos fugitivos, mas do resultado, ainda nada sabemos. – Como é que tal acontece nas embarcações que até aqui eram consideradas as mais seguras das prisões? Não sabemos para onde voltarmo-nos; em terra é o que se sabe,... no mar o que se vê..., A providência vele sobre nos! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 455, pp. 2-3, 02 mai. 1838b)

O texto revela uma cidade ainda muito envolvida com a insurgência dos sabinos e quem o compôs pretendia expor o descontrole para com as prisões ao mar – ou assim queria que os leitores pensassem. De uma embarcação nas proximidades da praia da Boa Viagem – uma acanhada borda litorânea bem ao lado do Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat, na Península de Itapagipe, ao norte do centro de Salvador – escaparam a nado, segundo consta na denúncia, dois rebelados da Sabinada. O fato foi detalhado, o momento da escapada e sua trajetória despontam como indícios da urgência para que as autoridades sejam mais enérgicas com os remanescentes da revolta sabina – estivessem eles detidos ou não. A competência e a honestidade das autoridades foram questionadas, exigia-se mais segurança e recorre-se à vontade divina – à providência – como se a situação estivesse à beira do caos. O que se sabia e o que se via, por intermédio dos tipos do “Correio Mercantil”, tornava-se “verdade” ao ser impresso.

Na capa e em duas colunas da segunda página do “Correio Mercantil”, a 17 de maio de 1838, o redator, José Antonio de Sampaio Vianna, sintetizou e analisou ao seu modo o início do processo de julgamento de Francisco Sabino – levado dois dias antes para depor diante do Juiz de Paz do 2º Distrito da Sé – sob a acusação de ter liderado a revolta que tomou Salvador entre 7 de novembro de 1837 e 15 de março de 1838. Intitulado “Bahia” e com o “S.S.” – identificação típica do redator-proprietário – ao final, o periódico estampou o seguinte:

O Réu Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, perante o Juiz de Paz do 2. Distrito da Sé.

Teve princípio, na Terça feira, 15 do corrente, o processo do réu Sabino, que assistiu pessoalmente ao depoimento das testemunhas, interrogadas pelo Dr.

Juiz de Paz do 2º Distrito do Curato da Sé, em uma das Salas da Câmara Municipal desta Cidade. Passamos a dar circunstanciada notícia d’este ato, ao qual assistimos, e jugamos, que o leitor ambicionara saber todos os pormenores, e mais ocorrências que tiveram lugar. Pelas 11 horas do dia desembarcou o réu, que se acha preso na Corveta Sete d’Abril, no Arsenal da Marinha, tendo vindo no escaler da Corveta, acompanhado de um Oficial de Marinha, e um soldado de cavalaria Municipal. [...] O Réu saltou, vestido de branco, casaca azul, e chapéu de palha escura. Numeroso era o concurso dos expectadores que o esperavam, e, ao saltar, o réu se mostrou pálido, mas olhou para tudo sem perturbação e com desembaraço. No momento de partir do arsenal, e em quanto o capitão, comandante do Piquete, se demorou um pouco á receber certas ordens, o réu esteve em pé, no meio da escolta, circundada de povo, e todos olhavam com horror para o causador das nossas desgraças. Ouvimos uma voz de um velho que, aproximando-se para ele, disse – Mata esse diabo, que queimou as minhas casas – Chega o capitão, e o réu partiu, no meio da escolta, seguida pelo povo, que foi sucessivamente engrossando á proporção que se iam passando as ruas, por onde o réu seguiu, sendo para louvar, que o fizessem passar por vários prédios incendiados, a fim de que ele melhormente se preparasse para ser interrogado pelo Juiz, e desse conta de seus feitos. O Povo era imenso, e as janelas apinhoadas de senhoras, e homens: parecia um tumulto em toda Cidade baixa: os mesmos estrangeiros corriam pressurosos para verem o homem dos incêndios, o novo Erostrato! Ao subir ladeira do Tabuão uma voz se fez ouvir – Morra Sabino! – E então, o Oficial fez cerrar mais a escolta, e o povo foi sucessivamente diminuindo, visto que o réu subia para a Cidade alta, e nem todos podiam acompanhá-lo até á Câmara. Pelo meio dia chegou o réu, e entrou com desembaraço na Sala, onde se achava o Sr. Juiz de Paz Vicente Ferreira Alves dos Santos, com seu Escrivão, e o Dr. Promotor Público. Na parte oposta da mesa, e em frente do Sr. Juiz de Paz, estava uma cadeira, na qual o réu sentou-se com muito desembaraço, colocando seu chapéu em cima da mesa [...]. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 467, p. 1, 17 mai. 1838a)

Neste trecho, o redator delineou a condução de Francisco Sabino entre seu cárcere improvisado no mar da Baía de Todos os Santos – e o local do seu primeiro julgamento – na Câmara Municipal. O principal líder da Sabinada desembarcou no Arsenal da Marinha às 11h, chegando ao seu destino uma hora depois, porém, nessa versão, sua longa caminhada, mesmo sob escota policial, não foi discreta, muito menos tranquila. Como em um suplício público, José Antonio de Sampaio Vianna narrou que o réu fora encaminhado entre as ruínas da revolta, sob olhares curiosos e indignados dos muitos ali presentes, causando tumulto generalizado e estimulando o brado de algumas pessoas. A partir da Ladeira do Tabuão – um dos pontos limítrofes e de acesso entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta – as inquietações cessaram e a presença da população foi evitada, mas, Sabino já tinha recebido o veredito das ruas e do redator do “Correio Mercantil”. Através de uma “pedagogia do ódio” o jornal o comparou com Heróstrato, incendiário grego do século IV a.C., ele deveria ser punido de forma enérgica, seu nome

e seus feitos tinham que ser riscados da memória, o mito precisava ser aniquilado, uns clamavam pelo seu blecaute e outros pela sua morte.

Após descrever alguns diálogos, expondo as falas de determinadas testemunhas e as ponderações do réu, o redator José Antonio foi categórico nas linhas derradeiras da longa narrativa do primeiro julgamento de Francisco Sabino:

[...] Levanta-se o réu, e tomando o seu lugar no meio da escolta, saiu pela rua direita de Palácio, acompanhado por imenso povo, que crescia sucessivamente por onde o réu passava. As senhoras chegavam às janelas, e tudo concorria para ver esse homem impassível á tantos desastres, que causou, e tão falto de remorsos (ao menos aparentemente) q', ao passar por Palácio, olhou atento para as janelas daquela habitação, donde 2 meses antes, ditara ele esses sanguinários Decretos de morte, de perseguição, e d'incêndio contra o gênero humano! Mas ah! Que o Céu não é surdo a voz da inocência, e da justiça tão atrozmente ultrajadas por esse monstro! A vingança das leis brevemente ficará satisfeita, e seus crimes punidos, não tanto como o merecem, pois penas não existem para tanta atrocidade, tanto crime! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 467, p. 2, 17 mai. 1838b)

Ao final do dia, com a interrupção e o adiamento do julgamento pelo juiz, Sabino foi levado da Câmara Municipal, mas, não ficou nítido se seu destino seria alguma prisão em terra ou a Corveta Sete de Abril ao mar. Todavia, o redator não deixou escapular detalhes da passagem do ilustre réu diante do Palácio de Governo – quase defronte do seu ponto de partida – e por ruas adjacentes, destacando a expressiva presença de populares ao redor e no percurso da escolta que resguardava o líder da Sabinada. Por fim, remeteu-se aos céus e clamou-se por vingança, desvalorizando a decisão racional e qualquer que fosse a consequência jurídica da apreciação.

No decurso dos meses de maio e junho grande parte das quatro laudas do “Correio Mercantil” foi preenchida com notícias relacionadas com os julgamentos dos réus civis e militares da Sabinada. As seções eram anunciadas logo na capa e, na maioria das vezes, tratava-se de indagações e depoimentos reproduzidos de modo dialógico e ilustrados com expressivas análises do redator. No dia 2 de junho de 1838, um sábado, o jornal “Correio Mercantil” trouxe duas notícias – no cume da primeira coluna da primeira página – respectivamente nas seções “Bahia” e em “Noticias Diversas”:

Tribunal do Júri

Presidência do Sr. Dr. Victor de Oliveira

Aberta a Sessão pelas 11 horas, foram submetidos ao Júri d'acensação, dois processos, versando: um, sobre crime de responsabilidade, no qual o Júri não achou matéria para acusação; e o outro, sobre crime de contrabando de escravos, no qual o Júri achou matéria acusação contra varias pessoas. Pelas 3 horas da tarde, foi levantada a Sessão.

Hoje deve ter lugar a julgamento do réu Sabino. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 480, p. 1, 02 jun. 1838a)

Hoje vem ser julgado, perante o Júri desta Cidade, o réu Sabino! Escusado se torna repetir as monstruosidades d'esse réu, e menos ainda exortar ao dignos Juizes de Facto, para que julguem conscienciosamente, pois, em duas palavras, chamaremos nós toda a sua atenção – Srs. Juizes de Fato! O réu que comparece hoje em vossa presença, para ser julgado, é Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira. Julgai-o. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 480, p. 1, 02 jun. 1838b)

Após vincular informações relacionadas com os julgamentos de dois crimes – um de responsabilidade e outro de contrabando de escravizados – Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira retornou ao mundo dos impressos novamente – como vinha acontecendo no decorrer dos meses que sucederam o final da Sabinada – acusado de encabeçar não simplesmente uma revolta, que tomou Salvador durante quatro meses, mas, de ser o condutor primordial de um movimento anômalo. Assim, o júri – também nomeado de “Juizes de Fato” no texto – foi aconselhado a julgar sem olvidar, pois, diante deles não estaria apenas uma liderança política rebelde, mas, para os redatores, um dos cardinais monstros da desordem.

Uma longa descrição do julgamento de Sabino, com a decisão do júri, chegou ao público pelo “Correio Mercantil” em 7 de junho de 1838. Intitulado “Julgamento do réu Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira”, o texto se estendeu por quatro laudas, preenchendo quase que por completo o periódico. Sabino, ao final, foi sentenciado como culpado em uma série de acusações, variando o veredito entre prisão perpétua com trabalho e a pena capital. Uma nota sem a assinatura de nenhum redator do “Correio Mercantil”, mas, explicitamente sob a responsabilidade do periódico, conclui assim:

Cumpre observar, sem temermos ser desmentido, que jamais na Bahia houve um ato tão interessante, como foi a Sessão dos Jurados para o julgamento do R. Sabino. Impossível seria fixar o numero dos expectadores, sendo estes da melhor gente da Bahia. Também jamais se viu tanto interesse publico pela decisão de um processo, a menos se viu nunca um R. acusado de tanso crimes. Sentimos não poder publicar todos os pormenores deste importante processo! Todos os meios nos falecem! Não há Taquígrafos, e para obtermos isto mesmo, foi mister assistir desde as 11h do dia ás 5 da manhã, fazendo apontamentos, e moendo nossa paciência com trabalho tão aturado. Aí publicamos pouco, sim, mas o que se passou de mais importante, e com os

expectadores foram muitos, temos mais um motivo para em tudo seguirmos a verdade, que julgamos não será esta vez contestada. Aceitem, pois, os nossos Compatriotas mais este sacrifício que o Correio Mercantil faz á bem de seu país, e continuaremos á publicar, dos outros processos, o que for mais importante para o Publico. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 482, p. 4, 07 jun. 1838a)

Ao justificar as dificuldades em registrar com mais detalhes o processo de julgamento de Francisco Sabino, o redator – muito provavelmente João Antonio de Sampaio Vianna – expressa nitidamente a posição do seu jornal enquanto veículo leal ao legalismo monárquico e regencial, uma testemunha ocular promotora de uma verdade aliada a uma determinada ordem reestabelecida violentamente em 15 de março daquele ano.

A partir do segundo semestre de 1838, gradativamente o “Correio Mercantil” foi deixando de noticiar eventos relacionados de algum modo com a Sabinada. Praticamente as lideranças mais emblemáticas já tinham sido julgadas, sentenciadas e encontravam-se detidas cumprindo suas penas ou aguardando alguma outra decisão legal. Assim, cada vez mais as notícias eram reduzidas, os textos perdiam corpo e o foco tornava-se outro, como a denúncia a seguir:

Consta-nos terem sido removidos para o mar, os presos que se achavam no Barbalho, alguns dos quais, segundo nos afirmam, são bem importantes. Também, nos asseveram, que essa deliberação foi tomada em razão de terem se evadido na noite do dia 28 do passado, 6 ou 7 dos tais *raposas*, e no numero destes um celebre alfaiate cujo nome nos escapa, e que foi, dizem, dos de *garrafa* e *archote*. De há muito tempo éramos informados por alguns moradores daquele sitio, sobre a possibilidade de verificar esse sucesso, alias, muito comum em nossas prisões, mormente nas de terra, e cada dia aguardávamos vê-los transferidos para o seu verdadeiro e seguro aposento: foi porém, preciso que uma triste experiência, viesse novamente demonstrar a nenhuma segurança de nossas prisões de terra. Oxalá, seja esta a última tenhamos a enumerar! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 501, p. 1, 05 jul. 1838)

Rumores alimentavam a eloquência do redator e as informações são lançadas sem muita precisão. Os insurretos da Sabinada, propagados como evadidos do forte do Barbalho, sem se saber exatamente quantos, são chamados de “raposas”, uma alcunha que em muitos momentos ilustrará as lembranças da revolta sabina na imprensa. Falava-se, que entre os supostos fugitivos havia um “celebre alfaiate”, talvez o mesmo que já vinha transitando entre a prisão ao mar e a terra firme para atender um poderoso cliente – evento denunciado pelo “Correio Mercantil” alguns meses antes, em 26 de abril, e

cujos personagens delatado era o Capitão Nery, mais um rebelde sabino acusado de ter livre trânsito fora do cárcere.

Até o final do mês de julho, as notícias sobre a Sabinada começaram a evaporar-se das páginas do “Correio Mercantil”. O que não quer dizer que os extensos editoriais atrelados à revolta sabina – de autoria dos seus redatores ou transcritos de jornais parceiros – tenham completamente desaparecido. Porém, grande parte da gazeta vinha, já algum tempo, sendo ocupada por informações rotineiras do universo político e mercantil de Salvador e de outras praças onde este jornal circulava. Esporadicamente, denúncias e outros tipos de notícias apareciam geralmente relacionadas com fugas de rebeldes sabinos detidos em terra ou no mar – nomeados de “raposas” pela gazeta – e quase sempre baseadas em rumores ou delações imprecisas e sintéticas, com poucos detalhes e em prol de uma gestão mais enérgica e atenciosa dos presos insurgentes.

Do forte do Barbalho, no dia 22 de julho, fugiu Guedes Cabral, condenado a mais de 40 anos de prisão e cuja evasão foi atribuída pelo “Correio Mercantil” ao desleixo e a ausência dos cuidados devidos por parte das autoridades e em uma cidade, na concepção deste periódico, “[...] onde o crime acha toda a proteção, e tão pouca simpatia a causa da Justiça!” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 518, p. 1, 26 jul. 1838). A ordem – sob rédeas e esporas monárquicas e regenciais – ainda era uma demanda para os redatores do “Correio Mercantil”, pois, estes entendiam Salvador como um ambiente vulnerável à novas sublevações e, independentemente de onde viesse os algozes – fossem eles, por exemplo, africanos ou republicanos –, era necessário extirpá-los e impedi-los de agir, desmotiva-los, tirar deles a confiança, inibi-los e desmoralizá-los perante à população – como já bem fazia a imprensa conservadora –, todavia, jamais se deveria deslembrar deles.

Na segunda quinzena de agosto de 1838, em uma breve nota, o nome do Dr. Sabino regressou ao “Correio Mercantil”:

Pelo último navio, chegado do Rio de Janeiro, veio uma carta segura para o réu Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira. Talvez seja a notícia de alguma nova anistia, que a oposição-martelo tenha vista propor, em favor dos míseros inocentes rebeldes de 7 de novembro! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 537, p. 1, 21 ago. 1838a)

Com um tom irônico, fala-se de anistia, de uma nova clemência – visto que, alguns indultos já poderiam ter sido dados –, mas, dessa vez o “privilegiado” seria

aquele propagado pelo “Correio Mercantil” como líder primaz da Sabinada e grande inimigo público: Francisco Sabino. Muito rebeldes presos já tinham sido julgados e absolvidos e seus nomes vinham sendo divulgados pelo “Correio Mercantil” em listas ilustradas com avaliações indignadas dos seus redatores, que, sempre clamavam por mais rigidez e intolerância para com réus cuja inocência era tida como impossível. Logo abaixo da nota sobre Sabino, os redatores utilizaram novamente o deboche como estratégia:

Dizem (e houve já quem nos participasse) que os R.R. do Correio Mercantil vão brevemente ser chamados pelo júri, para provarem, em como os absolvidos pelo júri, são criminosos. Temo-la pegada? Não: antes os julga á todos inocentes, porque o júri assim o tem declarado, e o Correio respeita muito as decisões do tribunal popular. Enfim, seja o que for!! Talvez tenhamos de ir ainda para preziganga, por sentença condenatória, ou pelos bons desejos dos raposas! Vade retro! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 537, p. 1, 21 ago. 1838b)

Os redatores trouxeram à tona a possibilidade de serem intimados para se retratarem por chamarem réus absolvidos pelo júri de criminosos. Insinuavam que os sabinos (os raposas) poderiam estar articulando tal retaliação e zombavam da possibilidade de retratação, brincavam com a chance de serem recolhidos na “presiganga”, ou seja, para os navios prisões – da expressão inglesa abrigada *press-gang*, serviço militar forçado (FONSECA, 2016).

Em 23 de agosto de 1838, o “Correio Mercantil” promoveu um abaixo-assinado reivindicando “[...] ótimas medidas de segurança para a Bahia [...]” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 539, p. 1, 23 ago. 1838a) e se intitulando “[...] órgão dos sentimentos de tantos baianos interessados na manutenção da ordem, e da paz [...]” (Correio Mercantil, 1838), expressa ao seu público, no final da primeira parte desse escrito, o seguinte:

Bem certo estamos, de que tudo ficará no *statu quo*, mas fazemos sempre, quanto nos cabe, para promovermos o melhoramento de uma província, que pede, em alta voz, paz, união, e fraternidade, únicos elementos capazes de repararem nossos desvarios políticos, e de marcarem essa nova era de prosperidade publica, á que até hoje não temos podido atingir. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 539, p. 1, 23 ago. 1838b)

Mais uma vez, bradando pela ordem, pela paz e por *statu quo*, os redatores do “Correio Mercantil” assumiram a condição de porta-vozes dos interesses de uma parcela da população baiana. Para isso, elaboraram uma longa petição, exigindo medidas firmes

e urgentes, que aperfeiçoassem politicamente a província e garantissem um futuro menos incerto. Demonstraram não estarem satisfeitos com a situação vigente, clamavam por uma Bahia moralmente e politicamente varrida das adversidades de outrora – com feridas abertas e dores ainda latentes –, pois, ainda se sentiam inseguros com as lembranças vivas e concretas da Sabinada.

O abaixo-assinado, propriamente dito, trazia na sua introdução o que em seguida apresentamos em fragmento:

Augustos e digníssimos Srs. Representantes da nação brasileira.

Os habitantes da província da Bahia, abaixo assignados estão convencidos, de que a prosperidade do Brasil depende do acatamento á religião de seus pais; da estabilidade do trono imperial; da união das províncias; e da guarda da constituição que juraram.

Estão demais convencidos, de que fazer parar, ou retrogradar o andamento das luzes, fora, além de impossível, crime de lesa civilização: Que importa ás nações marchar a par dos conhecimentos, mas com a moderação, e escolha, que á cada uma possa quadrar, e servir: Que progredir em luzes, é caminhar para a ordem, firmando cada passo para a liberdade legal, e prosperidade da nação. [...]

Os abaixo assignados querem gozar das vantagens do progresso dos conhecimentos humanos; querem gozar dos benefícios da liberdade; querem afastar dela os defeitos, que não tem, e que pseudos liberais, por sua ignorância, ou maldade, lhe tem querido atribuir. Querem que a primogênita do Brasil forme nexo indissolúvel com as províncias suas irmãs, e que de poderosa por essa união, não se torne fraca, isolando-se, como ha pouco pretenderão desvairados, que transverterão todas as ideias recebidas. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 539, p. 1, 23 ago. 1838c)

Os redatores do “Correio Mercantil” encaminharam aos representantes da “nação brasileira” um requerimento em nome do progresso do país, em favor de um avanço acordado com um conceito de civilização, cujos alicerces eram o catolicismo romano trazido pelo colonizador, a Monarquia constitucional e a manutenção da unidade territorial – elementos primordiais ao sucesso dos arranjos políticos conservadores e à manutenção de privilégios comprometidos pelas ameaças liberais, republicanas e federalistas. Os gazeteiros não ignoraram a necessidade de mudanças, todavia, opunham-se à dinâmica revolucionária e ao uso de modelos alienígenas à realidade brasileira. Eles não negavam as “luzes”, não viram as costas aos valores burgueses em ascendência na Europa e em parte da América, falam em liberdade, mas, eram bastante cuidadosos com as palavras, pois, queriam evitar a instabilidade e impedir que outros grupos sociais se comovessem e se rebelassem.

Assim, foram apresentadas doze propostas de medidas²³, que, para os redatores do “Correio Mercantil”, garantiriam aos requerentes o pleno gozo de prerrogativas essenciais a um progresso timoneado por poucos, ou seja, pelos que já disfrutavam de privilégios seculares e viram a Sabinada e as demais insurgências – vindas de 1823 –, como ameaças concretas e que não deveriam ser subestimadas. Desse modo, fazia-se pressão sobre as autoridades, apontando transformações imediatas e antecipando prováveis sublevações de natureza semelhante à Rebelião Sabina. Os redatores – em nome dos seus pares – sugeriam, entre outras coisas, o controle do arsenal, a organização de uma milícia permanente e remunerada, a manutenção da guarda nacional, a reestruturação de certas competências atribuídas ao Poder Judiciário, melhorias na comunicação pelos correios, o cadastro dos moradores dos distritos e de suas respectivas atividades pela chefia de polícia, restrições de feriados e aumento dos

²³ Os doze itens do abaixo-assinado foram:

1º. Que se não tenham reunidas em um só ponto as armas, e pretextos de guerra, e sim que sejam distribuídas pelas cidades, e vilas da província, cabendo á cada uma seu arsenal conveniente, de modo que fiquem todas fortes, e nenhuma poderosa, formando-se assim o equilíbrio das forças, e não tendo as armas expostas á presa de uma facção, como ultimamente aconteceu, nem sujeitas ao abuso de uma má administração.

2º. Que se criem corpos de milícias, unindo á cada um deles uma companhia de guardas campestres para vigiar as estradas, e lavouras; que esses corpos deem, por turno, a guarda necessária ao armamento, e pretextos, e seja paga durante os dias do seu destacamento, vindo cada distrito a pagar somente, por ano, um número mui limitado de soldados; e entregando-se assim a defesa do país, não á mercenários, e á vadios, mas aos que tem o poder, que são os que interessam na ordem.

3º. Que se não perca o útil estabelecimento das guardas nacionais, nem o povo o direito, que já de eleição nessa parte, mas que sejam guardas nacionais só aqueles, que outrora compunham as ordenanças.

4º. Que se não perca a instituição dos jurados, tribunal digno de povos virtuosos, mas não pelo modo porque foram admitidos entre nós, pois, q', longe de causarem o bem, que deles esperava a sociedade, perderão na opinião do povo; e para que tal instituição possa prosperar, e com tempo, e costumes ter a latitude, q' extemporaneamente se lhe deu, sirva por ora só para julgar dos delitos, e abusos da liberdade de imprensa.

5º. Que a justiça de paz desempenhe seu nome, e não tenha atribuições, além das de conciliar.

6º. Que os comissários de polícia sejam encarregados do sossego público, e suas atribuições tenham limite bem marcado: que cada morador de distrito seja obrigado a declarar, de q' vive, perante o dia comissário, e este de verificar a vivenda de cada um morador.

7º. Que a lei das eleições tenha por base, como em todos os países constitucionais as contribuições diretas, e não simples dito do haver de cada um, para ser eleitor.

8º. Que para restaura o credito dos gêneros de lavoura, nos mercados, onde esta perdido, se criem inspeções.

9º. Que se estabeleçam correios entre as diferentes povoações, sem o que, nem se pode bem governar, nem negociar.

10º. Que se acabem tantos dias feriados, guardando-se só os domingos, as festas nacionais, e grandes festas religiosas; sanando-se assim grandes perdas de tempo, pois que o tempo é riqueza, é tudo.

11º. Que se desarmem os fortes de S. Pedro, Barbalho, e do mar, empregando-se aqueles em estabelecimentos uteis, e este conservando apenas uma peça para sinais, &c.

12º. Finalmente: a reforma dos códigos do processo, e criminal, &c. &c.

dias úteis, a transformação de três importantes fortes de Salvador em uma espécie de base de observação e as reformas do Código Criminal (BRASIL, 1830) e do Código do Processo Penal (BRASIL, 1832).

Pelo que se publicou no “Correio Mercantil”, Salvador ainda era – quase seis meses passados – uma cidade povoada por personagens angustiados devido aos ares de revoltas ainda presentes na sua atmosfera e por outros, aflitos com a possibilidade de terem seus privilégios pulverizados – esses últimos, por sua vez, tentavam fazer os primeiros acreditarem nas suas versões, nas suas verdades, afinal, necessitavam de aliados para a manutenção de uma ordem pública a seu favor.

Os redatores do “Correio Mercantil”, conforme os meses transcorriam, precisavam nutrir seu jornal com as mais diversas notícias e a garantia da sua circulação diária dependia também das assinaturas e dos anúncios vinculados. Como mídia, tinha que ser gerido ao nível empresarial e, ao mesmo tempo, dar um retorno ao seu público como suporte de linguagem, fazendo os fatos contados por via oral ou recontados entre os não letrados, circularem pela Cidade da Bahia e por onde fosse possível chegar. Para não definhar enquanto uma gazeta política, produtora e reprodutora de conceitos morais bem específicos, João Antonio de Sampaio Vianna e seus parceiros de jornal, não podiam deixar os “raposas” em paz. Os que estavam presos não podiam escapar, os que foram inocentados precisavam se sentir culpados (e serem percebidos como tal) e os que ainda não tinham sido capturados deviam ser enlaçados. E como também precisavam ser vistos como arditos, a alcunha de raposa – animal de grande destreza – serviria para reforçar o perigo em se conviver com sabinos por todos os lados. Os “raposas” precisavam ser acoados e as armadilhas não podiam falhar. Estava aberta a temporada de caça!

No começo de setembro de 1838, o “Correio Mercantil” trouxe na primeira página uma nota ocupando meia coluna, divulgando, que, por meio de apelação, as sentenças de dois militares condenados por facilitar a fuga, no final de 1838, de Bento Gonçalves, líder da Revolta dos Farrapos, do forte do Mar – o capitão Machado e o alferes Domingos de Gusmão Vianna – fora revista, mas, sem inocentar os citados (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 546, p. 1, 01 set. 1838). Alguns dias depois, a 7 de setembro, em um cuidadoso editorial, homenageou-se a emancipação do Brasil com

relação à Portugal com um “viva o dia sete de setembro!” e com letras garrafais, louvou-se os

“[...] 17 anos, que o grito de Independência do Brasil soou, dos lábios do imortal Pedro 1º, nos famosos campos do Ipiranga! Mágico som, que ecoou entusiasticamente em todos os corações Brasileiros, desde o soberbo Amazonas até o rio Prata! [...]” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 551, p. 1, 07 set. 1838a).

Entretanto, algumas linhas adiante, a Sabinada – como não poderia deixar de ser – ressurgiu para cevar as lembranças dos leitores:

“[...] A ideia das dissenções políticas, por que havemos passado, não pode deixar de contristar os corações puramente Brasileiros, e praza aos Céus, que essa triste e funesta experiência seja o único fanal seguro, para, d’hora em vante, estreitarem-se mais os laços de concórdia e de união que devem ligar, em um só corpo, a grande família Brasileira! Esses filhos degenerados, que fascinados pela quimérica Liberdade da decantada república; esses Brasileiros, que não se envergonham de fazer correr o sangue de seus irmãos, que perjuraram o mais sagrado dos juramentos, que tem pisado todas as relações sociais, resgado atrozmente todos os contratos, ah! eles sentirão, um dia, roedores remorsos, convencidos, já tarde, de sua errada carreira, e do males que, a si próprios, e a seus coirmãos, tem causado seu louco fanatismo, por esse ídolo, chamado – Liberdade – ídolo que não existe, senão quando um povo é unido e forte, quando se respeitão os recíprocos direitos, ao Monarca, e às Leis do país, elementos estes, sem os quais tudo é desordem, tudo anarquia. [...]” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 551, p. 1, 07 set. 1838b)

Enquanto o dia 2 de julho foi mencionado com uma tacanha nota de quatro linhas informando o regozijo público homenageando o “[...] Aniversário de Entrada do Exército Pacificador [...]” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 499, p. 1, 03 jul. 1838) em Salvador, os redatores do “Correio Mercantil” deram ao dia 7 de setembro um enorme destaque, que, como não poderia deixar de ser, serviu de pano de fundo para novamente trazer à superfície o tema “Sabinada”. Em um longo trecho, diretamente associado à Revolta Sabina, se criticou as divergências políticas e se determinou a união do país. Falou-se, metaforicamente, em grande família brasileira, mas, os rebeldes, apesar de também serem exibidos como integrantes dessa estirpe, foram tidos como desgarrados, abastardados, iludidos pelas ideias de república e liberdade – esta última impressa com inicial maiúscula, enfatizada como um “nome próprio”, como uma entidade.

A “Liberdade” foi hostilizada no texto em tributo ao “7 de setembro”, afinal, era um ser comprometedor da ordem e inviável para os devotos do autoritarismo centralista,

que a concebem com um ente dispensável para uma sociedade que possua como virtude a união, a força, o respeito às leis e lealdade à Monarquia. Os redatores sonhavam com um povo subordinado a uma ordem gerida por eles e seus pares, ou seja, pelas poucas criaturas iluminadas que se mantinham politicamente e moralmente sóbrias e fiéis ao governo monárquico e regencial.

As notícias relativas à Sabinada foram pouco a pouco se esvanecendo das páginas do “Correio Mercantil” ao longo do último trimestre de 1838. Os textos eram escassos, perdendo volume e tornando-se notas discretas, ordinariamente pautadas em algum fato extraordinário pertinente aos rebeldes sabinos encarcerados, aos que foram inocentados ou aos que – para os redatores e seus sectários – vinham sendo ignorados pelas autoridades.

Entretanto, em 7 de novembro de 1838, decorridos doze meses do início da Sabinada, o assunto que protagonizou grande parte dos números do “Correio Mercantil” entre os meses de abril e julho daquele ano, regressou, como há muito não se via, faustosamente. Mais uma vez os redatores miraram a liberdade – e tudo àquilo que compreendem como contradições desta – para discorrerem sobre suas concepções políticas e morais e impedirem que os frutos da revolta sabina sumam por completo:

Le but des vrais amis de la liberté doit être d'y infuser une bien plus forte dose de ces connaissances, de ces pensées, et de ces sentiments élevés, qui constituent le vrai citoyen!! (Sismondi.). (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838a)

Preenchendo quase toda a capa do jornal, o editorial intitulado “O dia 7 de Novembro” foi ilustrado no seu começo com um trecho em francês da obra do economista suíço Jean de Sismondi (1773-1842), “Études sur les constitutions des peuples libres” (1839, p. 65); uma síntese dos sentimentos e interesses, que, logo abaixo compuseram a imponente explanação dos redatores. Enalteciam-se os verdadeiros amigos da liberdade e os verdadeiros cidadãos a partir de ideias despedaçadas de Sismondi, este, por sua vez, ferrenho crítico do liberalismo e causídico voraz de um Estado forte e, que fosse, ao mesmo tempo, “protetor” dos trabalhadores frente ao assédio revolucionário liberal.

E o editorial foi iniciado assim:

Um ano se conta hoje, que a demagogia em triunfo, erguendo nesta Cidade da Bahia o seu sanguinolento pendão, começou pouco depois a exercer todos os atos de usual ferocidade! Um ano, sim!! E de quantas desgraças não está

ele recheado? Penosa recordação! De um lado, irmãos contra irmãos se devorando mutuamente pelas prometidas liberdade, e igualdade [...]. Do outro lado, porém, uma multidão cega e fascinada pelas quiméricas vantagens sociais, empunhando armas fratricidas contra aqueles de seus coirmãos, que em vão empregão as armas do raciocínio, armas sempre ineficazes para um povo, que ainda não conhece bem seus interesses, para fugir das insidiosas sugestões desses aventureiros, falsamente chamados libertadores [...]. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838b)

Deste modo, os redatores questionavam as promessas de liberdade e igualdade articuladas pelos líderes rebeldes sabinos, ressaltando a inexperiência – e certa inocência – dos que os seguiram cegamente. A emancipação política recente do Brasil foi destacada – como se ainda não houvesse maturidade para assimilar racionalmente todo aquele ideário burguês vindo de fora –, cobrou-se uma moral aos insurgentes, pois, sem ela, segundo os dissertantes, não haveria alicerces para afugentar a desordem e aniquilar a verdadeira democracia. Para isso, o povo deveria confiar nos seus governos, respeitar as bases legais outorgadas, a religião oficial, mantendo-se sempre ordeiro e pacífico, como vassalos leais aos seus senhores.

[...] Baianos! Hoje, que é o primeiro aniversário das nossas tristes calamidades, renasçam de novo, em cada um de vós, as deploráveis recordações, que tão nublado e carrancudo dia melancolicamente oferece! Lançai vossos olhos de dor, para essas medonhas ruínas, legado infame desses, que com tanto afã apregoavam a vossa regeneração e liberdade! Vede quantas viúvas, quantos míseros órfãos, quantos pais enfim, lamentam hoje a perda dos objetos mais caros á sua existência, sem que possam, se quiser, encontrar lenitivo algum ás suas angustias! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838c)

O editorial “O dia 7 de Novembro” foi também um apelo em prol da memória, pois, a Sabinada, não deveria ser esquecida, sendo preciso resgatá-la como forma de fortalecimento de uma luta incessante contra o que quer que comprometesse a ordem balizadora de privilégios. Assim, os redatores recorreram à humanidade e à filantropia, utilizando esses conceitos para munir seus argumentos contrários às reivindicações sabinas, resgatam a destruição da cidade, os incêndios, as mortes – isentando as tropas legalistas e culpabilizando os insurgentes. Desqualificaram o imperativo do confronto, da mudança através da revolução, rotulando o povo como ingênuo em demasia para compreender e por em prática, por exemplo, ideias, com a de liberdade, a de igualdade, a de república e a de federalismo, todas importadas e tidas como mal assimiladas em terras brasileiras.

E assim fez-se o desfecho:

[...] Baianos! Seja o aniversário do sempre detestável 7 de Novembro, o dia, em que anualmente nos reunamos todos em torno do Trono Imperial, para n'ele ratificarmos de coração nossos puros votos de obediência às leis, á Constituição, e ao Monarca, protestando sempre crua guerra á quanto possa, de novo, lançar-nos no medonho caos da fera anarquia, a qual deve para sempre fugir nossas plagas! A liberdade sem ordem, diz o sábio Fénelon, é uma libertinagem que nos leva ao despotismo; a ordem sem liberdade é uma escravidão, que se perde na anarquia. União, pois, e exerça cada um, com fervoroso empenho, os sagrados deveres, que as leis sociais nos impõem á todos! D'esta forma, caminharemos seguros na senda da verdadeira liberdade, que, sem ordem, nada mais é, senão confusão e ruina geral. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838d)

Os redatores do “Correio Mercantil” lembraram de modo incisivo o primeiro ano da Sabinada e recordaram aos estragos materiais e humanos que a experiência revolucionária baiana trouxe para Salvador. Cutucaram feridas que não foram completamente curadas e apelaram para a obediência como forma de evitar apossamentos futuros. Fazendo referência a François Fénelon (1651-1715) – teólogo católico e escritor francês liberal estudioso da Educação e da Política –, vincularam liberdade à libertinagem, ao despotismo, à anarquia e viram a união e a sujeição do povo como a fórmula para um futuro de estabilidade e garantias – obviamente, para alguns poucos cujos privilégios dependiam da subalternidade de muitos.

Findado o ano de 1838, o “Correio Mercantil” retomou suas atividades em 2 de janeiro do ano seguinte e, com um texto relativamente lacônico, teceu uma também sucinta retrospectiva, de onde submergiam lembranças negativas acerca da Sabinada e concluídas com os redatores posicionando-se assim:

[...] Quanto a nós, nada receamos, porque a razão e a justiça de nossa causa são mais firme baluarte d'onde não cessaremos de dirigir constantes tiros contra tudo que se opuser á Lei, á Ordem, á Constituição, e ao Imperador o Sr. D. Pedro 2º, penhor da felicidade da pátria. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 1, p. 1, 02 jan. 1839)

Optou-se por uma linguagem figurada – do tiro e do baluarte – para fortalecer entre o público a ideia do “Correio Mercantil” enquanto bastião armado – da palavra – e vigilante incansável pela ordem e avesso às oposições.

Completados um ano da derrota sabina, o “Correio Mercantil”, em 16 de março de 1839, homenageou – com um “Viva a Legalidade!” encabeçando um inspirado editorial – a retomada da província da Bahia pelas forças legalistas e o retorno do governo deposto e exilado fora dos limites da capital. Com uma redação novamente em defesa da ordem, da obediência e do respeito à Monarquia constitucional de D. Pedro II

– impressa por extenso e em caixa alta –, os redatores foram mais econômicos quantitativamente com as letras, todavia, compuseram um texto repleto de indagações, nitidamente elaboradas para evocar reflexões entre seus leitores, focando na secessão da Bahia, nos prejuízos causados por esta sublevação e no insucesso de tal empreitada. Ao final, assim exclamaram os redatores:

[...] Que a Lei seja nossa única mira, nosso mais seguro farol, e poderemos ainda conquistar esses dias de paz, e de prosperidade, tão custosos de firmar entre nós! Corremos ao Templo do Deus Sacramentado, e peçamos-lhes a União de toda família Brasileira, e o termo final das nossas desgraças políticas! Imploramos a Providência que vigore e felicite os dias do Nosso Adorado Imperador, e Ele, sim, só Ele será o nosso Salvador, o nosso Defensor Perpétuo! VIVA O SR. D. PEDRO II! VIVA A LEGALIDADE! VIVA À UNIÃO DE TODOS OS BRASILEIROS! VIVA! VIVA! VIVA! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 61, p. 1, 16 mar. 1839)

Seus redatores habilmente argumentaram amparados pelo discurso político e moral, recorreram mais uma vez às leis e à religião e elevaram Pedro de Alcântara – o futuro D. Pedro II – ao patamar de “salvador”. O apelo foi contundente e insistente, a Sabinada não deveria ser deslembrada, a ordem e a obediência teriam que prevalecer, a aventura revolucionária como forma de alcançar a “felicidade” precisaria ser descartada. Com “vivas” ao jovem monarca, com “vivas” à legalidade e à união de todos os brasileiros, concluiu-se um combativo editorial de celebração de um ano do desbaratamento da Sabinada, um resumo de anseios e angústias de homens, que viam como vital a manutenção do seu status quo.

Nos meses posteriores, o tema “Sabinada” não desaparecerá por completo, mas, gradativamente vai deixando de protagonizar as páginas do “Correio Mercantil”. As notas de “cobertura” de sentenças e apelações continuaram, as denúncias e alertas também, afinal, era preciso recordar os malefícios da Revolta Sabina. Por outro lado, o desafio era fazer isso sem promovê-la enquanto parâmetro de transformação.

Os redatores do “Correio Mercantil” revelavam através dos seus textos ou a partir do que selecionavam para ser veiculado nas mais variadas seções do jornal, uma Salvador marcada pela tensão. Entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839 – datas limítrofes estabelecidas neste estudo – noticiou-se uma cidade afogada em um agitado mar de sequelas promovidas como provenientes da Sabinada. O público foi bombardeado veementemente com vasta munção discursiva, com escritos compostos por concepções políticas e morais de natureza conservadora e embasada por valores

religiosos católicos ortodoxos e preceitos monarquistas autoritários. A ordem e a obediência deveriam servir de vacina contra os ideários que chegavam cruzando as fronteiras, vindos de outras províncias, da Corte, de além-mar, de outros países, assimilados, reelaborados e espalhando-se de forma epidêmica. A liberdade, a igualdade, a democracia, o liberalismo – e o caminho da revolução para se conquistar tudo isso –, tinham que ser apartados da sociedade, afastados de um país imaturo politicamente e moralmente desvalido.

A Salvador que surge do “Correio Mercantil” era apresentada ao público como uma cidade debilitada e descoberta. Nos meses que intercorreram à Sabinada os redatores se empenharam em não perder de vista tudo àquilo que consideravam perigoso e, com postura de benfeitores do povo, ofertaram o caminho a seguir, a verdade a se acreditar, por fim, a redenção.

2.3 A REVOLTA DOS MALÊS E A ROTINA DE TENSÕES ESCRAVAS EM SALVADOR

Não apenas da Sabinada viveram os redatores do “Correio Mercantil”. Entre tantos fatos ocorridos ao longo do período coberto por este estudo (2 de abril de 1838-16 de março de 1839), a Rebelião Malê, mesmo tendo estourado em 25 de janeiro de 1835, ou seja, quase três anos antes do nosso referencial de partida, esporadicamente ressurgia nas páginas desse jornal. Mas, o que foi a “Rebelião Malê”?

Paulo César de Souza, em “A Sabinada: A revolta separatista da Bahia”, sintetiza a Rebelião Malê da seguinte maneira:

Liderados por escravos muçulmanos (‘malês’), centenas de escravos saem às ruas de Salvador na madrugada do dia 25. Lutam contra tropas da polícia, guardas nacionais e civis armados. São finalmente derrotados pela cavalaria em Água de Meninos. Cerca de setenta caem mortos; matam nove pessoas. Sufocada a rebelião, as autoridades determinam investigações rigorosas e discriminações contra africanos livres. Mais de duzentos negros são levados à justiça. Ao fim, quatro são executados, 22 sofrem penas de prisão e galés, 44 penas de açoite. Mais de quinhentos africanos são expulsos para a África. Os rebeldes pretendiam eliminar os não africanos da Bahia, exceto os mulatos, que poupariam para servi-los. A revolta dos malês foi a culminância de três décadas de agitação escrava. (SOUZA, 2009, pp. 27-28)

Souza demonstra como esta rebelião – entre tantas outras formas de agitações de escravizados africanos do início do século XIX em Salvador – mobilizou as autoridades

e fez com que os braços armados da cidade se empenhassem em deter não somente as ações da madrugada de 25 de janeiro de 1835 em si, mas, agissem também com a finalidade de desmotivar futuros levantes africanos. Logo, além de neutralizada fisicamente (com mortes, prisões e banimentos), a Rebelião Malê precisava ser apagado, no mínimo, enquanto recordação, ou rememorado, na dose certa, como algo nefasto, afinal, eram filhos de Alá sublevando-se contra hereges, eram muçulmanos africanos motivados em tomar uma cidade ainda politicamente e economicamente importante, uma cidade negra sob a gestão de uma minoria branca senhorial. E os grupos sociais opostos a esta luta tinham plena noção de que o que estava em jogo não era a conquista da liberdade por algumas centenas de cativos ou o comprometimento do bom funcionamento do sistema escravista, mas, a possibilidade real de terem a ordem abalada e o seu poder confiscado. Por isso, o “Correio Mercantil” agiu, sempre que pôde, denunciando e alertando sobre os perigos cotidianos causados pela presença expressiva, sobre tudo, de africanos cativos e libertos na cidade, especialmente quando esses fossem malês.

Em “Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835”, João José Reis afirma que:

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram malês, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos.

Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sérios ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista. Centenas de insurgentes participaram, cerca de setenta morreram e mais de quinhentos, numa estimativa conservadora, foram depois punidos com penas de morte, prisão, açoites e deportação. Se uma rebelião das mesmas proporções acontecesse na virada para o século XXI em Salvador, com seus quase 3 milhões de habitantes, resultaria na punição de cerca de 24 mil pessoas. Isso dá uma idéia da dramática experiência vivida pelos africanos e outros habitantes da Bahia em 1835.

A rebelião teve repercussão nacional e internacional. No Rio de Janeiro uma notícia detalhada chegou ao público por meio de periódicos que publicaram o relatório do chefe de polícia da Bahia. Temendo que o exemplo baiano fosse seguido, as autoridades cariocas estreitaram a vigilância sobre os negros locais, sobretudo na Corte imperial. Além de disseminar o medo e provocar o aumento do controle escravo em todo Brasil, os rebeldes também reavivaram os debates sobre escravidão e tráfico de escravos da África, agora vistos com olhos mais críticos. Em Londres, Nova York, Boston e provavelmente outras cidades da Europa e das Américas, a imprensa também publicou relatos do levante. A África teve conhecimento do fato por intermédio dos numerosos

libertos para ali deportados como suspeitos pelas autoridades baianas. [...] (REIS, 2003, pp. 9-10).

Reis chama a atenção, logo de início, para o significado quantitativo da Rebelião Malê, ressaltando, com base em dados acerca de mortos e punidos do lado insurgente, que o número de envolvidos pode ter se aproximado de 3% da população da cidade. Todavia, o que também impressiona é a ressonância do movimento para fora dos limites baianos e será, justamente, a imprensa um dos canais responsáveis por fazer chegar na Corte imperial, por exemplo, e fora do Brasil notícias sobre o levante – no caso do Rio de Janeiro, especificamente, alertando as autoridades da necessidade de se controlar os escravizados locais. Deste modo, tem-se um jornalismo a serviço da ordem, que, faz ecoar os interesses de determinados grupos sociais.

Todavia, Reis também ressalta que o Levante dos Malês (1835) compõe, em certa medida, a continuidade de uma tradição rebelde encabeçada por escravizados africanos iniciada em Salvador ainda no período colonial. Em 1807, uma conspiração de “quilombos nômades”, que se movimentavam nos arredores da cidade e também atuavam como centros religiosos, inclusive sob liderança de haussás muçulmanos²⁴, planejaram, segundo as autoridades da época, uma audaciosa e violenta investida sobre a capital provincial e engenhos do Recôncavo (2003, p. 68-81). Contudo, após mais de duas décadas de rebeliões escravas fora de Salvador ou abafadas ainda nos seus subúrbios, em 10 de abril de 1830, dezenas de africanos iniciaram um levante na Ladeira do Taboão²⁵, centro da cidade. Armados de armas brancas, roubadas de três casas de ferragens do local, avançaram sobre um mercado de escravizados e um posto da guarda nas cercanias, onde, já em centenas, o grupo acabou sendo dispersado, muitos foram presos e vários quase que completamente massacrado por reforços policiais (2003, p. 115-117).

Assim, arriscamos afirmar que a presença africana na memória da população de Salvador não resultou simplesmente do levante de 25 de janeiro de 1835, mas, de uma onda de rebeldia que, por três décadas inspirou a subversão de escravizados e libertos,

²⁴ Segundo João José Reis os [...] haussás vinham de uma terra deflagrada pela guerra, por uma *jihàd* e, e antes desta, por conflitos envolvendo os diversos reinos que competiam pela hegemonia naquela região. Mesmo a estratégia militar que os rebeldes planejavam adotar – reunir-se fora de Salvador e ataca-la – era uma modalidade consagrada na guerra de cerco e assalto usada pelos haussás, antes e durante a *jihàd*. (REIS, 2003, pp. 76-77)

²⁵ Ligação entre o Pelourinho e a Cidade Baixa ainda nos dias de hoje.

atormentando as autoridades e os grupos sociais defensores da ordem e de um Estado além de monárquico, estruturado pela segregação racial e pela escravidão. Entretanto, a revolta malê daquele ano inspirou, por exemplo, a Assembleia Provincial da Bahia a elaborar e implementar – menos de quatro meses depois da sublevação – o que ficou conhecido como “lei número nove”. Segundo Luciana da Cruz Brito, a lei número nove:

[...] trazia medidas que tinham como alvo principal a retirada da Bahia dos africanos libertos e dos africanos livres trazidos pelo tráfico ilegal.

Essencialmente, a lei número nove sustentava seu plano de segurança numa perseguição ao tráfico ilegal que garantisse a execução da lei de 7 de novembro de 1831, aquela que proibia o tráfico de africanos. Além disso, e também partindo do princípio de que eram os africanos libertos os grandes responsáveis pelas turbulências ocorridas na província, a lei número nove dedicava vários artigos a dificultar a sua permanência na Bahia, enquanto não fosse cumprido o projeto de deportação de todos eles para qualquer ponto da Costa Africana. (BRITO, 2009, p. 40)

Uma lei que visava “cuidar” da tranquilidade e da segurança pública, que enxergava a deportação como eliminação dos que fossem contrários, para Brito, aos projetos de concepção de uma sociedade referendada pela Europa e que também ameaçavam a ordem escravista da província. Desse modo, o jornal dos irmãos “Sampaio Vianna”, mesmo três anos após o Levante dos Malês (1835), fez circular proposições que não chegavam a recomendar a deportação, mas, instigavam as autoridades de Salvador a dedicar atenção especial aos africanos, incitando a repressão e fazendo questão de manter as lembranças arejadas.

Em 2 de agosto de 1838, o “Correio Mercantil” citou os malês em suas páginas, mas, dessa vez a denúncia que recaía sobre os africanos islamizados terá ligação com um evento relacionado com a Sabinada:

Antes de ontem, talvez para solenizar a partida do batalhão 7 de Pernambuco, houve folgança africana, pelos sítios costumados do Engenho da Conceição; e desta vez, se estendeu além, à Massaranduba, ou estrada nova de Itapagipe, havendo ainda pequenos batuques, por diversos lugares. Nessa noite, como para mostrar o peso de que ficarão aliviados os malês, todos cantarão, ou antes uivavam em ranchos. Oh da Policia, olho vivo, e bem alerta; sentido, e cautela; boas rondas, e sobre tudo, alguns destacamentos para certos sítios, são muito urgentes. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 523, p. 1, 02 ago. 1838)

A acusação publicada na seção “Notícias Diversas” não expressava a certeza dos fatos, pois, estrategicamente o jornal optou por instigar a desconfiança e, através da expressão “talvez”, seus redatores conceberam um texto sutilmente especulativo, mas, preciso nas suas intenções: havia outros algozes na cidade que precisavam ser vigiados.

Na mesma página e na mesma seção, falava-se da partida do 7º Batalhão de Pernambuco – fundamental para derrotar os sabinos meses atrás – que, dois dias antes dessa denúncia, no dia 30 de setembro 1838, saiu em expedição rumo à província do Rio Grande do Sul e ao núcleo da Revolução Farroupilha. O curto texto foi uma expressão de agradecimento e, em certa medida, foi complementado pela denúncia que chega logo à frente. Uma imputação que falava em folgança de africanos em uma região (e para além dela), onde, segundo o texto, comumente escutavam-se barulhos que indicavam uma presença negra rebelde, sobretudo dos ainda temidos malês. Os batuques ecoavam e, pela denúncia, corrompiam o silêncio noturno, subvertendo a ordem e comemorando a saída do 7º Batalhão de Pernambuco, como, se a partir de então, Salvador estivesse desguarnecida, transformando-se em terreno fértil para todos os tipos de insurgências.

Os supostos perturbadores foram desumanizados, afinal, além de transgredirem percussivamente, pela imposição de uma cultura de resistência sonora – primitiva e perigosa para o referencial dos redatores –, eram também expostos como “bichos” da noite. Os antagonistas da denúncia uivavam, e seus brados não eram qualquer bravejo, era uma metáfora do lobo em matilhas, articulado coletivamente, indomáveis e sempre preparado para o sorrateiro ataque noturno. Desse modo, a solução pragmática para tal “selvageria” – evitando-se sempre o tumulto, o pânico, o descontrole, a rememoração exagerada – seria a repressão policial.

Além de notícias alusivas à Sabinada e à Rebelião Malê, foi também possível notar que eventos cotidianos de Salvador, de pouca ou nenhuma cobertura historiográfica, afloravam rotineiramente no “Correio Mercantil”. Assim, fora de seções tradicionalmente voltadas para as tensões da cidade – com as que traziam editoriais e denúncias sobre sabinos e malês – achava-se em outros espaços, como nos anúncios, uma volumosa quantidade de fatos do universo comercial, mas, que analisados com mais atenção, acabavam sendo reveladores. Logo, pelos anúncios e por intermédio de outras notícias – ambos aparentemente corriqueiros e inofensivos – os redatores do “Correio Mercantil” também exibiam suas verdades sobre a capital da província da Bahia e suas percepções políticas e morais não se restringiam aos grandes movimentos, pois, as marolas de práxis também lhes deixavam inquietos.

Uma evasão usual de um escravizado, anunciada em 11 de outubro de 1838, poderia ser mais uma entre tantas, porém, nuances dessa fuga fazem dela um episódio peculiar. E assim destacou o “Correio Mercantil”:

Fugiu da cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho do corrente, um crioulo de nome Fortunato, natural da mesma província, é sapateiro e oleiro; é escravo do Dr. Marcos da Silva Penha Lima, morador da mesma cidade à rua larga de S. Joaquim, casa n. 130; também consta que este mesmo escravo estivera em outro tempo fugido na Bahia, e aí a título forro tivera uma loja de sapateiro no largo do Palácio donde viera preso, e isto pouco mais ou menos depois da presidência do falecido visconde Camamú, mudando o nome de Fortunato por o de João, se diz forro com uma falsa carta de liberdade: é baixo, cheio de corpo, testa muito grande e com grandes entradas que quase parece calvo, maior de 40 anos, tem já alguns cabelos brancos pela cabeça, e pela barba e sempre a traz ordinariamente raspada, nariz chato e rombo, toma tabaco, tem beiços grandes e grossos, dentes claros, bem falante. (Correio Mercantil, Salvador, n. 576, p. 4, 11 out. 1838a)

O jornal delatou a fuga localizando seu ponto de partida como sendo o Rio de Janeiro, expusera a astúcia do fugitivo, suas “artimanhas”, identificou o escravizado com Fortunato – mas, ele também pode ser João –, alertou para o fato dele já ter estado em Salvador e fingir, segundo seu senhor, ser alforriado com uma falsa carta de liberdade. É nítido que Dr. Marcos da Silva Penha Lima, o proprietário e denunciante, não queria perder um escravizado com ofício, experiente, afinal, não se tratava de um “pau pra toda obra”. Entretanto, Fortunato, conforme o texto, também era um comerciante, que, mesmo limitado pela ordem escravista, subverteu-a e “invadiu” o mundo livre, tornando-se proprietário de um estabelecimento muito bem localizado – no centro político da capital da província da Bahia. Ele foi caracterizado como um “bem falante”, o que o deixava mais perigoso ainda, pois, ele precisava ser lido (e ser visto) como um dissimulado, um mau exemplo a ser anulado. Contudo, o valor que tinha para seu senhor era um trunfo em prol da sua integridade. Pode-se dizer que Fortunato era um empreendedor, um homem cuja condição livre e cativa se funde, ele era ousado e muito bem articulado – o mundo mercantilista era também seu habitat e nele se sentia a vontade.

Logo abaixo da denúncia que recaiu sobre Fortunato, outro fugitivo – ou desaparecido – foi apontado:

Desapareceu no dia 27 de Junho do corrente ano a José da Silva Marques um seu escravo por nome Alexandre [...], cor preta, tem dois sinais da sua nação na cara, é alto, cabeça pequena, pé grandes: quem dele souber e entregar á

seu senhor, morador á rua Gameleira, será bem recompensado. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 576, p. 4, 11 out. 1838b)

Dessa vez não houve fuga, quer dizer, o denunciante propositalmente optou pelo termo “desapareceu”. O escravizado “sumido” se chamava Alexandre e, como Fortunato, suas características físicas foram descritas seguindo um padrão da época: cor, sinais étnicos, estatura, aspectos físicos e às vezes cicatrizes. Porém, quando não se tinha nada em especial a declarar, finalizava-se com a recompensa pela entrega sobressaindo-se do texto.

Um escravizado evadido do cativo punha não somente os investimentos do proprietário – muitas vezes um senhor de poucas posses – em xeque, pois, para seus negócios ou para sua reputação, a fuga de um cativo contribuía para desestabilizar a ordem e comprometia a sensação de tranquilidade dos grupos privilegiados pela estrutura escravista. Os anúncios de fuga precisavam ser bem precisos e, em certa medida, sinceros, afinal, “[...] quem tinha seu escravo fugido e queria encontrá-lo precisava dar traços e sinais exatos” (FREYRE, 1984, p. 22). Mas, quase sempre se exagerava, pois, poderia haver a intenção em supervalorizar negativamente o fugitivo, divulga-lo como insolente e alertar o público que não o albergasse e que não confiasse nele, que não valeria a pena assumi-lo, ilegalmente, como sua propriedade.

Desta forma, inúmeras concepções eclodiam das páginas do “Correio Mercantil”, mas, nem sempre as “pautas” eram os temores e boatos acerca de malês e sabinos, o texto poderia ser composto também para informar os leitores – e os que tivessem, de alguma maneira, contato com tais leituras – a respeito de qualquer circunstância promotora da desordem. Afinal, não era tão simples estar do lado de uma minoria detentora de privilégios e legitimada pela ordem imposta; ser um jornal atuante submerso em uma cidade marcada por limitações, muitas vezes legais, aos que “caminhavam na contramão”, desobedecendo ao que lhes eram infligido, flertando todo tempo com uma relativa emancipação que a escravidão urbana oportunizava.

As liberdades não eram toleradas pelos grupos sociais mais conservadores. Na primeira metade do século XIX, muitas foram as tentativas de restringi-las, sobretudo aos escravizados em Salvador, e isso, por exemplo, poderia envolver a:

[...] proibição de livre circulação de escravos após as nove horas da noite (1807); proibição de festejos e danças, de dia ou de noite (1814); proibição do trânsito de escravos pelas ruas, a não ser no cumprimento de ordens dos

senhores (1833). Além disso, os escravos não podiam comprar armas nem instrumentos cortantes. (MATTOSO, 1992, p. 452)

Pode-se compreender tanto da leitura do jornal como das indicações apontadas por Mattoso, que havia indícios de uma insegurança rotineira, que, amedrontava de maneira concreta parte de Salvador e ainda preenchia seu imaginário, despertando sensações de temor utilizadas como ingredientes pelo “Correio Mercantil” para fazer circular suas percepções e seus ideais entre os vários espaços de relações, lutas e tensões em Salvador.

O “Correio Mercantil” foi um dos mais emblemáticos representantes de uma parte dessa imprensa, um periódico posicionado politicamente e moralmente na direção do grupo social dos seus redatores e em oposição a tudo que ameaçasse a ordem que lhes interessava. Suas laudas estampavam não somente notícias locais – ou de fora da província –, aspectos políticos e morais externos ao país amparavam a composição dos argumentos. Da Europa e dos Estados Unidos importavam-se ideais que pudessem “iluminar” os leitores de Salvador e “[...] espalhar as luzes da civilidade burguesa e de vulgarizar o conhecimento útil frente ao precário estado material da sociedade brasileira” (CINQUE, 2012, p. 16). Para alicerçar suas concepções, os redatores do “Correio Mercantil”, sem tremular, reportavam às experiências de franceses, ingleses, estadunidenses e até de portugueses, como se um ideário, para ter validade no Brasil, precisasse da benção de “civilizações avançadas”.

O “Correio Mercantil” foi, entre 1838 e 1839, um aplicado disseminador de uma cidade em frangalhos, vulnerável e que não podia ser deixada à mercê dos “inimigos públicos”, que, mesmo derrotados, em ocasiões distintas, insistiam em desobedecer aos limites que lhes foram impostos. Os redatores farão questão de externar ao público a sua incansável prontidão e empenho para impedir que as coisas piorassem (para eles e seus pares). “Malesadas” e “Sabinadas” não podiam se repetir, as autoridades tinham que anular as desordens e inibi-las, e para isso precisavam ser mais agressivas na sua lida para com as desobediências rotineiras ou para com aquelas transgressões ainda significativas nas lembranças da capital provincial.

3 EDUCAR PELAS RECOMENDAÇÕES MORAIS E POLÍTICAS DO “CORREIO MERCANTIL” EM SALVADOR ENTRE 1838 E 1839

Com a finalidade de apreender o jornal baiano “Correio Mercantil” enquanto produtor, reproduzidor e propagador de concepções morais e políticas em Salvador entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839 – meses logo subsequentes à Sabinada (1837-1838) –, esta segunda parte da pesquisa é dirigida à avaliação do periódico no sentido das ações educativas mobilizadas para defender ideias, entre as mais variadas contingências de leituras, em prol da ordem e em amparo ao Estado monárquico brasileiro. Assim, verificamos de que modo a gazeta dos irmãos João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna esteve vigorosamente implicado com o ensinamento de proposições em nome de valores, da legalidade política, da manutenção da autoridade imperial na Bahia e, singularmente, da irradiação comedida de opiniões que viabilizassem o curso, do ir e vir, de percepções entre o mundo letrado e as tradições de oralidade prevalentes na capital provincial em fins da década de 1830.

Assim, analisaremos como João Antonio de Sampaio Vianna, proprietário e redator do “Correio Mercantil” que escreveu com maior frequência entre 1833 e 1840, fez dessa gazeta – com o suporte do seu irmão, Luiz Antonio, e do tipógrafo Manoel Lopes Velloso – um valoroso instrumento em defesa de percepções e condutas ajustadas com interesses de grupos sociais – comerciantes, proprietários, negociantes, empregados públicos, entre outros – que simultaneamente, intervissem sobre a população de um modo geral e inviabilizassem projetos políticos adversos ao que pressupunham ser o mais adequado “aos seus”, desmotivando qualquer pensamento ou atitude que pudesse descambar ou cogitar irromper para a “anarquia”²⁶ e para a rebeldia, contribuindo ativamente para a circulação e a inter-relação cultural em uma cidade imersa em tensões. Dessa forma, o “Correio Mercantil” tentou firmar, pela escrita e pela impressão, a difusão de questões políticas e a irradiação de costumes em proveito da ordem pública e de uma cultura, como um “[...] sistema de significações mediante o

²⁶ A expressão “anarquia” é posta no sentido que era compreendida na primeira metade do século XIX, isto é, como “Desordem em um estado, cidade, etc., por não haver chefe ou autoridade que faça respeitar as leis, e onde por consequência o povo faz o que quer, sem subordinação e sem polícia [...]”. (SILVA, 1890, p. 171).

qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 1992, p. 13).

Para João Antonio de Sampaio Vianna – e seus sócios-confrades – a missão do “Correio Mercantil” era também ilustrar os que ainda viviam sob as “trevas”, amestrar os que tendiam a insubordinação e ser um norte para um futuro diligente – uma imprensa periódica empenhada em guiar e formar pessoas para defender a ordem propugnada por patronos de uma Monarquia, que, apesar de ter aspectos liberais – com sua estrutura constitucional – era conservadora em vários sentidos – especialmente no que tangia a centralização do poder político. Com isso, os redatores do “Correio Mercantil” – que poderiam, por exemplo, ser nomeados e se nomearam de “escritores públicos”, “jornalistas” e “gazeteiros” – fizeram do seu ofício uma labuta vigorosamente implicada em colocar nos trilhos moradores da cidade que estivessem propensos a se tornar rebeldes e ameaçadores, mas, que também eram desqualificados como ingênuos e imaturos politicamente, vulneráveis ao assédio de outros projetos políticos evidentes em Salvador no final da década de trinta do século XIX.

3.1 A OBSTINAÇÃO EDUCATIVA DE UM JORNALISMO INCIPIENTE

Com a fundação do “Idade d’Ouro do Brasil” pelo negociante Manuel Antônio da Silva Serva em 13 de maio de 1811, a imprensa periódica na Bahia foi estabelecida (SILVA, 2011, p. 26-27). Com sede em Salvador, essa gazeta sobreviveu até 1823 como o primeiro jornal independente do país, pois, apesar de determinada historiografia²⁷ considerar o “Correio Braziliense” e a “Gazeta do Rio de Janeiro” – respectivamente de 1º de julho e 10 de setembro de 1808 – como os fundadores do periodismo no país, o primeiro era impresso em Londres e o segundo produzido pela Imprensa Régia portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro; um não era genuinamente “do Brasil” e o outro era fundamentalmente “folha oficial” do Estado português.

Entre o espaço temporal coberto por esta pesquisa – abril de 1838 a março de 1839 – e a emergência da imprensa periódica na Bahia, maio de 1811, são menos de três décadas. Nesse contexto, o “Correio Mercantil” ainda não era gerido e nem se portava

²⁷ Nesse caso, podemos citar Nelson Werneck Sodré (1999), Isabel Lustosa (2004) e Marco Morel (2008) como referências pertinentes.

como um integrante da chamada imprensa moderna, contudo, não se tratava de um panfleto rudimentar, mas, o que os irmãos Sampaio Vianna faziam em fins da década de 1830 era “jornalismo”? Em um dicionário de língua portuguesa de 1832 (PINTO, 1832), as expressões “redator”, “jornalista” e “jornalistas” ainda não aparecem, entretanto, o vocábulo “jornal” já era contemplado e conceituado como “o que se dá pelo trabalho de um dia ao jornaleiro” – esse último definido como aquele “[...] que trabalha por jornal” – ambos relativos à esfera genérica do labor. Não há referência ao conceito de “periódico”, mas, se atribui à “gazeta” um significado – “relação impressa das notícias públicas de várias partes” – e “gazeteiro” é expresso como “o que compõe a gazeta”²⁸. Em todas as edições de 1838 que tivemos contato, a expressão “Jornal, político, comercial e literário” estampava a capa como subtítulo do periódico baiano, substituindo o termo “Folha oficial, de comércio, e de literatura”, que aparecerá em um número de 1836 – o único disponível –, para sumir por completo a partir de 1839, quando o nome da gazeta passará a ser impresso desacompanhado de qualquer qualificação no cabeçalho do jornal.

Em 10 de dezembro de 1836, no “Correio Mercantil” visualizava-se o seguinte:

Figura 3 – Recorte do cabeçalho do jornal “Correio Mercantil” de 10 de dezembro de 1836



Fonte: Correio Mercantil, 10 de dezembro de 1836

²⁸ Em um dicionário da primeira metade do século XIX (PINTO, 1832), denomina-se de “imprensa” a “máquina para imprimir livros etc.”, “impressão” o “sinal impresso por um corpo movido contra o outro [...]” e “impressor” o “que imprime livros”. Por sua vez, “tipo” seria a “letra de fôrma de imprimir, modelo, símbolo” e “tipografia” simplesmente a “arte de imprimir”. Logo, “gazeta” e “gazeteiros”, dentre as locuções apresentadas, são as únicas, que de fato teriam relação com o que se compreende atualmente como jornalismo – a profissão do jornalista e a imprensa jornalística (FERREIRA, 2010, p. 413) –, pois, até mesmo a abrangência do termo “impresso” e seus derivados limitavam-se ao universo livresco no léxico oitocentista citado. Entretanto, entre abril de 1838 e março de 1839, na Bahia, no “Correio Mercantil”, as palavras “jornalista”, “jornal” e “jornalismo” já apareciam.

Como “folha oficial”, o jornal dos irmãos Sampaio Vianna adotava entre as palavras “correio” e “mercantil”, que formavam o título do periódico, a imagem do brasão do Império brasileiro, reforçando certa proximidade dessa gazeta com o Estado monárquico e sua condição de “diário oficial” da província da Bahia – mesmo sendo propriedade privada.

Em 2 de abril de 1838, o “Correio Mercantil” deixou de ser “folha oficial” e, juntamente com isso, parte da sua capa sofreu alterações:

Figura 4 – Recorte do cabeçalho do jornal “Correio Mercantil” de 2 de abril de 1838



Fonte: Correio Mercantil, 10 de dezembro de 1836

Retirou-se o brasão imperial e a frase “Jornal político, comercial e literário”, posicionada logo abaixo do título do periódico, endossava, teoricamente, o que os leitores encontrariam pela frente, pois, ao longo daquele ano e dos três primeiros meses de 1839 – limites da nossa jornada –, proposições morais e políticas defendidas pelos redatores-proprietários estariam presentes, de maneira patente ou nas entrelinhas, em muitos textos ali publicados – fossem eles opulentos editoriais de capa ou discretas notas queixosas de última lauda.

No primeiro exemplar do ano seguinte, datado de 3 de janeiro de 1839, o cabeçalho novamente foi mudado:

Figura 5 – Recorte do cabeçalho do jornal “Correio Mercantil” de 3 de janeiro de 1839



Fonte: Correio Mercantil, 3 de janeiro de 1839

Não havia mais subtítulo, somente o nome do jornal, “Correio Mercantil”, o volume, o número, a data da publicação e informações sobre a publicação – presentes em todos os periódicos que examinamos – antecediam a sequência de seções distribuídas nas quatro páginas.

Possivelmente os proprietários do “Correio Mercantil” pretendiam que seu periódico fosse lido como um impresso jornalístico e estimado como tal. Longe de ser rústico, apesar de incipiente, essa aspiração era tonificada não simplesmente pela aparência gráfica do jornal, mas, também pelo teor veiculado, embora essa gazeta ainda não pudesse ser considerada integrante da imprensa empresarial – fator, que, no Brasil, só se manifesta na virada dos oitocentos, quando o “[...] jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades” (SODRÉ, 1999, p. 275). Logo, os irmãos Sampaio Vianna ambicionavam que seu periódico fosse lido nas profusas alternativas existentes em Salvador – do mundo escrito às tradições de oralidade extremamente substancial – como um jornal; não queriam ser confundidos como gestores e gazeteiros de uma produção amadora, panfletária e artesanal.

O “Correio Mercantil” de 27 de abril de 1838, na seção de “Anúncios”, na quarta página, ofereceu a assinatura de um periódico português, citando-o como “Jornal” – assim mesmo, com iniciais maiúsculas – no segundo parágrafo da menção:

[...] O Jornal contém oito páginas de impressão com estampas, e seu formato, é de quarto grande. Os Srs. que quiserem subscrever, podem dirigir-se nesta Cidade, ao correspondente da dita Sociedade, João Maria Martelli. O preço das assinaturas por ano, ou 52 n.º, rs. 4000, em moeda papel, não tendo os assinantes mais alguma despesa de portes, direitos &c. &c, sendo-lhes devidamente entregues quando chegarem. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 452, p. 4, 27 abr. 1838b)

O jornal citado pelo “Correio Mercantil” se chamava “O Panorama” e era publicado em Lisboa pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Sob o

apadrinhamento da rainha D. Maria II, teve como principal redator, entre 1837 e 1839 – nos primeiros anos do periódico – Alexandre Herculano, um influente intelectual português liberal, adepto da literatura romântica, que atuou na política, na imprensa e se destacou como historiador (MARQUES, 2017)²⁹.

Além de trazer expressões atípicas, o “Correio Mercantil” já estampava em suas páginas – ainda na década de 1830 – características que põem esse periódico também como encarregado pela circulação e pela inter-relação cultural. No mesmo anúncio citado anteriormente, o “Correio Mercantil” fez uma apologia à manutenção dos vínculos com a Monarquia lusitana e se posta em defesa da conservação do estreitamento dos laços entre a ex-colônia e a ex-metrópole, incentivando “[...] o comércio literário entre as duas nações [...]” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 452, p. 4, 27 abr. 1838c) e, conseqüentemente, a importação de elementos culturais europeus por intermédio de um representante da imprensa portuguesa. O “Correio Mercantil” viabilizou, com isso, a movimentação de concepções entre os dois lados do Atlântico, numa troca mercantil cujas mercadorias embarcadas e desembarcadas nos navios que atracavam e zarpavam de Salvador, vindos da Europa, por exemplo, deveriam ser as ideias, as percepções políticas e morais, elementares para as crenças dos redatores desse jornal e para o “papel missionário” assumido por eles, cujos propósitos concentravam-se na preservação da ordem e da Monarquia, na sustentação de privilégios para si e para os grupos sociais que declaravam representar, entre eles, negociantes, proprietários e empregados públicos de Salvador.

Dessa forma, além de pretenderem que seu periódico já atuasse como um impresso jornalístico e almejem que fosse assimilado como tal pelo público, os redatores-proprietários do “Correio Mercantil” também fomentaram ideais e valores, fazendo de uma gazeta precursora da imprensa periódica na Bahia um meio difusor de concepções. Essa irradiação de percepções propensas ao enfrentamento de tudo que

²⁹ Em Salvador, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis possuía um correspondente chamado João Maria Martelli Junior (HOHLFELDT; SOUSA; LOURIVAL, 2012, p. 39), que também seria o responsável pelas assinaturas do periódico nesta cidade. Contudo, para o jornalismo moderno, a expressão “correspondente” quer dizer “[...] repórter que tem por função cobrir determinada área externa dentro ou fora do país e mandar suas informações para o veículo a que pertence” (BAHIA, 2015), o que não seria tão diferente do sentido que tinha, por exemplo, para a imprensa periódica baiana da primeira metade do século XIX.

pudesse afetar a ordem e o poder monárquico pode ser explicada como enfáticas ações educativas dos irmãos Sampaio Vianna em Salvador.

Em 30 de abril de 1838, o “Correio Mercantil” expôs uma desavença envolvendo seus proprietários – João Antonio de Sampaio Vianna, Luiz Antonio de Sampaio Vianna e Manoel Lopes Velloso – e o deputado da Assembleia Provincial da Bahia, Antonio Pereira Rebouças³⁰. Ao longo de alguns dias, percebe-se que muito mais que um debate público, discutiu-se categoricamente a natureza jornalística desse jornal. Iniciada com uma nota concisa, ofertou-se ao público o seguinte:

Abaixo publicamos uma carta, que nos foi dirigida pelo Sr. Antonio Pereira Rebouças, quando lhe mandamos a casa sua conta do que deve á esta Tipografia pela inserção de 675 linhas impressas no Correio Mercantil n.º 440. Anuímos à sua publicação, não porque d’ela somente esperemos o pagamento já devido ao estabelecimento, como se obriga o Sr. Rebouças, mas para que o público conheça, de que lado está a razão, se bem que tenhamos o devido pudor da publicidade de tais ninharias. Assim o é preciso. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838b)

O texto inseriu o leitor na confusão, tentou envolve-lo e fazer com que declinasse para o lado do jornal. Apesar de aparentemente incentivar uma reflexão imparcial, o “Correio Mercantil” foi colocado como vítima, como o credor ferido e desinteressado em simplesmente ter uma dívida saldada – até mesmo para não possibilitar que interpretem a cobrança como mera avareza mercantilista. Os proprietários queriam ser entendidos como aqueles que tiveram sua honra abalada por um homem público, por um deputado provincial incapaz de liquidar o que deve, mas, que mesmo assim, foi “presenteado” com o direito de manifestar-se e estampar sua

³⁰ Antonio Pereira Rebouças era mulato (expressão da época) e de origem humilde, filho de um português e uma liberta, tendo nascido em 1798, em Maragogipe, no Recôncavo Baiano. Na juventude, em Salvador, foi escritor de comércio, guarda-livros e escrevente de cartório, tornando-se rábula – com autorização de advogar na província da Bahia em 1821 e em todo território brasileiro em 1847 – e um importante líder na cidade de Cachoeira na luta pela independência baiana. Mesmo sem ter tido condições, na mocidade, de frequentar a Faculdade de Direito de Coimbra, pela sua trajetória jurídica, foi considerado um dos maiores especialistas em direito civil do país no século XIX. Rebouças foi deputado provincial em diversas ocasiões, tornando-se um defensor de um liberalismo não-radical, um legitimador da escravidão (alicerçado pelo direito de propriedade), apesar de apoiar a concessão de direitos civis aos libertos. Era um político moderado e apoiador da ordem – crítico da Rebelião Malê (1835) e da Sabinada (1837-1838) –, porém, ficou isolado politicamente quando, em 1837, um movimento encabeçado por conservadores, o “Regresso”, restabeleceu a centralização política no intuito de conter as insurgências federalistas, separatistas e populares que atingiam várias províncias naquela ocasião. Retirou-se da vida pública em 1848 e, financeiramente estabelecido, transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, onde, gozou de prestígio e chegou a ser conselheiro de D. Pedro II, falecendo em 1880. Dois dos seus três filhos foram engenheiros de grande notoriedade na Corte e fora dela, sendo André Rebouças, o primogênito, um impelido abolicionista e muito próximo da família imperial – com quem, após o golpe republicano, partiu para a Europa em 1889 (MATTOS; GRINBERG, 2004, pp. 27-28).

versão do ocorrido. Entretanto, a “cordialidade” dos gestores do “Correio Mercantil” esbarrou em uma situação curiosa: no n.º 440 desse jornal, como foi afirmado pelos redatores, não houve sequer uma linha impressa de autoria de Antonio Pereira Rebouças ou algum texto com tamanha expressão – com 675 linhas –, que, mesmo anônimo, por exemplo, pudesse ser atrelado ao deputado baiano. Nesse exemplar, de 9 de abril de 1838, o que havia de mais corpulento, era um texto encaminhado pela presidência da província e dois artigos assinados com as siglas de uso dos seus redatores – o “S.V”, de João Antonio de Sampaio Vianna, e o “L.S”, de Luiz Antonio de Sampaio Vianna –, todos voltados para a derrota da Sabinada. Logo, não fica nítido o que de Rebouças foi publicado no “Correio Mercantil” n.º 440, que, por sua vez, segundo os proprietários-redatores do jornal, gerou a dívida exposta e serviu de estopim para a tal pega.

Em 30 de abril de 1838, Antonio Pereira Rebouças estava na segunda legislatura consecutiva na Assembleia Provincial da Bahia, já era relativamente experiente, todavia, isolado politicamente, mesmo sendo moderado e apologista da ordem, era um liberal em tempos de desconfianças para com o liberalismo – muitas vezes estimuladas pela imprensa conservadora local, cujo “Correio Mercantil” era um dos principais modelos. Tratava-se de mais um “mulato” (termo da época), deputado, bacharel, um “Doutor”, um intelectual que, assim como Francisco Sabino, era um péssimo modelo, na visão dos proprietários, “[...] para os locais, que poderiam realmente acreditar que ‘o mulato fosse igual ao branco’ [...]” (GRINBERG, 2002, p. 82).

Em sua resposta aos proprietários do “Correio Mercantil”, uma correspondência dirigida ao “[...] Srs. Manoel Lopes Velloso e Comp. [...]”, datada de 24 de abril de 1838, Rebouças começou trazendo à tona o seguinte:

Em um n.º o Correio Mercantil genericamente me censurou como Deputado por ter opinado e votado contra o chamado Projeto de suspensão de garantias. Em outro número positivamente me censurou pela dissensão havida entre o Sr. Gonçalves Martins e mim como Deputado no decurso da discussão do mesmo Projeto. Em defesa minha pela mesma Causa e na mesma qualidade de Deputado, em que o Correio Mercantil me censurara, 1ª e 2ª vez, dirigi aos Srs Redatores do mesmo Jornal uma Correspondência, que se dignaram de publicar, e me persuado, até, porque não era licito recuza-la. Ao receberem minha Correspondência não disseram os Srs. Redatores coisa alguma, sobre pagamento, ao meu portador [...]. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838c)

Na carta, Rebouças, se dirigiu ao tipógrafo Manoel Lopes Velloso e aos redatores do “Correio Mercantil”, alegando estar sendo censurado por uma

incongruência política, por não apoiar o projeto de suspensão de garantias, cujos proprietários-redatores desse jornal não respaldavam, visto que, defenderam abertamente ao longo de 1838 um rigor incisivo na prisão e no julgamento dos envolvidos com a Sabinada. Rebouças não estava muito preocupado em justificar sua decisão contrária à suspensão de garantias, optou por explicar seu impasse com os Sampaio Vianna, alegando que foi cerceado como deputado e que nunca foi avisado sobre a necessidade de ter que pagar para que um texto seu – como legislador provincial – pudesse ser publicado, afinal, reiterou que estaria levando aos leitores algo de interesse geral.

Em vários trechos da carta de Rebouças, o “Correio Mercantil” foi tratado como jornal e seus redatores como jornalistas. Não somente para valorizar os vocábulos, mas, porque era desse modo que o deputado compreendia o comportamento do periódico, afinal, ele o enquadrou como imprensa, exigiu imparcialidade, cuidados técnicos e um comportamento gestor mais pragmático e profissional. Ao final do primeiro parágrafo foi dito:

[...] a exemplo de muitos Jornalistas, que nunca se exige pagar pela publicação de quaisquer artigos e correspondências, simplesmente respectivas à questões de interesse geral, e muito mais quando provocadas pelos Jornais ou Periódicos respectivos. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838d)

Antonio Pereira Rebouças se concentrara na atitude facciosa dos redatores do “Correio Mercantil” e cobrara deles visibilidade, que atuassem como jornalistas, que agissem como imprensa de fato e não como um mero panfleto amparado pela espontaneidade e pelo amadorismo. Ele se expôs como homem público, mas, foi sua vida privada, fragmentada, que foi exibida ao leitor. Ao final, o deputado, como se não fosse possível escapar das provocações dos irmãos Sampaio Vianna – comprometeu-se em sanar a dívida alegada e pediu que a conta fosse enviada ao escritório do sogro, o comerciante André Pinto da Silveira.

A primeira refutação veio logo abaixo do artigo de Rebouças e foi de Manoel Lopes Velloso. Intitulando-se “Impressor e Administrador da Tipografia do C. Mercantil”, Velloso, que, inclusive, fez uso do termo “jornal” na décima sexta linha, justificou de forma breve e cuidadosa as demandas da sua função administrativa no “Correio Mercantil”, findando sua comunicação assim:

[...] não receio, por isso, que recaía sobre mim pecha alguma, que talvez V. S. julgue tocar-me, com a publicação da carta acima, que bom grado assino, para que se torna ela o veículo, por onde o publico conheça, de que parte esta a razão. Tenho a honra de ser, de V. S.

Atento venerador e criado.

Manoel Lopes Velloso, Administrador. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 2, 30 abr. 1838e)

Velloso foi cauteloso na sua réplica e procurou limitar seu argumento ao fator financeiro e às suas obrigações orçamentárias para manter o “Correio Mercantil” funcionando, pretexto que manteve até o final, quando estrategicamente esquivou-se do embate com Rebouças, curvando-se humildemente ao deputado nos riscos derradeiros, porém, ressaltando a importância da sua carta enquanto o vetor que orientará o público à verdade, prestigiando a linguagem escrita, e impressa, como a chancela necessária para se alcançar a autenticidade dos fatos.

Os redatores do “Correio Mercantil” foram mais enfáticos e implacáveis, endereçando ao “Sr. Rebouças” uma objeção com quase três colunas e subtitulada com a sentença em latim “*amicus Plato, sed magis amica veritas*”, ou seja, “Platão é amigo, porém a verdade é mais amiga”. Logo de início, aristotelicamente enalteceu-se a verdade e esta foi posta acima de tudo e de todos, desse modo, os irmãos Sampaio Vianna se dispuseram a desmentir as acusações do deputado Antonio Pereira Rebouças, justificando a cobrança pela divulgação da sua correspondência e a censura do seu artigo com alusões à Europa, falando de imprensa livre e tecendo declarações como esta: “[...] nada haveria então de *odioso*, no emprego de um *meio*, que, sendo congênito à profissão de Jornalistas, não fazíamos nada mais, do que seguir as condições de um tal estado” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 2, 30 abr. 1838f). Com isso, além de usarem a denominação “jornal” ao longo do texto, serviram-se também, nesse caso, de “jornalistas” como ofício, naturalizando tudo aquilo que Rebouças considerou na sua objeção implausível e insólito, sobretudo, acerca da óbvia parcialidade dos redatores.

A ultimação dessa extensa troca de farpas e elogios chegou ao público assim:

Os Proprietários da Tipografia do Correio Mercantil oferecem á beneficio das viúvas e órfãos dos bravos defensores da Legalidade, o importe da Correspondência do Sr. Rebouças, inserta no Correio Mercantil, no valor de Rs. 60\$750; podendo em consequência deste aviso qualquer dos Srs. Comissários encarregados desta subscrição mandar receber no Escritório da Tipografia essa importância. Bahia 30 de abril de 1838.

Os Proprietários do C. Mercantil (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 454, p. 3, 30 abr. 1838g)

Com uma nota abreviada e declarada como composta pelos proprietários da tipografia do “Correio Mercantil” – João Antonio de Sampaio Vianna, Luiz Antonio de Sampaio Vianna e Manoel Lopes Velloso –, explanou-se aos leitores que o valor pago pelo Antonio Pereira Rebuças estaria à disposição para ser doado às viúvas e órfãos dos que combateram contra a Sabinada. Uma oferta em dinheiro, que, em certa medida, tentava neutralizar uma possível imagem negativa do “Correio Mercantil” e denotar a generosidade e a solidariedade dos seus proprietários para com as “vítimas” da Revolta Sabina, uma provocação ao deputado Rebouças, que, na contramão do que faziam Velloso e os irmãos Sampaio Vianna, apoiava o “Projeto de suspensão de garantias”, isto é, uma investida que visava desencorajar a imposição de medidas rigorosas por causa da existência de perigos eminentes ainda relacionados com a Sabinada. A desavença não rendeu – ao menos, nada muito contundente será publicado pelo “Correio Mercantil” nos meses seguintes, exceto por um artigo bem sarcástico cujo título afirmava: “O ser Deputado, é ser tudo” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 463, p. 1, 12 mai. 1838).

Antecedendo a um prolixo artigo – já citado nesta segunda parte da pesquisa – designado “Liberdade o que é?”, em 13 de agosto de 1838, os redatores do “Correio Mercantil” engendram uma sucinta introdução e logo no início presenteia o público com a seguinte proposição: “O Comunicado, que abaixo transcrevemos, é um daqueles, que grande honra importa ao jornalismo Brasileiro [...]” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 531, p. 1, 13 ago. 1838a). Os redatores do “Correio Mercantil” estavam convencidos de que a sua lida quase diária era jornalismo e não somente uma acanhada transmissão de informações subsidiada pelo advento da imprensa escrita. Independentemente de como fossem tachados – gazeteiros, periodistas, jornalistas etc. –, esses homens tinham consciência do quão importante eram suas intervenções escritas, que seu jornal – ou como quisessem chama-lo – era um significativo suporte de linguagem, que por intermédio dele, concepções políticas e morais conservadoras e monarquistas circulavam entre as pessoas e as faziam, no mínimo, ponderarem diante do que era veiculado e, diretamente ou indiretamente, apreendido.

Entre todos os termos encontrados no “Correio Mercantil”, a palavra “redator” era a mais comum ao se tratar do profissional responsável pela escrita de um jornal. Todavia, serão as expressões “folha” ou “periódico” as que mais estampavam suas páginas quando Velloso ou os irmãos Sampaio Vianna queriam falar do seu veículo de comunicação ou de outros. Ao que parece havia um tom mais profissional no uso que se fazia das locuções “jornal”, “jornalista” e “jornalismo”, ou era o que aspiravam esses homens da imprensa baiana; os periódicos relativamente bem geridos da Bahia, como o “Correio Mercantil”, costumavam e tentavam – ainda nas primeiras décadas dos oitocentos – atuar de maneira jornalística. Para funcionar desse modo, o teor das seções e a aparência importavam. Os proprietários do “Correio Mercantil” tinham convicção disso, sabiam que o trabalho que faziam não era apenas voltado para mediar a circulação de informações e, que em tempos de instabilidade – como nos meses que sucederam o fim da Sabinada –, sua incumbência era também produzir e reproduzir concepções, especialmente políticas e morais, para manter as coisas em ordem, barrar a república, o federalismo, a rebeldia africana e tudo que ameaçasse a Monarquia em vigor.

Mesmo que não tenha sido verificado em nenhum exemplar do “Correio Mercantil” examinado por esta pesquisa algo que de maneira categórica pusesse os redatores desse jornal como agentes de educação – no sentido escolar que também detém esse conceito –, as concepções – a defesa da ordem e do Estado monárquico – produzidas e reproduzidas sob os cuidados dos seus redatores buscavam a circulação e o contágio do público, a injeção de uma cultura escrita e impressa sobre uma sociedade alicerçada por tradições de oralidade. No século XIX, “educação” era a “criação com doutrina e bons costumes” (PINTO, 1832, p. 392), logo, um conceito, como nos dias de hoje, que não se encerra na ideia de “escola” – por sua vez, “casa onde se ensina” (PINTO, 1832, p. 392) –, ocasionando uma leitura e uma interpretação que nos levou a compreender que os irmãos Sampaio Vianna ocuparam-se acirradamente em ensinar politicamente e moralmente suas proposições – a preservação da ordem e da Monarquia –, suas versões de uma cidade em movimento, em conflito, atolada em tensões, que, no final das contas punham culturas, linguagens e projetos políticos em lados opostos, entretanto, íntimos em suas divergências.

3.2 A EDUCAÇÃO NOS CIRCUITOS DAS LINGUAGENS ESCRITA E ORAL DE SALVADOR: REDATORES, LEITORES E OUVINTES

Ao longo dos doze meses – entre abril de 1838 e março de 1839 – estudados por esta pesquisa, além de João Antonio de Sampaio Vianna, apenas os nomes do seu irmão e sócio, Luiz Antonio de Sampaio Vianna, e do tipógrafo Manoel Lopes Velloso apareceram como integrantes, do que podemos chamar, de “gerência” – dos negócios e do conteúdo – do “Correio Mercantil”, todavia, esses homens, sobretudo arcaram com o encargo do ensinamento e esforçaram-se diariamente em fazer do seu jornal mais um recurso impulsor de ideias ajustadas com as predileções dos grupos sociais que representavam, ou seja, comerciantes, proprietários, negociantes, empregados públicos e titulares da cidade.

Não fica patente se havia funcionários no “Correio Mercantil”, não se falava ainda em editores, repórteres, diagramadores, revisores, ilustradores, entre demais posições típicas da “grande imprensa”, que só entrariam em cena no Brasil na virada do século XIX para o XX com a inauguração da empresa jornalística (SODRÉ, 1999, p. 275). Entretanto, no exemplar de 6 de abril de 1838 solicitou-se que comparecesse na sua tipografia “[...] uma pessoa para entregar folhas, que saiba ler e escrever” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 438, p. 4, 06 abr. 1838b) e em 19 de abril anunciou-se que a mesma tipografia precisava de “oficiais compositores” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838a), nítidas ofertas de trabalho que objetivavam normalizar com urgência a distribuição e a manufatura do jornal aos assinantes, garantindo sua circulação pela cidade após meses de portas cerradas, forte indício da demanda que certamente havia e da ansiedade em fazer chegar ao público percepções acerca dos últimos eventos que tomaram Salvador. No dia 7 de junho do mesmo ano foi anunciada com um asterisco, no rodapé da primeira coluna, a necessidade de contratação de um “taquígrafo” para, com certa destreza descritiva, poder “cobrir” o julgamento de Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, principal liderança da Sabinada, e de outros rebeldes detidos em Salvador (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 482, p. 1, 07 jun. 1838b). Quatro dias passados, a dificuldade de se registrar esse tipo de episódio foi expressa numa nota conclusiva ao

final de um longo texto, ocupando quase todas as páginas do periódico, que descrevera o desenrolar da seção do Tribunal do Júri do dia 4 de junho:

Eis em resumo o que de mais interessante nossa fraca memória conservou, desta tão importante Seção, que não durou menos de 20 horas seguidas, e que foi presenciada por mais de 800 pessoas, entre as quais contamos as mais conceituadas da Capital, o que bem prova a circunspeção, que sempre foi observada pelo Auditório; que uma só vez não foi chamada ao silêncio pelo Juiz. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 485, p. 4, 11 jun. 1838)

Sem autoria definida, um dos dois redatores do “Correio Mercantil” queixou-se da dificuldade em registrar o que presenciou no extenso julgamento citado. Sem a habilidade de um taquígrafo e usando, segundo ele, somente as lembranças, concebeu um resumo repleto de detalhes, mas, que para ser acreditado, citou como referência a presença corpulenta e reputado de centenas de testemunhas. Para os irmãos Sampaio Vianna lembrar somente não bastava, para ser escrito, impresso, lido e solidado, era preciso ultrapassar a fronteira da simples especulação e sem uma averbação, inclusive, especializada, as chances de se chegar às tradições de oralidade – tão renunciadas pela cultura impressa simbolizada pelo “Correio Mercantil” – eram grandes. A dinâmica punitiva do pós-Sabinada – prisões, depoimentos, julgamentos etc. – exigia que os redatores fossem ágeis e dignos da confiança do público, pois, não podiam correr o risco de terem seus textos confundidos com mera “panfletagem” ou transcrições do “disse-me-disse” da cidade, apesar, de muita coisa que chegava por escrito e impresso resultava das idas e vindas de informações entre o universo letrado e a tradição de oralidade tão onipresente. Mas, o “Correio Mercantil” deseja se impor como detentor da veracidade dos fatos e, com isso, encorajar o público a levar em conta suas versões morais e o que idealizavam como projeto político para Salvador; encabeçados pelo respeito à ordem e pela submissão à Monarquia.

Os irmãos Sampaio Vianna geralmente sobressaiam assinando algum texto – com o nome por extenso ou através de iniciais – e Velloso, praticamente, apresentava-se, tão somente, como responsável pela tipografia – excepcionalmente escrevia e publicava algo. Não são muitas as informações acerca de Luiz Antonio de Sampaio Vianna e de Manoel Lopes Velloso. Sobre o primeiro, consta no “Almanaque civil, político e comercial da Cidade da Bahia para o ano de 1845” seu nome como sócio da Associação Comercial da Bahia (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA

BAHIA, 1998, p. 158) e no “Correio Mercantil” de 27 de abril de 1838 como tesoureiro da Sociedade Recreação Bahiana. É sabido ainda que Luiz Antonio foi o 2º Escriturário da Alfândega e que sua demissão do cargo em 1841 serviu de estopim para a “transformação” do “Correio Mercantil” em um jornal de oposição – deixando nítido que a fidelidade política de um periódico do século XIX era débil e poderia se diluir facilmente, situação relatada em “O tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850”:

É o que se deu, por exemplo, com Luiz Antonio de Sampaio Vianna, um dos redatores do Correio Mercantil, que fora demitido do seu cargo de 2º Escriturário da Alfândega, pouco tempo após a ascensão de Antonio Carlos Andrada e Limpo de Abreu ao poder em 1840, passando o periódico baiano à oposição. (ARAÚJO, 2009, pp. 300-301)

Logo, fica inteligível que os propósitos coletivos alegados pelos redatores do “Correio Mercantil” poderiam ser sobrepujados pela conveniência pessoal e por desavenças relativas às orientações políticas e a gestão do Estado. A dispensa de Luiz Antonio de Sampaio Vianna de um cargo público foi suficiente para que um jornal conservador e defensor ferrenho da Monarquia ao longo de quase uma década se posicionasse como oposição e que esta decisão fosse tomada abertamente por intermédio de um editorial intitulado “Mais uma vinganczinha dos Srs. Andradas” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 43, p. 1, 26 fev. 1841), expondo os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada – políticos tradicionais e ministros íntimos do poder imperial naquele contexto – como responsáveis por uma perseguição política.

A respeito de Manoel Lopes Velloso, sua condição de tipógrafo e proprietário do “Correio Mercantil” foi registrada nos exemplares que tivemos contato entre 1836 e 1839 – posição que manteve até 1845 (BARBOSA, 2013, p. [?]); o nome “Typ. de Lopes Velloso & C^ª” aparece vinculado ao jornal baiano “O Futuro Atravez dos Factos” numa edição de 25 de dezembro de 1878 (O FUTURO ATRAVEZ DOS FACTOS, Salvador, n. 1, p. 1, 25 dez. 1878), disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional Digital. No mais, mesmo havendo uma Associação Tipográfica Baiana que concerne à década de 1830, o escasso material acessível e acessado neste estudo sobre tipógrafos baianos não foi suficiente para obtermos mais informações acerca da trajetória de Lopes Velloso no universo do periodismo impresso da Bahia.

Todavia, sobre João Antonio de Sampaio Vianna há uma quantidade maior de referências e, mesmo não sendo nada tão corpulento, essa carência de pistas não travancou nosso estudo, pelo contrário, nos auxiliou a fazer dele parâmetro para compreender a natureza das ações educativas do seu jornal. Segundo o “Dicionário bibliográfico brasileiro”, volume três (BLAKE, 1895, p. 327), João Antonio de Sampaio Vianna nasceu na Bahia – a cidade e a data do seu nascimento não constam – e faleceu em 22 de outubro de 1856 – o local não também não foi divulgado. Tinha formação jurídica, bacharelou-se em 1833 pela Faculdade de Direito de Olinda – cidade que foi capital da província de Pernambuco até 1837. Atuou como advogado em Salvador e foi sócio da Sociedade Literária dessa cidade. João Antonio é citado como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Idem) – o que carece de uma pesquisa mais minuciosa, pois, seu nome não consta no quadro de sócios falecidos, disponível na página digital desta instituição. Exerceu cargos na magistratura e chegou a ser juiz cível de Salvador em 1839, publicou, pelo menos, três obras – “Resumo da historia do Sr. D. Pedro de Alcântara, Duque de Bragança, desde seu nascimento até sua morte. 1798-1834” (1836), “Ensaio sobre a utilidade da importação dos chinas para a colonização do Brasil oferecido ao diretório da colonização da Bahia” (1837) e “Breve noticia da primeira planta do café que houve na comarca de Caravelas ao Sul da Província da Bahia” (1843)³¹.

Na condição de redator do “Correio Mercantil”, João Antonio costumava assinar seus artigos com as iniciais “S.V.”, enquanto Luiz Antonio de Sampaio Vianna, o irmão – sócio e colaborador do jornal –, utilizava o “L. S.”. Não era comum os nomes deles estamparem as publicações e era habitual eles posicionarem-se politicamente de forma parcial, tomando partido de alguém ou de alguma ideia, deixando o periódico com cara de instrumento doutrinário ou de ascensão política – algo trivial e nada embaraçoso ou imoral para a época. João Antonio, por exemplo, nomeado Juiz de Direito no final de 1839, ilustrou seu pedido de nomeação – encaminhado ao Ministério da Justiça pelo presidente provincial Thomas Xavier Garcia de Almeida –, rememorando os serviços que prestou à legalidade e a ordem nos meses que sucederam a Sabinada – e para isso usou com perícia seu histórico de defesa de concepções políticas e morais estampadas

³¹ Disponível em: < <https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/falecidos/falecidos-brasileiros.html>>.

incessantemente nos exemplares do “Correio Mercantil”, enquanto por lá estive na condição de proprietário e principal redator (ARAÚJO, 2009, p. 303).

Entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839, como proprietário e eminente redator do “Correio Mercantil”, João Antonio de Sampaio Vianna dedicou-se com muito afinco, entre outros assuntos, ao “pós-Sabinada”. Ao longo dos doze meses que sucederam a derrota sabina – limite temporal desta pesquisa –, seus textos foram especialmente voltados aos resquícios da revolta, incitando a atenção e o rigor das autoridades para com os insurretos detidos, instigando mais rigidez nos julgamentos e na repressão daqueles – rebeldes ou colaboradores – que, impunes ou ignorados, transitavam “livremente” e ‘despreocupados” por Salvador. Em 6 de abril de 1838, a primeira parte de um artigo assinado com as siglas “S.V.” – usada por João Antonio de Sampaio Vianna – era concluído assim:

Terminaremos, por tanto, desta vez, implorando com igual interesse, punição para os rebeldes, prêmios equivalente para os fieis servidores do Brasil. Desta sorte, será o Governo digno de nossas bênçãos, e do lugar eminente que ocupa entre os Brasileiros. Por nossa parte, alcançando o fim dos nossos justos desejos, folgaremos de haver proficuamente empregado os meios congruentes para sua realização. Para um Escritor consciencioso, o amor pela humanidade, diz o Barão d’Holbach, bem como uma alma forte, e um coração reto, ocupam sempre o primeiro lugar na hierarquia dos seus deveres. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 438, p. 2, 06 abr. 1838c)

O redator do “Correio Mercantil” não pediu, ele implorou que o governo provincial baiano repreendesse os envolvidos na Sabinada, que bonificassem os que lutaram pela legalidade e pelo estabelecimento da ordem em Salvador. Ele não estava escrevendo exatamente para as autoridades, mas, para o público, como uma “vox populi” da cidade e queria que os leitores e ouvintes o assimilassem dessa forma, tencionava que seu argumento fosse captado como racional e não como mero desabafo imprudente e insensato. Assim, para endossar seu discurso e sustenta-lo como respeitável, utilizou-se do iluminista franco-germânico Paul-Henri Thiry (1723-1789), o Barão d’Holbach, ateu e crítico feroz da religião – defensor da “[...] ideia de que o homem era guiado pelo seu interesse; o interesse do homem era determinado pelo meio; o meio era subordinado às leis e o legislador era orientado pelas opiniões”³² – para, respaldado por uma concepção fatalista e determinista, envolver o público e convencê-

³² Informação obtida no **Dicionário Político: Marxists Internet Archiv**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/holbach_paul.htm>. Acesso em 20 dez. 2016.

lo a acreditar na emergência da repreensão e neutralização dos sabinos. Até certo ponto o liberalismo interessava aos redatores do “Correio Mercantil”, deixava seus argumentos coerentes com tendências políticas avançadas para a época, todavia, as ideias de “revolução”, de “liberdade”, de “república”, de “federalismo”, por exemplo, os incomodavam e os intimidavam, pois, poderiam ocasionar mudanças que atingiriam consideravelmente privilégios garantidos por uma Monarquia centralizadora e permissiva com autoridades provinciais e locais implacáveis com o que propagavam como desordem – a insistente postura subversiva africana e sabina, por exemplo.

Essa relação de João Antonio de Sampaio Vianna e do seu jornal com um ideário iluminista não foi algo insólito, pelo contrário, em muitos números do “Correio Mercantil”, entre abril de 1838 e março de 1839 – e em outros períodos também –, as “luzes” apareceram como sustentáculo para muitas premissas ali defendidas. As versões “vendidas” através da sua gazeta precisavam ser levadas a sério e, o que parecia conservador, autoritário e ultrapassado deveria ressoar de outra forma. Criticava-se certo liberalismo “libertário”, a democracia, a república, a revolução etc. – preceitos experimentados no “mundo civilizado” – sem, no entanto, negá-los completamente, pois, justificava-se a reprovação, geralmente, pela inaptidão e imaturidade do povo, pela sua frágil possibilidade de defesa frente à impertinência daqueles tidos como aventureiros. Em um “Comunicado” intitulado “Liberdade o que é?”, do “Correio Mercantil” de 13 de agosto de 1838, um dos redatores – nem João Antonio e nem Luiz Antonio assinam o texto, mas, a primeira pessoa do singular está lá – dissertou acerca do significado de liberdade, indagando inúmeros conceitos e pondo na berlinda os entendimentos que considerava equivocados, principalmente quando esses se postavam em defesa de valores morais e políticos na contramão do tipo de Estado e sociedade que presumia ser mais exequível para o Brasil. Ao final, realçava-se:

Nem tão pouco esperar-se pode desenvolvimento algo útil ao país, que marcha para a civilização pela desordem; e no qual a reforma é bicho roedor, que devora seus próprios filhos o movimento nesse sentido é pancada que atordoa; o progresso é o *marche-marche* para o precipício. A liberdade da anarquia é o triunfo do malvado; é a morte dos costumes; é o dilaceramento da sociedade; é finalmente o trilho para o despotismo. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 531, p. 2, 13 ago. 1838b)

O redator refutou mudanças que pactuassem com ações que considerara inexoráveis e arriscadas, por incentivar a insurgência coletiva e intimidar os grupos

sociais representados pelo jornal. A “lição” que chega ao público falava em civilização como algo imprescindível, mas, atingi-la, somente se fosse pelo caminho ordeiro e bem apartado da reforma, do progresso e da liberdade. É nítido que o “sujeito oculto” do trecho era a Sabinada, “fera” a se temer pelo seu descontrole, incoerência, crueldade, imoralidade, entre outros deméritos, que na versão do “Correio Mercantil” conduziram a sociedade ao autoritarismo. As concepções de tudo que os sabinos alegavam como virtude e um bom projeto político a ser apoiado, chegam ao público com substâncias corrompidas por ideologias ora ilustradas de modo concreto – pela anarquia e pelo despotismo –, ora por metáforas – como a da prole devorada –, recursos astuciosos de quem, notoriamente, desejava falar de maneira genérica, de forma direta, sem determinados subterfúgios presunçosos do mundo letrado, afinal, o não letrado também deveria ler o que ali se encontrava estampado.

O bacharelado de João Antonio de Sampaio Vianna na Faculdade de Direito de Olinda ocorreu logo no prelúdio desta instituição, que, instalada no Mosteiro de São Bento até 1854 – quando se transferiu para Recife – funcionou sob o controle da Igreja Católica. Curiosamente, e, talvez, estrategicamente, o governo imperial escolheu Pernambuco, uma província historicamente marcada por eventos subversivos, como um dos polos incumbidos – o outro seria São Paulo – em preparar uma nova elite política para o jovem país, entretanto, e ao mesmo tempo, essa propensão pode ter representado uma tentativa de opressão ao histórico espírito rebelde e republicano pernambucano (SCHWARCZ, 1993, p. 146). No começo, o que era postulado aos estudantes do curso de ciência jurídica de Olinda – e até mesmo o comportamento desses discentes – era oriundo de Coimbra, Portugal, tinha-se “[...] uma ciência católica, comprometida com a revelação divina e com a defesa do caráter imutável da monarquia” (Idem), o que, por conseguinte, deve ter sugestionado as percepções de João Antonio e, portanto, suas proposições e sua escrita, especialmente no que tange o que era publicado no “Correio Mercantil” por um homem abnegado e ávido em cultivar uma nova consciência para um país recém-formado.

João Antonio de Sampaio Vianna não se limitou ao mundo das leis, à esfera congressista ou ao círculo econômico e tão pouco se conteve em informar como mero gazeteiro de um periódico, que, porventura, era da sua propriedade. Ele fez da sua peleja

no “Correio Mercantil” um dever moral em nome de concepções políticas e princípios bem específicos, que, e em tempos tensos, como foi o pós-Sabinada – especialmente nos doze meses que delimitam este estudo – voltou-se com muito alento à preservação da ordem e à coerção dos rebeldes em Salvador. No exemplar de número 436 do “Correio Mercantil”, de 4 de abril de 1838, em uma espécie de editorial, defendeu abertamente punições severas aos rebeldes como forma de exemplar a população e impedir que sublevações do nível da Sabinada tomassem Salvador, sugerindo-se que “[...] se encarem as consequências futuras que ameaçam o país [...]” e se estabeleçam urgentemente “medidas salvadoras” e as executem – apelo profético-religioso com fortes pretensões políticas (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 436, pp. 3-4, 04 abr. 1838b).

Além de jurista, legislador e “homem de imprensa”, João Antonio de Sampaio Vianna desempenhou o papel de agente de educação. Ao tomar para si o leme de um periódico, não somente pretendeu garantir que informações chegassem aos assinantes e eventuais leitores do “Correio Mercantil”, como se comprometeu em fazer circular entre o público, percepções concebidas por uma cultura escrita e impressa coligada às predileções de alguns grupos sociais. Sua empreitada não foi individual e tão pouco se voltou somente às suas ambições particulares – políticas, profissionais ou jornalísticas–, alastrando-se para um compromisso ilustrativo antagônico à onipresença da tradição de oralidade de Salvador, não somente pela significativa presença nessa esfera de grupos sociais com projetos políticos avessos ao que se predicava pelo “Correio Mercantil”, mas, pela premência de fazer com que o escrito e o impresso suplantasse o que predominava e resistia ao que era imposto como indispensável à conservação da ordem e à contenção – na apreciação de Vianna – dos persistentes desalinhos sociais.

Em 1840, por motivo de saúde e por compromissos públicos – como deputado da Assembleia Provincial e juiz na 2ª vara cível em Salvador – vendeu sua parte no jornal e entregou a redação ao irmão, mas, manteve seu escritório de advocacia funcionando na sede do jornal. Luiz Antonio de Sampaio Vianna e Manoel Lopes Velloso conduziram o “Correio Mercantil” por mais cinco anos, quando periódico foi vendido a Alexandre José de Mello Moraes.

O “Correio Mercantil” não foi o único jornal conservador brasileiro da primeira metade do século XIX que continha preceitos educativos, não foi o único que se esforçou pela formação de uma sociedade subordinada ao poder e imune ao assédio dos exageros liberais e nem foi uno ao fazer um jornalismo panfletário e de sentido educativo. Muitas vezes, nas páginas do jornal dos irmãos Sampaio Vianna foram impressos textos oriundos de outros periódicos coligados, como, por exemplo, do pernambucano “O Carapuceiro”, do conterrâneo “Gazeta Commercial da Bahia” e do português “O Panorama”.

Para engendrar o “Correio Mercantil”, muitas vezes, discursos oficiais e artigos de outros periódicos – notoriamente aliados – eram propalados na íntegra, preenchendo considerável parcela das suas quatro páginas. No pós-Sabinada foram muitos os discursos de autoridades provinciais transcritos e não foram poucos os artigos de jornais de fora (da província e do país) e locais reproduzidos pelo periódico dos irmãos Sampaio Vianna.

No exemplar de 18 de junho de 1838, o “Correio Mercantil” reproduziu na íntegra um artigo de um jornal da província de Pernambuco, chamado “O Carapuceiro”, cujo trecho abaixo destacamos:

[...] O espirito demagógico tem ganhado entre nós muito terreno, e bem se pode dizer, que desde 7 de Abril de 1831 temos sido governados por uma Democracia sob a máscara de Monarquia. Os saudáveis prestígios do Trono quase tem desaparecido do meio de nós. É preciso, pois, monarquizar o Brasil, é preciso, que todos os bons Brasileiros se coloquem em torno do Trono do nosso Jovem D. Pedro a fim de o consolidarem, e que ele seja o garante da pública felicidade [...]. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 489, p. 3, 18 jun. 1838)

O “Padre Carapuceiro” – como se intitulava Miguel do Sacramento Lopes Gama, proprietário e redator do jornal pernambucano – de maneira contundente partiu em defesa de uma Monarquia que fosse centralizada e que não desse espaço para a propagação de concepções tidas por ele como nocivas ao que compreendia como confiável ao futuro do país, ou seja, Gama bradava por um Brasil resistente aos apelos democráticos e republicanos, concepções, que com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1838, serviram de alicerce para alguns movimentos insurgentes – e consequentemente perigosos ao Estado monárquico – que tomaram diversas províncias brasileiras, inclusive a Bahia.

Na dissertação, intitulada “Miguel do Sacramento Lopes Gama e o jornal ‘O Carapuceiro’ (1832-1842): debate educativo, político e social na imprensa pernambucana do século XIX” (SANTANNA, 2013), Adriene Santana demonstra que o referido periódico é visto como um dedicado colaborador e incentivador da formação de administradores públicos para o Brasil, que, ao mesmo tempo objetivava que seus leitores fossem capazes ser enquadrados, tanto intelectualmente, como moralmente dentro de determinados limites religiosos. Segundo a pesquisa aludida, “O Carapuceiro” circulou entre os anos de 1832 e 1842 – e até 1845 como parte de outros jornais –, trazendo artigos com temas variados do cotidiano brasileiro e especificamente de Pernambuco, abordando questões políticas, religiosas e educacionais da época, cujas propostas, incansavelmente, voltavam-se para a reforma de costumes e da moral dos nacionais para atingir o progresso prometido pelo ideário liberal. Ao todo, foram quatrocentos e vinte e sete exemplares publicados, entretanto, atualmente é possível consultá-los nos três volumes da edição *fac-similar* divulgada pela Fundação Cultural de Recife em 1983.

Apesar da importância do jornal “O Carapuceiro”, é fundamental referendar que a pesquisa em questão não é simplesmente sobre um periódico, mas, sobre um sujeito histórico instigante, ou seja, sobre o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que, além de único proprietário da gazeta, também era seu redator exclusivo, dedicando-se ainda, ao longo da sua vida, à educação escolar e à política. Lopes Gama era de família abastada de Pernambuco, nasceu em Recife em 29 de setembro de 1791, teve formação religiosa iniciada no Mosteiro de São Bento de Olinda, em 1805, e concluída no Mosteiro de São Bento de Salvador, onde, permaneceu, até secularizar-se em 1834. Foi diretor do Liceu Provincial, do Colégio dos Órfãos de Olinda e do Curso Jurídico de Olinda, além de professor do Colégio das Artes, aposentando-se em 1839, mas, retornando à ativa em 1847 na direção do Curso Jurídico de Olinda e do Liceu Provincial, finalizando sua carreira educacional na direção geral da instrução pública pernambucana em 1851. Antes de dedicar-se ao “O Carapuceiro”, atuou, em 1822, no jornal “O Conciliador Nacional” e dirigiu “O Diário da Junta de Governo”, também traduziu e publicou livros, além de ter sido deputado geral pelas províncias de Pernambuco em 1840 e de Alagoas em 1845.

Miguel do Sacramento Lopes Gama era um padre, foi legislador e, sobretudo, um homem que dedicou grande parte da sua vida ao magistério. Contudo, a imprensa também foi seu habitat e por intermédio dela – principalmente através de “O Carapuceiro” – fez circular suas percepções políticas e morais entre o público pernambucano. Por outro lado, os redatores do jornal baiano “Correio Mercantil”, João Antonio de Sampaio Vianna e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, apesar de não pertencer às esferas religiosa ou escolar, tentavam – juntos com o sócio e tipógrafo Manoel Lopes Velloso – gerir e escrever um periódico e fazê-lo circular, não como um cândido folheto, mas, como um jornal de fato. O “Correio Mercantil” foi contemporâneo de “O Carapuceiro” e seus dois principais redatores trilharam pelo mesmo lócus de formação intelectual – o Mosteiro de São Bento de Olinda –, todavia, o conteúdo da gazeta baiana era eclético, possuía algumas seções, editoriais, notícias políticas e mercantis e anúncios, enquanto o periódico de Lopes Gama era composto de um único texto, como se fosse um artigo dedicado a inúmeros temas firmados pelo subtítulo sustentado no cume da capa do jornal, que dizia: “Periódico sempre moral. E so’per accidens politico”.

Praticamente tudo em “O Carapuceiro” era deboche, uma avalanche de insinuações compostas por irônicas carapuças oferecidas sem economia. Em 17 de janeiro de 1838, é possível ler logo na capa e no começo do texto:

Tenham os meus respeitáveis Leitores muito boas Festas, e melhores entradas de Ano, isto é; muita soma de saúde, e de dinheiro; que havendo estas duas coisas, tudo mais e maré de rezas. Com a saúde vem os prazeres, e com o dinheiro compram-se estes, e nada há, que se não leve a efeito. Queira a Providencia, que este ano nos seja mais favorável, do que foi o que proximamente acabou, e que nos vejamos livres de Repúblicas de Piratinim, e do Sabino da Bahia; por que em verdade o Povo do Brasil é tão apto para a Democracia, como o Mulçumano para reconhecer a jurisdição do Papa. [...] (O CARAPUCEIRO, Recife, n. 1, p. 1, 17 jan. 1838)

Lopes Gama inaugurou o novo ano investindo contra a Farroupilha (1835-1845) e a Sabinada (1837-1838) – duas revoltas federalistas, republicanas e separatistas em curso no país naquele momento – e, com escárnio, faz da democracia algo quimérico ao povo brasileiro. Seu discurso político era, às vezes, anedótico, porém, o objetivo dele era severo e sempre implacável para com tudo que o redator considerasse moralmente e politicamente adverso ao seu ideário. A metáfora religiosa não está ali por acaso, afinal, o antagonismo entre o islã e o catolicismo, punha o mal e o bem em lados opostos, a

desobediência insurgente e a reverência à ordem do Estado monárquico em flancos contrários – exatamente nessa ordem.

A “Gazeta Commercial da Bahia” foi outra “parceira” do “Correio Mercantil”. Como se estampava no cabeçalho, o jornal era impresso e administrado pela “Tipografia Imperial e Constitucional de Viúva Serva”. Logo, não se tratava de qualquer periódico, mas, de um legado de Manuel Antônio da Silva Serva, fundador da primeira tipografia baiana e do primeiro representante da imprensa local, o “Idade d’Ouro do Brazil” (SILVA, 2011).

Em 10 de maio de 1838, na seção “Notícias Diversas”, foi denunciado pelo “Correio Mercantil” o seguinte:

É voz pública, que um dos chefes dos rebeldes, o bem conhecido Sergio José Velloso, se acha muito á sua vontade, com outros malvados seus companheiros, no Forte do Mar! Queira a Providência, que não aconteça agora o que aconteceu quando no mesmo forte esteve o façanhoso Bento Gonçalves. (Gazeta Commercial.) (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 461, p. 2, 10 mai. 1838)

Dessa forma, a “Gazeta Commercial da Bahia” despontava como responsável por uma queixa sucinta, sem muitos detalhes e sustentada por “voz pública”, acerca de possíveis regalias que gozavam alguns sabinos detidos no Forte do Mar, uma edificação militar construída sobre um banco de areia ao fundo da Casa da Alfândega e, que havia sido cárcere do líder farroupilha Bento Gonçalves.

Do periódico português “O Panorama”, em 10 de janeiro de 1839, o “Correio Mercantil” obteve um artigo intitulado “Tráfico da Escravatura” e assim preludiado:

Parece que há hoje uma generosa conspiração dos governos, dos escritores, e dos homens influentes para acabar por uma vez com o horrível comércio dos escravos: ninguém como os escritores pode fazer tão bons serviços á causa da humanidade neste ponto [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 8, p. 3, 10 jan. 1839)

Curiosamente, o mesmo jornal que anunciava naturalmente cativos à venda, publicava uma crítica lusitana ao tráfico atlântico de escravizados. Porém, não há contradição na atitude do periódico, afinal, era comum que, sob fomentação liberal, mesmo alguns conservadores tolerassem a escravidão por defender o direito à propriedade e ao mesmo tempo abominassem a continuação do comércio escravista por, entre inúmeras razões, não ser mais uma atitude civilizada nas primeiras décadas do século XIX. Além das pressões estrangeiras encabeçadas pela Inglaterra e por suas

ambições capitalistas, desde 7 de novembro de 1831, no Brasil, através da Lei Feijó, tentava-se inibir a entrada de escravizados, garantindo a liberdade para todos que fossem descobertos pelas autoridades vindos de fora do país na condição de cativos. Não obstante, a atividade continuará existindo e impetuosamente resistindo por quase duas décadas, até ser anulada completamente como a Lei N.º 581 – defendida pelos conservadores e apoiada pelo regente Araújo Lima e pelo Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara –, que, conseguiu garantir uma série de ações repressoras para atravancar definitivamente o tráfico de escravizados para o Brasil.

São jornais que noticiam suas versões dos fatos e, que assim como o “Correio Mercantil”, objetivavam serem lidos como fidedignos. Seus proprietários, muitos redatores também do periódico, queriam que suas percepções circulassem, pulverizassem o que houvesse de antagônico, de obstáculo aos planos políticos que acreditavam, ensinando através de uma cultura escrita e impressa – inegavelmente influenciada pelas tradições de oralidade – que a ordem tinha que ser respeitada e o Estado mantido intacto, sendo qualquer mudança sempre cuidadosa e sustentada por autoridades legais.

Com uma tiragem não identificado na nossa pesquisa, entre 1838 e 1839, a assinatura trimestral do “Correio Mercantil” custava 4 mil réis e para comprá-lo avulso deveria ser desembolsado 160 réis, o assinante tinha direito a um anúncio de seis linhas, gratuito por três dias, e os que não fossem subscritores podiam anunciar por 120 réis por linha. O valor unitário para a aquisição de um jornal não era elevado e nas primeiras décadas da imprensa no Brasil “[...] não era necessário ser um privilegiado social para comprar eventualmente um exemplar, cujo preço estava acessível até mesmo para um escravo de ganho que se interessasse em sua leitura” (MOREL, 2008, p. 36). Entretanto, a questão não era somente poder ou não comprar um jornal, mas, conseguir lê-lo, visto que, a escassez de alfabetizados entre as populações das cidades baianas e brasileiras do século XIX, dificultaria ficar a par do que se noticiava através da escrita. Porém, dificultar não significava impedir que outras leituras se realizassem, leituras possibilitadas pela rica cultura oral existente e pela intensa e rotineira dinâmica de trocas de informações – e, conseqüentemente, de concepções –, ainda mais quando se tratava de uma urbe costeira e portuária, como Salvador, repleta de ávidos ouvintes,

que, ao mesmo tempo, atuavam como tenazes vetores; consumidores e difusores de muita coisa que se produzia e se reproduzia na imprensa periódica.

3.3 REDATORES (GAZETEIROS, ESCRITORES PÚBLICOS OU JORNALISTAS): AGENTES DE EDUCAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA

Em “Revolta, tráfico e escravidão no ‘Correio Mercantil’: Salvador, 1836-1849”, faz-se entender que o termo “jornalista” era pouco usado nos jornais baianos da primeira metade do século XIX, que seria uma nomenclatura não muito difundida, sendo mais comum o emprego do vocábulo “escritor público” (NEGRÃO, 2012). Já em “O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial”, ao avultar o envolvimento dos magistrados com a política, chama-se a atenção para o fato desses homens – que preferiam ser titulados de dirigentes – transbordarem para a literatura e para o jornalismo, entre tantas atividades que exerciam, e cognominarem a si mesmos de:

[...] “escritores públicos”, caracterizando a utilização dos jornais, panfletos, pasquins, folhetos e livros que redigiam para unir a seus ideias e proposições os demais componentes da boa sociedade e muitos homens livres, proprietários unicamente de suas pessoas. (MATTOS, 2004, pp.195-196)

Contrariando o que é dito anteriormente, entre 1838 e 1839, as designações “jornalista”, “jornalismo” e “jornal” já eram utilizadas no “Correio Mercantil” de maneira menos excepcional do que se atesta, sendo, ainda, comum aparecer – algumas vezes no mesmo exemplar – essas terminologias juntamente com a sentença “escritor público”.

Mas, que sentido teria o termo “escritor público”? O mesmo que “jornalista”, “gazeteiro” ou “redator”? Seria uma designação genérica e vulgarizada entre os jornais das primeiras décadas dos oitocentos? Seria uma alcunha escolhida pelos homens públicos, que, aventuravam-se pelo caminho da imprensa? Quando essa expressão foi utilizada no “Correio Mercantil”, nos pareceu ter um sentido mais insólito do que o que se verifica nas considerações anteriores, por exemplo. Seu uso não era tão habitual, pelo menos, entre o abril de 1838 e março de 1839, o nome “escritor público” não será corriqueiro, vulgar, no periódico dos irmãos Sampaio Vianna, não obstante, sua utilização será imprescindível em determinados momentos, notadamente, naqueles em que as tradições orais não poderiam falar mais alto, se sobrepondo ao mundo letrado

que pretendia ser configurado e defendido pelos redatores do “Correio Mercantil” de outros periódicos impressos da primeira metade do século XIX.

No “Correio Mercantil” de 2 de abril de 1838, no exato dia de retorno das atividades após a queda da Sabinada, o primeiro texto estampado foi uma declaração de João Antonio de Sampaio Vianna anunciando o encerramento da condição de “folha oficial”, que o “Correio Mercantil” tinha até então. Demonstrando certo alívio pela decisão do governo em substituí-los pela “Gazeta Commercial da Bahia”, o redator agradeceu pelo reconhecimento e pela confiança depositada ao longo dos anos, mas, não hesitou em afirmar que seu jornal ficará menos sobrecarregado com a retirada deste de tal função. Muito provavelmente, estava se referindo ao que poderiam arrecadar com a tipografia, agora, desobrigada da aparente filantropia e com espaços negociáveis e mais rentáveis ao periódico. Ao final foi dito:

Uma tal declaração, importando a defesa do nosso limitado conceito, como Escritor Público, não se dirige á outro que senão á evitar qualquer duvida, que uma tão repentina mudança possa inspirar nos ânimos dos nossos Compatriotas, de quem anhellamo sempre a convicção da pureza de nossos sentimentos políticos, que alto ponto prezamos.

Bahia 2 de abril de 1838. O Redator do C. Mercantil, João Antônio de Sampaio Vianna. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 434, p. 1, 02 abr. 1838f)

João Antonio de Sampaio Vianna se posicionou nesse comunicado como proprietário e redator, contudo, era também “Escritor Público”. Diferente do redator e do jornalista – que acabavam tendo sentido semelhante ou poderiam ser sinônimos em determinadas situações –, o escritor público não era simplesmente aquele que compunha, transcrevia ou selecionava o que era publicado por um periódico, não era o perseguidor de fontes e o produtor/reprodutor de notícias, era alguém que se designava como porta-voz dos sentimentos e aspirações de outrem. O escritor público era assumidamente um missionário parcial e disposto a defender as causas alheias – e determinados jornais precisavam que seus redatores assumissem ocasionalmente essa incumbência para que a distância entre a escrita e a oralidade fosse abreviada, para que o sujeito letrado confiasse naquilo que pudesse ressoar como especulativo e o não letrado como presunçoso.

Assim, em um mesmo periódico, o redator, o jornalista e o escritor público poderiam estar reunidos na mesma pessoa. No caso do “Correio Mercantil”, João

Antonio de Sampaio Vianna e Luiz Antonio de Sampaio Vianna arcavam com esse triplo encargo. Eles quase sempre se intitulavam e assinavam como redatores e até usavam uma marca – o “RR.” – como forma de se identificarem, mas, provavelmente, quando tencionavam ser respeitados e levados mais a sério por determinado público, referiam-se a si mesmos como jornalistas e buscavam forças argumentativas em modelos europeus. Ora ou outra, em momentos bem específicos, qualificavam-se de “escritores públicos” e assim eram nominados por alguns dos seus leitores, como se vestidos com esse padrão inspirassem sensações, que como redatores ou jornalistas não conseguiriam incitar.

Numa correspondência publicada no dia 2 de maio de 1838 no “Correio Mercantil”, é possível deparar-se com o seguinte:

Sr. Redator

Como vm. se faz cargo, como Escritor Público, de clamar pela punição dos rebeldes; vou por meio desta lembrar-lhe que os sabinistas da Villa da Feira de Santa Anna acham-se restituídos á aquela Villa tão frescos, e delambidos, como se em vez de terem proclamado o sistema de república, que entendida da maneira por eles pensada, equivale, a roubo, e morte, houvessem arenado ali apenas um teatrinho, e representado o entremez dos doidos. Isto, que lhe lembro, Sr. Redator, ou para melhor dizer, lhe anuncio, é tão verídico, que creio não haver mais quem o ignore; e até foi publicado em alto, e bom som, em uma das sessões p. p. do recinto da Assembleia Provincial, pelo Sr. Deputado Angelo Muniz da Silva Ferraz, Juiz de Direito da Comarca da Jacobina, como testemunha de vista, quando agora transitava por aquela infeliz Villa. No meu humilde entender creio, que os rebeldes devem ser perseguidos com o rigor da Justiça, quer sejam da Capital, quer sejam da Feira de Santa Anna, ou de qualquer outra parte; do contrário acusação contra uns perde a sua força moral, quando os Cidadãos observam que os outros passam incólumes. O mais deixo para as judiciosas reflexões do Sr. Redator, que de certo satisfará ao Seu constante leitor, muito afetuoso. O Justiceiro. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 455, p. 3, 02 mai. 1838c)

O remetente queixoso, vulgo “O Justiceiro”, referia-se ao redator logo no começo da sua denúncia como “Escritor Público”, não por ser esta a expressão que comumente se usava no lugar de “jornalista” nas décadas iniciais do século XIX, mas, porque seu apelo exigia punição aos rebeldes da Sabinada ainda desprendidos e indecorosamente transitando na “Villa de Feira da Santa Anna”. Não seria o “Sr. Redator” – tratamento dado no decorrer do texto – a pessoa apta a solucionar esse problema, mas, aquele capaz de clamar por sanções, com coragem suficiente para exigir das autoridades mais eficiência para aplica-las e intrépido ao ponto de tentar estimular entre seus leitores a ânsia pelo martírio e a apetência pela vindita.

Como integrante obstinado de uma cultura impressa, o “Correio Mercantil” precisava de escritores públicos, de redatores, de jornalistas... conduzindo seus argumentos e suas concepções. O teor verídico que se pretendia alcançar em um artigo, em uma denúncia etc. dependia do responsável por trazer à tona a notícia e da petição ali proposta, das palavras empregadas e das intenções em jogo. O escritor público teria condições de garantir o que o redator e o jornalista talvez não pudessem, pois, os dois últimos poderiam ser excessivamente receptores, produtores e reprodutores de percepções – intendentos da notícia –, enquanto o primeiro, sem muito ardeio, vociferava por respostas, por atitudes, rogava em nome da ordem, da obediência coletiva e da “ilustração” sem titubear, como se uma opinião pública postulasse pela sua interposição – eram homens incumbidos de alastrar o veio cultural da imprensa periódica, assumindo de forma explícita um compromisso de educar o público, de propagar ideias e de estimular as inúmeras possibilidades de leituras.

Entretanto, nem tudo que era publicado pelo “Correio Mercantil” era reprodução de outros periódicos ou contribuição dos leitores. Os redatores geralmente precisavam contatar fontes, colher informações, e para sua sorte, trabalhavam em meio a um núcleo humano extremamente diverso e instigante. A tipografia e o escritório do periódico ficavam na “Rua d’Alfandega”, n.º 24, na parte baixa da cidade de Salvador, nas proximidades da Casa da Alfândega, do cais do porto, do Arsenal da Marinha, das ladeiras e guindastes que superavam uma imponente barroca e interligavam os dois níveis da capital provincial. Em meio a um ecossistema tão efervescente – ainda mais em tempos de tensões mais agudas –, a manufatura do “Correio Mercantil” também dependia, e muito, da ida dos seus redatores a campo, do contato com personagens locais assíduos e com transeuntes autóctones ou forasteiros.

Dessa forma, os argumentos que compunham os textos publicados pelo “Correio Mercantil” não eram simplesmente redigidos à distância, sem contato com os espaços externos ao da sede do periódico. Os fatos circulavam entre os inúmeros “mundos” que compunham Salvador, entre a esfera letrada e a esfera não letrada de uma cidade constituída por espaços preenchidos pelas mais distintas organizações sociais, uma cidade propensa à subversão – aos olhos das autoridades e de fato – e cujo “inimigo”, o propenso algoz da elite e corruptor da ordem – o sabino, o malê, entre outros –, conviva,

muitas vezes, no mesmo ambiente dos grupos sociais privilegiados. Esse cotidiano espesso comprimia as relações e proporcionava os contatos e uma intensa circulação cultural, experiências que, em muitos momentos, eram vistas com desconfiança, sobretudo, por uma imprensa vigilante e motivada em promover a repressão dos rebeldes – ou dados à rebeldia – e em inibir ou anular ideias tidas como perigosas, ou seja, antagônicas à ordem vigente e ao Estado monárquico.

No exemplar de 7 de janeiro de 1839, em uma resposta dos redatores a uma correspondência do Comandante Geral da Polícia, Antonio Joaquim de Magalhães e Castro, fica nítido que não se fazia “jornalismo de gabinete” no “Correio Mercantil”. Na passagem inaugural, no segundo e terceiro parágrafos, da longa publicação é possível ler:

Principiaremos por confessar que, na quarta feira, 2 do corrente [1839], quando saímos de nosso escritório, seriam 3 horas da tarde, nenhuma notícia tínhamos de semelhante boato, e só no dia 3 pela manhã, ao entrarmos para o escritório do Jornal, nos informarão de que em a noite antecedente, havia estado a cidade em alarme com a noticia de que, nessa madrugada, appareceria um movimento hostil da parte dos africanos. Ora, nenhuma censura parece dever merecer quem, como nós, não tendo saído em todo aquele dia 2 do nosso escritório, e menos de nossa casa, em o resto desse dia e noite ignorasse, por isso, a existência de um tal boato.

Apenas fomos dele instruído, e mais cauteloso do que nos supõe o Ilustre Correspondente, nos dirigimos logo á Alfandega, lugar onde, pela nímia concorrência de indivíduos, poderíamos melhormente colher mais seguros dados acerca do q' se havia passado. Com efeito, encontramos algumas pessoas q' de nada sabiam, outras, porém, que concordes nos disseram ter estado a cidade em alarma na noite antecedente, e que o Excel. Comandante das Armas e Intendente da Marinha tinham vindo da Barra para a cidade; que havia desembarcado 69 marinheiros da Fragata Príncipe; que o Sr. Comandante das Armas, rondando a Cidade, havia ordenado a prisão de 20 Guardas Nacionais, e 10 Policiais, por tê-los achado fora da disciplina militar: ora, esta ultima noticia nos foi dada por um Sr. Alferes da G. Nacional, que encontramos de farda, na mesma Alfandega, e que, por não sabermos de seu nome, o omitimos, mas sabemos ser ele despachante da casa dos Srs. Costa Junior e C. Amedrado pela experiência, de que existe sempre muita exageração em tais noticias, apesar de as termos recebido de mais de 8 pessoas, a quem falamos n' Alfandega, procuramos todavia outras fontes, cujo ressaltado for idêntico e concorde com o que já sabíamos, e recolhendo-nos ao escritório do Jornal, pelas 2 horas d tarde, esboçamos essa curta noticia, em a qual parece não ter havido exageração á vista do que acima fica dito, e mais ainda com o que realmente acontece. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839a)

Essa tréplica dos redatores foi motivada pela resposta do Comandante Geral de Polícia à denúncia publicada pelo “Correio Mercantil” três dias antes, em que rumores de uma insurreição de escravizados, uma “malêsada”, assustava os moradores dos

subúrbios de Salvador na noite de 2 de janeiro de 1839. É inteligível que os irmãos Sampaio Vianna tanto recebiam informações no seu escritório – na sede do jornal –, como se moviam por espaços públicos, colhendo os “[...] mais seguros dados acerca do q’ se havia passado [...]” – pelo menos, é o que alegavam os redatores. Descreveram, detalhando horários, a saída para a Casa da Alfândega e o seu retorno, disseram que conversaram com oito pessoas – as quais, chamaram de “fontes” –, inclusive, entrevistaram um alferes de nome não revelado, mas, cujo local de despacho fora explicitado, afinal, era preciso embasar de modo mais concreto a história. Como sempre, conclamam-se como defensores da paz e do sossego das famílias e comparam o “Correio Mercantil” a “todos os jornais do mundo”, que, obrigam-se a noticiar boatos como forma de estimular a atenção das autoridades. Os irmãos Sampaio Vianna querem persuadir, não o Chefe Geral de Polícia, desejam que “[...] o Correio Mercantil seja útil ao publico, e à Causa da Pátria, e não menos que se torne interessante e cada vez mais digno da confiança dos seus honrados leitores” (Correio Mercantil, 1838). Portanto, precisam deixar legível que aquilo que era estampado pelo jornal originava-se de um trabalhoso processo de coleta de informações e o que ali se encontrava impresso não pipocava do nada, pois, até se chegar ao resultado final, uma rede de informações era tecida, levando transmissores e receptores a trocarem de posição constantemente.

Redatores, gazeteiros, periodistas ou jornalistas? Seriam sinônimos ou nuances apartavam seus significados? Todavia, nomearem-se “redatores” – e nomearem os outros dessa forma – era o mais comum no “Correio Mercantil” entre abril de 1838 e março de 1839. As denominações “gazeteiros” ou “periodistas” não foram encontradas em nenhum número analisado neste estudo, porém, “jornalista” está lá, de um modo bem menos insólito do que se esperava de uma imprensa ainda tão incipiente – mas, nada inocente ou amadora naquilo que se propunha fazer. Não seria incongruente afirmar que os redatores do “Correio Mercantil” eram jornalistas e educadores, afinal, como avalia Isabel Lustosa:

O próprio papel da imprensa naquele contexto era visto de outra maneira. Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos. (LUSTOSA, 2004, p. 14)

As reflexões sugeridas por Lustosa, podem ser verificadas na imprensa periódica da Bahia na primeira metade do século XIX. Trata-se de um jornalismo engajado na missão de educar, porém, não somente por causa da carência de instituições escolares e publicações livrescas acessíveis. No artigo “A Escola Normal na Província da Bahia”, de Lucia Maria da Franca Rocha, é possível constatar que na província baiana, somente em 1836, através de um Ato Adicional, autorizou-se a criação de uma Escola Normal, mas, que só veio funcionar de fato quatro anos depois, em 1840, improvisada, em um dos salões do Teatro São João (ROCHA, 2016). Entretanto, diferente do que Lustosa afirma e muito próximo de uma ideia de imprensa moderna, o “Correio Mercantil” disseminava concepções e sua existência não significava apenas o preenchimento momentâneo do hiato escolar, afinal, sua condição de suporte de linguagem é concreta e a incumbência que seus redatores conceberam para si mesmos idem. João Antonio de Sampaio Vianna e Luiz Antonio de Sampaio Vianna poderiam não ser jornalistas, no sentido profissional, que o conceito detém atualmente, mas, labutavam diariamente – guardadas às devidas proporções – como tal e faziam do seu negócio um atuante instrumento produtor e reproduzidor de concepções políticas e morais para Salvador em favor da ordem e da Monarquia.

Como suporte de linguagem o “Correio Mercantil” excederá a mera condição de mídia, sustentando o que transita entre o mundo impresso e o da oralidade – seu vaivém incessante entre os meios letrados e não letrados –, possibilitando que um produto escrito possa ser acessado por leitores diretos e indiretos, pelos que decifram a escrita e pelos que acedem as notícias por outros caminhos comunicacionais: os ouvintes. Na primeira metade do século XIX – e muitas décadas depois – o que era dito, falado, tinha uma importância fundamental, afinal, o letramento para uma cidade como Salvador era uma novidade de difícil alcance para grande parcela da população, afinal, acessá-lo dependia, para muitos grupos sociais, de uma existência relevante de instituições escolares, que, mesmo nos moldes modernos, continuava sendo exceção e não regra.

Entretanto, no “Correio Mercantil”, anúncios tratando do tema “escola”, como o que segue abaixo, poderiam ser encontrados:

A casa de educação para a mocidade de ambos os sexos, à Barroquinha, continuará em seu exercício no dia 3 de fevereiro em diante. Serão as lições ali ministradas: Primeiras letras, aritmética teórica, e prática, gramática portuguesa, desenho linear e geografia, francês, inglês, dança, e todos os

trabalhos d'agulha para as meninas. Estas lições serão dadas, segundo a capacidade dos alunos, e a boa ordem, que requerem os trabalhos para que delas se tire proveito. – Dar-se-ão as mesmas lições de noite, havendo concorrência de adultos. – Euzébio e Angelica Vanerio, Diretores. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 14, p. 3, 17 jan. 1839)

Apresentava-se como alternativa para suplantar a carência de escolas públicas o custeio da educação em escolas particulares, algo impraticável para grande parcela da população de Salvador na metade inicial dos oitocentos. Com interesse em um público juvenil e adulto, ofertavam-se turmas diurnas e noturnas que pendiam para matérias teóricas basilares e uma prática bem ordinária, com ênfase ainda na preparação de uma mulher apta para o labor limitador da vida privada patriarcal.

Apesar de haver diminuta oportunidade de escolarização para os segmentos mais pobres da sociedade, verificarmos em diversos números do “Correio Mercantil” outros anúncios ou notas relativas à educação formal privada, como em 19 de abril de 1838, por exemplo, quando foi comunicado que uma “[...] bem antiga e acreditada casa d'educação para a mocidade de ambos os sexos [...]” encontrava-se funcionando desde o dia anterior (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838b), reabrindo suas portas – assim como todo comércio e serviços de Salvador que tiveram suas atividades interrompidas durante a Sabinada.

O serviço mencionado reapareceu em outros números ao longo dos meses cobertos por esta pesquisa e tinha relação com um colégio particular localizado na Barroquinha, no centro de Salvador, cuja direção era de Euzébio e Angélica Vanerio – o primeiro, inclusive, atuou na cidade também como redator, em 1824, do jornal “O Independente Constitucional” (BLAKE, 1895, s/p.). No mais, frequentar a escola era uma circunstância quimérica e para os não abastados da capital da província da Bahia, isso queria dizer que grande parcela da população – a maioria dos negros – estava excluída da educação escolar, mesmo após tímida chegada do Liceu Provincial, inaugurado em 1837, e da implantação do Conselho de Instrução Pública em 1842.

Já na seção “Bahia”, um texto de natureza oficial, intitulado “Instrução Pública” e estampado pelo “Correio Mercantil” de 4 de abril de 1838, divulgou o seguinte:

Um regulamento, que também vos será apresentado, foi dado provisoriamente as Escolas de instrução primária, em cumprimento da Lei n. 37.

Várias Representações existem, nos quais se pede a criação de novas Escolas dessa natureza, elas serão submetidas ao vosso conhecimento.

A Lei n. 33 que mandou criar nesta Capital um Liceu, acha-se executada, tendo tido lugar a abertura do mesmo no dia 7 de Setembro do ano pp. No Hospício da Palma, onde se achava estabelecido o Seminário Arcebispaal, que por convenção com Excel. E Revm. Prelado Diocesano, e competente aprovação do Governo Central, passou para o Convento dos Carmelitas descalços, cujos bens passaram a ser administrados pela Casa Pia dos Órfãos desta Cidade, obrigada ela aos encargos a que estão sujeitos os rendimentos do mesmo Convento, bem como a sustentação do único Religioso existente, Leigos, e escravos, ficando estes últimos, assim como a Igreja, e botar sob inspeção do Diretor do dito Seminário.

[...] Devo aqui informar-vos, que em observância do art. 1º. & 6º. Da Lei n. 55, foram dados vários objetos, e instrumentos para a Catequese dos Índios, e que fora nomeado um Religioso para ajudar a Fr. Ludovico Leorne, em tão árdua, como interessante tarefa.

Pouco vos pode o Governo informar agora acerca da Casa Pia dos Órfãos, e limita-se a comunicar-vos, que segundo as informações por ele obtidas, bastante tem melhorado a sua administração, e que crescido o número dos alunos, que ali encontram na caridade pública os meios de subsistência, e educação.

A vossa sabedoria toca prover, quando as circunstâncias e permitam, que esses inocentes Órfãos ali adquiram uma indústria, com a qual assegurem sua futura subsistência, e se tornem úteis ao País.

Bem quisera apresentar-se um quadro dos alunos, que frequentam as Escolas Públicas, e inteirar-vos de sua aplicação, e aproveitamento, não é porém possível pelos motivos já expendidos. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 436, p. 1, 04 abr. 1838c)

Em um trecho do discurso de abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 1º de abril de 1838, o ex-Presidente da Província da Bahia, Antonio Pereira Barreto Pedroso, tentou tecer explicações que envolvem a organização das “escolas de instrução primária” em Salvador ao longo da sua efêmera gestão – iniciada em 7 de outubro de 1837, um mês antes de estourar a Sabinada em Salvador. Dedicou-se a uma instituição especificamente – a Casa da Pia dos Órfãos –, que, segundo ele, no seu governo passou por melhorias administrativas, fazendo crescer a frequência de alunos e o fortalecimento do que na época considerava-se “caridade pública”. Pedroso concluiu endossando o papel primordial da Casa da Pia: profissionalizar os órfãos, dar a eles a chance de subsistir e com isso, tornarem-se mão-de-obra braçal qualificada. Portanto, uma minguada e ordinária instrução pública primária era o mínimo disponibilizado por um Estado, que se reputava benevolente sendo excludente³³.

³³ O direito à educação para todos os cidadãos brasileiros foi garantido pela Constituição Brasileira de 1934 no artigo 149, onde é dito: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”. Ver Brasil. Constituição (1934). **Constituição da**

Contudo, não se deve considerar escola e educação como conceitos análogos, mesmo que a primeira represente uma peça expressiva no processo educacional, ela não está sozinha, afinal,

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (BRANDÃO, 1981, p. 7)

No sentido proposto, é possível considerar que o raio de alcance da imprensa periódica da primeira metade do século XIX não era tacinho, pois, o que não era lido, tornava-se notícia, circulava, envolvendo os mais variados grupos sociais. Em Salvador, entre abril de 1838 e março de 1839, o “Correio Mercantil” não se balizava, mormente pelos eventos financeiros – como sugere o título desse periódico – e pelos negócios locais ou externos, não se tratava de uma gazeta voltada apenas para os fatos políticos e econômicos, e mesmo não trazendo um título formado por vocábulos peculiares, como “defensor”, “escudo”, “censor”, “aurora”, “mensageiro”³⁴; também advogava para si uma vitalidade social. Porém, o fato de ser um “correio” remetia, entre tantas acepções, à atribuição de ser um serviço que tem por fim comunicar, informar, o que era escrito – correspondência, impressos etc. (SILVA, 1890, p. 549) – e formar ideias fundamentadas por concepções bem específicas e simpáticas aos grupos sociais ali representados – nesse caso, proprietários, negociantes, empregados públicos e titulares –, como deixa nítido a representação à Assembleia Geral, publicada pelo “Correio Mercantil” em agosto de 1839 e cujo enunciado posicionava duzentas e cinquenta opositores à Sabinada por se sentirem ameaçados pela chance de novas rebeliões que pudessem comprometer os alicerces políticos e morais estabelecidos (ARAÚJO, 2009, p. 86).

O “Correio Mercantil” dependia financeiramente das subscrições, das compras avulsas e das assinaturas para existir, era um jornal concebido tencionando inicialmente o escasso público letrado de Salvador – e das outras cidades onde circulava –, porém, escrevia-se também para uma maioria não letrada ou em condições precárias de

República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. Casa Civil, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm.

³⁴ Entre os trinta e quatro jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional que circularam em Salvador entre 1830 e 1839, havia “A Luz Bahiana”, “Aurora da Bahia”, “Correio Brasileiro”, “Defensor do Povo”, “Escudo da Constituição”, “O Censor”, “O Mensageiro da Bahia”, “Sentinella da Liberdade”.

letramento, pois, os redatores tinham consciência que o conteúdo do seu periódico poderia ser acessado de outras maneiras, que não lido mas ouvido, as notícias, as mensagens moralizantes e de conteúdo político reverberavam-se pelos circuitos de comunicação da oralidade. Na seção “anúncios” era comum a oferta de trabalho em atividades manuais, que, muito provavelmente, despertavam o interesse de pessoas, maiormente, não letradas. Três anúncios publicados pelo “Correio Mercantil” ao longo de 1838 ilustram muito bem nosso argumento:

Precisa-se de 12 remadores para os escaleres d’Alfândega, os quais vencerão cada um diariamente 600 rs., as pessoas que se quiserem contratar poderão comparecer todos os dias das 9 às 2 horas das tarde a falar com o Guarda mor. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 520, p. 4, 28 jul. 1838)

Precisa-se de um homem que saiba andar de camelos, ou ao menos tenha visto o uso destes, no serviço de cargas; quem estiver nestas circunstâncias, e queira ajustar-se para este tráfico, pode procurar no engenho Limoeiro, ao seu proprietário, nesta cidade, ao Sr. Luiz Manoel de Oliveira Mendes, para que o encaminhe para ali. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 529, p. 4, 09 ago. 1838)

Precisa-se de um feitor, para uma roça ao Bonfim, ainda que seja algum preto, a quem se faça entrega da mesma, para plantar capim, &c.; quem quiser ajustar-se, nesta Tipografia de dirá o pretendente. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 578, p. 4, 13 out. 1838)

No primeiro anúncio, convocaram-se remadores, o vocábulo “pessoas” é usado e uma remuneração diária é informada; no segundo, pediu-se um “homem”, mas, a peculiaridade do serviço foi o que chamou a atenção, pois, o animal a ser conduzido e tratado não era uma quadrupede de tração comum, mas, um camelo; no último, requisitava-se um “feitor”, alguém para cuidar de uma roça, entretanto, uma expressão específica, como possibilidade, discrimina que o candidato poderia ser um “preto”. Alguém leria esses anúncios e oralmente eles se propalariam pela cidade, divulgando-se no cais do porto, nos trapiches, na Casa da Alfândega, nos cantos³⁵, afinal, se eram veiculados era porque havia um retorno, a comunicação ocorria e, do mesmo modo, outras temáticas também poderiam circular pela capital da província da Bahia.

³⁵ Os cantos eram “[...] os grupos etnicamente delimitados, que se reuniam para oferecer seus serviços em locais também delimitados da geografia urbana. A inspiração pode ter sido os grupos de trabalho voluntário, comuns na África Ocidental, conhecidos como *aro* entre os iorubas. Os cantos baianos tinham nomes de ruas, largos, ladeiras, ancoradouros: canto da Calçada, do Portão de São Bento, da Mangueira do Cais Dourado” (REIS, 1993, pp. 13-14).

Os redatores do “Correio Mercantil” sabiam que o público não letrado de Salvador não poderia ser ignorado, muito menos subestimado – principalmente a população negra –, não somente pela sua relevância quantitativa, mas, por uma expressiva presença cotidiana e em imensuráveis eventos relativos à cultura insurgente da cidade. Quando um artigo dos irmãos Sampaio Vianna reivindicava uma polícia mais enérgica e uma justiça mais implacável ou quando publicavam denúncias de leitores exigindo que as autoridades ajam com mais eficiência em prol da ordem, recados eram dados, advertências construídas muitas vezes a partir da oralidade, que, ao serem impressas, regressavam ao domínio inicial para novamente ser escrita, lida, contada, ouvida, recontada.

A esse respeito são instigantes as reflexões de Robert Darnton (2014) sobre a França de 1749 a partir de seis poemas que satirizavam o monarca Luís XV e criticavam estado absolutista francês, que resultou na prisão e envio para a Bastilha de quatorze pessoas – especialmente escrivães e abades – responsabilizadas por participar de recitais clandestinos de poesia e por difundir seu conteúdo entre a população. Esse fato levou Darnton a estudar a complexa rede de comunicação e a maneira como informações circulavam em uma sociedade semialfabetizada. Na França de Luís XV, o “Caso dos Quatorze” – como ficou conhecido o episódio – revelou que além das piadas, das charadas, dos mexericos, a música serviu como instrumento mnemônico, viabilizando a memorização, mesmo entre os não letrados (DARTON, 2014, pp. 8-9).

Mas, voltando ao contexto da imprensa no Brasil oitocentista, em “Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX” sublinha-se que,

A alfabetização era escassa, mas o rótulo de ‘elitismo’ para a imprensa que surgia deve ser empregado com cautela, mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamento e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação de debate político ultrapassava o público estritamente leitor. (MOREL, 2003, pp. 45-46)

O trecho não se aprofunda na discussão de uma provável “leitura indireta” dos manuscritos, panfletos e impressos no Brasil do século XIX, mas, deixa sinais que podem ser utilizados como norte para analisarmos o “Correio Mercantil”. Insinua-se a existência de leituras públicas e de debates que extravasam a experiência do privado para tomar as ruas e outros espaços públicos, o que pode ser notado – diante de tudo que

já foi presumido ao longo da segunda parte desse estudo – nos diálogos camuflados nas entrelinhas, por exemplo, do que era publicado nas páginas do jornal dos irmãos Sampaio Vianna. Como salienta Chartier, “[...] a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. [...] a leitura implícita do texto, literário ou não, é construída como uma oralização, e seu leitor como um leitor que lê em voz alta e se dirige a um público de ouvintes. Destinada tanto para o ouvido quanto para o olho, a obra conta com formas e procedimentos capazes de submeter o escrito às exigências próprias do desempenho oral” (1991, pp. 181-182).

Com um incansável propósito de propagar costumes e fortalecer seu discurso político, os redatores do “Correio Mercantil” recorreram à religião católica para fomentar suas concepções. E, desse modo, sustentaram muitos dos seus argumentos para além do limite da moralidade corriqueira, amplificando a ideia de boa conduta e inserindo-a no jogo de uma cultura política muito maior do que se respirava nos cômodos ocupados pelos três poderes. Em alguns números do jornal “Correio Mercantil” analisados nesta pesquisa, a Igreja Católica e o catolicismo de alguma forma se fazem presentes. As publicações eram as mais variadas, poderiam ser textos referentes à rotina eclesiástica e institucional da Santa Igreja, discursos políticos e morais compostos por valores católicos ou anúncios de venda de bíblias, livros de catequese, de moral e civismo etc.

No “Correio Mercantil” de 3 de abril de 1838, na segunda página, um editorial começava e era concluído assim:

Antes de ontem teve lugar, nesta Cidade, uma dessas cenas dignas do maior respeito e veneração dos bons Brasileiros Tendo S. Ex. o Sr. Presidente determinado, que houvesse um Te Deum solene em ação de graças ao Ente Supremo pelos imensos benefícios que nos vem de outorgar, livrando esta bela Cidade do furor demagógico de tantas feras [...]. Honra pois aos Legalistas! Eles respeitão tanto as leis divinas, como as humanas, e em quanto seguirem tão louvável senda, o Deus dos Exércitos ajudará e vigorará seu braço para a completa derrota de entes tais, quais os que vem a Bahia de possuir para sua eterna vergonha. Nós agradecemos ao Excel. Presidente tão feliz lembrança, e oxalá que os atos Religiosos marcassem sempre essas épocas memoráveis, pois a sua influência é tão poderosa, e tão profícua, que, por muito tempo, os espíritos se conservam submissos à recordações tão dignas de veneração e respeito!

A religião é o mais poderoso motivo do Amor da Pátria, e ditoso o país, diz Chateaubriand, cujos escritores sempre determinaram esse nobre sentimento em seus escritos! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 435, pp. 2-3, 03 abr. 1838b)

Antes de seguir é importante esclarecer que o escritor e político citando é o conservador francês François-René de Chateaubriand – os redatores elogiaram o fato do Estado, através do presidente provincial, determinar um hino de louvor, um “*Te Deum ludamos*”, agradecendo ao “Ente Supremo”, ao “Deus dos Exércitos”, por ter, na sua compreensão, intercedido pelos legalistas e garantido a vitória sobre os sabinos. Dessa forma, a religião foi posta como indispensável para manter íntegro o sentimento patriótico, mas, para isso, escrever utilizando tais preceitos seria de extremo valor. O escritor, qualquer que fosse sua matéria, jamais deveria esquecer-se dos princípios do catolicismo, da religião oficial do Estado brasileiro.

Anunciavam-se no “Correio Mercantil” livros com os mais distintos temas, gramáticas e dicionários, apesar de tratar-se de um jornal da primeira metade do século XIX sediado em uma cidade de absoluta minoria letrada. Entre o que era ofertado, havia as bíblias, muitas vezes apresentadas para vender na própria tipografia do “Correio Mercantil”³⁶, e livros de catecismo, como o seguinte:

Acha-se no prelo a segunda Edição do pequeno Catecismo Histórico, aprovado pelo Governo desta Província, para uso das escolas. Esta segunda edição, em tudo mais perfeita do que a primeira sairá argumentada com um compendio em abreviatura da doutrina cristã, seguida de uma coleção de pensamentos, e máximas morais e religiosas. As pessoas que quiserem coadjuvar esta empresa com as suas assinaturas, poderão ir fazê-lo em casa do editor, à rua direita do Colégio n.º 53, e nas Tipografias Constitucional ao Aljube, na rua d’Ajuda, na do Correio Mercantil à rua d’Alfândega, e na loja da Gazeta à Santa Bárbara; declarando as suas moradas, e o número de exemplares para que assinem. – Preço 800 rs. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 536, p. 4, 20 ago. 1838)

O jornal além de anunciar, promovia o artigo, e o punha como vital. Apresentado como um catecismo facultado pelo governo, a justificativa vinha com um reforço, expandi-lo para além da escola pública seria vital para uma formação moral e religiosa de dogmas cristãos católicos.

O “Correio Mercantil” era uma mídia e precisava ser comercializado, era suporte da linguagem escrita em um mundo majoritariamente não letrado, porém, era também um veículo inter-relacionado com questões externas, de fora da cidade, da província e do país. Para tal, precisava estar consciente dos pressupostos circulantes e transmitir

³⁶ No “Correio Mercantil” de 27 de julho de 1838 foi anunciado: “Nesta tipografia acha-se para vender uma Bíblia nova em inglês”.

valores, tanto por intermédio de um discurso firmado em temas “duros”, como por meio de abordagens mais palpáveis aos leitores não tão “eruditos” quanto determinados subscritores e leitores esporádicos dessa gazeta. Logo, uma fala que remeta à prelação, que toque na credulidade do sujeito comum seria bastante eficiente para o interesse de uma imprensa dedicada a uma educação mediante a disseminação de concepções políticas e morais do seu interesse; zelar pela ordem e pela Monarquia.

4. A APROPRIAÇÃO DAS TRADIÇÕES ORAIS PELO “CORREIO MERCANTIL” E O SENTIDO EDUCATIVO DOS BOATOS

Com o fim da Sabinada, em 15 de março de 1838, o “Correio Mercantil” – um dos mais relevantes jornais conservadores de Salvador, ao longo da primeira metade do século XIX – dedicou-se intensamente a combater tudo que pudesse significar alguma ameaça à ordem e comprometer a frágil estabilidade conquistada, disseminando temores, tanto acerca dos “perigos” cotidianos, como relativos à possibilidade de sabinos e malês rebelarem-se novamente – e o fizeram enquanto agentes de educação. Para isso, seus redatores e proprietários – os irmãos João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna – usaram uma estratégia de comunicação que os amparassem na transmissão de suas concepções políticas e morais: a veiculação de notícias a partir de rumores.

Entre 2 de abril de 1838 e 15 de março de 1839, quando, respectivamente, o “Correio Mercantil” voltou a circular após a derrota da Sabinada e um ano após o fim dessa sublevação, os redatores desse jornal estiveram empenhados em fazer circular percepções que pudessem sustentar suas crenças. Assim, parte significativa do conteúdo que foi veiculado pelo “Correio Mercantil” representará os anseios dos irmãos Sampaio Vianna, especialmente no que se refere à repressão de qualquer movimentação, que, pudesse constituir o perigo e o prenúncio de alguma desobediência ou desordem pública, ou seja, a manutenção de um governo provincial alinhado com as orientações do Império, que, inibisse qualquer movimentação promotora de insurgências escravas, sublevações de natureza republicana/federalista ou rebeldias cotidianas.

Os redatores do “Correio Mercantil” costumavam usar o boato como ingrediente nas denúncias que eram vinculadas nas suas páginas e, com isso, incitar o temor entre a população de Salvador. Todavia, após a Sabinada, nem sempre os sabinos impunes, ou supostos colaboradores destes, protagonizavam as queixas. Os textos acusatórios punham em evidência também os escravizados e libertos – parcela significativa da população de Salvador do século XIX –, identificando-os, notadamente, como os africanos islamizados, chamados de malês na Bahia, dentre os ameaçadores potenciais.

O “Correio Mercantil” foi ao longo de dezessete anos, entre 1833 e 1840, uma gazeta alinhada com as autoridades na Bahia e sempre fiel ao poder imperial, postando-

se com deferência ao interventor e, logo em seguida, presidente provincial, Tomás Xavier Garcia de Almeida; legislador nascido na capitania do Rio Grande do Norte (1792) de formação jurídica em Coimbra (1818), que serviu na alta administração de três províncias do império – São Paulo (1827 a 1828), Pernambuco (1828 e 1844) e Bahia (1838 a 1840) –, destacando-se também como senador e ministro imperial (1846)³⁷. Essa estreiteza com o poder fez dos redatores desse jornal zelosos combatentes de ideais e práticas compreendidas como riscosas à ordem, pondo na berlinda tudo que fosse ou insinuasse ser republicano, federalista, excessivamente liberal ou o que quer que considerassem politicamente e moralmente anômalo e hostil ao Estado monarquista. Com isso, o periódico dos irmãos Sampaio Vianna promoveu entre o público leitor determinadas proposições, conseguindo também alcançar tanto os que obtinham informações mediante a escuta de leituras públicas, como os que, pelos murmúrios, tomavam ciência das “coisas” escritas e impressas pelo jornal. No final, as ideias se difundiam, eram reinterpretadas, eram retransmitidas e, assim, o ensinamento constituía-se na dinâmica adotada pelos redatores enquanto agentes de educação.

A pretensão era transmitir para os que liam de forma direta ou indireta os conteúdos do “Correio Mercantil” os valores e significados preconizados por grupos sociais estabelecidos no poder da sociedade da Bahia e, para isso, seus redatores não titubearam em inserir rumores para incrementar suas versões e o medo, de forma sutil ou categórica, para fortalecer seus argumentos. Eles sabiam o quão eficiente poderia ser, na hora de propalar concepções, um rumor bem empregado; a oralidade não era desprezada e nem subestimada pelos irmãos Sampaio Vianna, pois, como destaca Michel de Certeau, o que era relatado, produzia “[...] um retomo, de si para si, pela mediação do outro” (1982, p. 193) e algo que escapulisse ao texto mantinha-se lá, unindo: “[...] ato perecível que a escrita não pode relatar” (Idem).

Entre os sujeitos priorizados como algozes nas investidas, de sentido educativo, realizadas por João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, estavam os envolvidos com a Sabinada (1837-1838) e com o Levante dos Malês (1835) – metidos ou não com essas insurgências – e os que figuravam de modo anônimo em outros movimentos

³⁷ Informações obtidas no portal do Supremo Tribunal Federal. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=273>>.

subversivos de Salvador vinculados ou desacoplados do que havia de mais estrondoso no momento. Esse elenco rebelde que passou a ser ojerizado pelos grupos sociais ali representados poderia ser formado por personagens conhecidos das autoridades ou por inominados, poderiam individualmente ou agregados compor a contextura concebida pelos redatores ou reproduzidas por eles no “Correio Mercantil”.

4.1 A DISSEMINAÇÃO DE “TEMORES” COMO AÇÕES EDUCATIVAS DO “CORREIO MERCANTIL”

O “Correio Mercantil” empregou, entre tantos estados afetivos, o temor como eficiente mecanismo de convencimento, pois, precisava ter sucesso naquilo que seus redatores-proprietários reputavam como imperioso de ser debelado, ainda mais se tratando de tempos tensos em Salvador. Entretanto, é imprescindível diferenciar as sensações atreladas ao medo e decompô-las para elucidar alguns pormenores – sem banaliza-lo ou sistematiza-lo em demasia – e conduzir o conceito do temor que a referida gazeta pretendia instaurar na cidade.

Em uma edição de 1832, no Dicionário da Língua Brasileira, a expressão “medo” aparece definida como “temor com perturbação do ânimo”, uma “paixão d’alma, que faz evitar o perigo” (PINTO, 1832, p. 707). Acepções não muito distantes das propostas pelo Mini Aurélio: “sentimento de viva inquietação ante a noção de perigo real ou imaginário, de ameaça; pavor, temor [...]” – denotação, atual, encontrada nos dias de hoje (FERREIRA, 2010, p. 496). Dialogando com Jean Delumeau, Norbert Elias, Zygmunt Bauman, entre outros, a psicóloga Luciana Oliveira dos Santos, no artigo “O medo contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões”, destaca que, apesar de estar “[...] entre as emoções consideradas básicas do homem [...]”, o medo é composto socialmente, “um sentimento construído historicamente, aprendido e ensinado de formas diferentes, dependendo da época” (SANTOS, 2003, p. 48). O medo, segundo o “Dicionário básico de Filosofia”, pode ainda ser descrito como um “[...] fenômeno psicológico de forte caráter afetivo, marcado pela consciência de um perigo ou objeto ameaçador determinado e identificável [...]”, diferente da angústia, “[...] em que o objeto ameaçador não é identificado” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 183).

Em “História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada”, Jean Delumeau, ao comparar o medo com a angústia, levanta a seguinte questão:

O temor, o espanto, o pavor e o terror dizem mais respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro refere-se ao conhecido; a segunda, ao desconhecido. O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança. Desse modo, ela é mais difícil de suportar do que o medo. Estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo, manifesta-se de maneira menor (a ansiedade) por ‘uma sensação discreta de aperto da garganta, de enfraquecimento das pernas, de tremor, acrescentado à apreensão com o futuro’; e no medo maior, por uma crise violenta: [...]. (DELUMEAU, 1989, p. 25)

Problematiza-se o medo e proporciona-se um olhar mais cuidadoso sobre esse sentimento, diferenciando de outros aparentemente análogos, especialmente no que tange à angústia. O medo teria relação com aquilo que é conhecido e a angústia como o que é ignorado, estranho e cujo enfrentamento torna-se tarefa árdua, intensa e viscosa. Diante disso, se tem dois recursos persuasivos, ambos arriscados, contudo, eficientes, se empregados corretamente, um – o medo – para engendrar consequências controláveis, outro – a angústia – para fabricar o caos, especialmente, quando aplicados juntos com prudência.

O medo individual não interessa, o que está em jogo é o temor coletivo, que, de forma intensa possa contagiar grupos e não sujeitos. Todavia, para amedrontar e colher frutos do estado afetivo alcançado, a aplicação do boato é imprescindível – medo e rumor precisam caminhar juntos, avultando os preceitos e edificando as percepções necessárias. Para Delumeau um boato não surge do nada ele “[...] nasce, portanto, sobre um fundo prévio de inquietações acumuladas e resulta de uma preparação mental criada pela convergência de várias ameaças ou de diversos infortúnios que somam seus efeitos” (DELUMEAU, 1989, p. 182). Se considerarmos Salvador entre 1838 e 1839, nada melhor que um clima de sedição, em uma sociedade mergulhada em tensões, munida de lembranças frescas de um passado conflituoso ali pairado, inflamável, pronto para ser transformado em chamas devastadoras. Naquelas tensões, o medo e a angústia poderiam atuar juntos, essa última, garantida pela imaginação, intensamente humana, mas, suscetível ao descontrole, indômita em potencial.

O uso indiscriminado do boato será comum na emergente imprensa periódica da Bahia na primeira metade do século XIX. Tratado por um dicionário atual com “[...]”

notícia anônima que corre publicamente sem confirmação [...]” (FERREIRA, 2010, p. 108) e chamado, em um léxico de 1890, também de “rumor”, “estrondo”, “brado” e “clamor de novidade” (SILVA, 1890, p. 342), o boato estampará vários números do “Correio Mercantil” ao longo dos meses que demarcam este estudo. No jornal de João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna utilizou-se abertamente o murmúrio para noticiar os mais variados fatos, inclusive, denunciando-se categoricamente eventos imprecisos como alertas de interesse coletivo. Lá estava a ação educativa do “Correio Mercantil” e seus ensinamentos diários, como a disciplina de uma escola à francesa oitocentista que também eram impetuosos. Em 4 de janeiro de 1839, por exemplo, foi publicado:

Na noite do dia 2 do corrente houve alguns sustos por esta cidade. Havia grassado o boato de uma nova *malesada*, e por tal forma intimidou ele as famílias, ora residentes nos subúrbios da cidade, que, principalmente na Barra, (dizem) o temor fora crescido, e que o Excel. Sr. Comandante das Armas viera de pronto para a cidade, e visitara todas as guardas, ordenando a prisão de muitos Guardas Nacionais e Policiais, que foram encontrados fora da disciplina militar. Será isto por acaso estratagemata *raposática*? Oh lá, polícia?! Olho vivo com os nossos rusguentos, e não menos com os tais *malês*!! Confiamos muito na vigilante administração policial do Sr. Dr. Martins, que nos privará de novas desgraças, com que temos lutado infelizmente nesta cidade, e quase sempre na governança do Sr. Dr. Martins, cuja má estrela há transformado frequentemente as belas e acertadas deliberações de S.S. Haja, pois, cuidado, e não se distraiam as autoridades policiais com os passatempos da festa, podendo-se bem conciliar essas distrações com a solicitude e vigilância que urgem nossas circunstâncias políticas. Basta por ora. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 3, p. 2, 04 jan. 1839)

Nessa denúncia, os redatores do “Correio Mercantil” não se dedicaram apenas à difusão do perigo que malês e sabinos ainda representavam para Salvador. Os irmãos Sampaio Vianna voltaram-se também, e primordialmente, à Guarda Nacional e à Guarda Policial da cidade, mais precisamente à prisão de alguns praças, flagrados fora da disciplina militar pelo Comandante das Armas – em visita emergencial, segundo o texto, à capital provincial. O problema é que a queixa em destaque se baseava em um rumor, que, por sua vez, serviu não somente para rememorar o quão temerário ainda poderiam ser os responsáveis pelo Levante Malê e pela Sabinada, mas, para pressionar a administração policial local, exigindo dela mais vigor para com possíveis desordens e incômodos públicos. Desse modo, o boato foi convertido em notícia e uma autoridade exposta aos leitores como incompetente e incapaz de garantir segurança ou, pelo menos,

a sensação desta, fazendo uma denúncia corriqueira, ou que poderia ser lida como tal, uma deliberação política e moral, afinal, as festas que tomavam a virada do ano em Salvador, tendiam, segundo as insinuações dos redatores, a “inebriar” as autoridades e deixa-las desatentas diante das ameaças cogitadas pelo periódico.

Logo no dia seguinte, 5 de janeiro, os redatores do “Correio Mercantil” publicaram na capa:

Foi-nos entregue ontem, pelas 2 horas da tarde, uma correspondência do Illm. Sr. Comandante Geral da Polícia, que, por ser já tarde, a não publicamos hoje. Entretanto asseguramos ao Público, que a notícia da insurreição de escravos, dada no *Correio* de ontem, não merece tanta atenção, como o inculcaram os boatos de que fomos eixo, e no próximo número faremos nossas reflexões a respeito. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 4, p. 1, 05 jan. 1839)

Dois dias antes da correspondência do Comandante Geral da Polícia ser publicado, os redatores do “Correio Mercantil” tentaram amenizar possíveis efeitos dos rumores divulgados no dia 4 de janeiro a respeito de “uma nova measles” em Salvador. Porém, a proposta não era ignorar por completo a denúncia que seria rebatida e nem instaurar o caos, mas, angustiar o público, promovendo um temor controlável e certa desconfiança diante do que pudesse ser dito pela principal autoridade policial local na contestação que seria vinculada na segunda-feira seguinte.

A réplica do Comandante da Guarda Policial de Salvador, Antonio Joaquim de Magalhães e Castro, aos irmãos Sampaio Vianna estampou uma seção chamada “Correspondência” do “Correio Mercantil” publicado em 7 de janeiro de 1839. O texto, intitulado “Srs. Redatores do Correio Mercantil”, ocupou toda terceira coluna da primeira página do jornal, avançando cinco linhas na segunda lauda, e seu teor, que vale a pena ser lido na íntegra, foi o seguinte:

O Comandante da Guarda Policial desta Capital, ao ler a advertência que fazem Vv. Ss. À Polícia, no seu Correio de 4 deste mês, a respeito de boatos aparecidos sobre *malês* no dia 2, não se pôde forrar de tirar Vv. Ss. do engano em que laboram acerca, não só da exagerada informação dos mesmos boatos, como principalmente sobre prisões de guardas do seu comando, feitas pelo Excel. Comandante d’Armas, em razão de serem encontrados *fora da disciplina militar*.

Quanto aos boatos é a informar-lhes, que nada houve, que esses terrores pânticos, espalhados sem autor certo (e segundo foi participado por pessoas de crédito) ocasionado pelo susto que teve o Comandante da Guarda da Ribeira, o qual fez refleti-lo no Sr. Intendente e Excel. Comandante das Armas, que se achavam na Barra; porém, estando nessa noite, e à essa ora rondando o mesmo Comandante Geral para o lado da Vitória, as patrulhas de polícia nenhuma novidade lhe comunicaram, nem mesmo essas notícias surgidas da

povoação da Barra, e antes a paz, e o sossego em todos os pontos da cidade foi o resultado das partes de todas as patrulhas, guardas, e quatro oficiais rondantes, os quais eram os Srs. Capitães Carvalhal, e Marinho, e Tenentes Julião, e José Maria de Mattos; sendo o Sr. Alferes Pedreira, comandante da guarda do Comércio, o único que lhe deu parte de ter ido à guarda, depois da meia noite, e como amigo (na frase militar) o Excel. Comandante das Armas, o qual achou à frente dela e sem alguma falta, por onde, mesmo a ser a Guarda Policial sujeita a seu comando, pudesse qualquer dos Guardas ser repreendido ou preso: dando todos as mais guardas, rondas e patrulhas suas partes sem novidades. Quanto a falta de disciplina militar que assim parece inculcarem Vv. Ss., é a dizer o mesmo Comandante, que cômico em seus deveres e zeloso da ordem, disciplina e fiscalização do Corpo que tem a honra de comandar roga a Vv. Ss., 1º que o não confundam a esse respeito com a Guarda Nacional (máxime em falhas que tem decorrer o Império), que sendo bastante nova nos exercícios militares, poderá ter faltas de que por esse motivo deva ser relevada; porém a Polícia armada tem presentemente preenchido satisfatoriamente a expectativa da Bahia, e fé de Vv. Ss. Que a tem honrado, e se alguma falta ainda leve houvesse, quer nos Srs. Oficiais, quer nos Guardas, ele, brioso de sua reputação teria feito o seu dever. Descansem, pois Vv. Ss. como amantes da ordem, que dela sectário, por honra e dever, saberá seguir sempre estrada honrosa, em quanto for depositada da segurança pública (em sua parte) ainda com risco de vida, porque a menospreza em comparação de seus rigorosos deveres, como Comandante Geral de Polícia. Em 2º lugar, que Vv. Ss. podem ficar certos, que as Autoridades primárias nem do centro da cidade se ainda retiraram para os passatempos e que farão mais serviços, em não dar tanto incremento a essas vozes incertas, pois, assim muito de alteram pessoas e famílias antecipadamente e sem necessidade, e que mesmo a terem Vv. Ss. algum grão de informação sobre rugas, que mereçam crédito, melhor será que disse (...) certo, se particularmente as primeiras autoridades e no Vv. Ss.

Muito respeitado e amigo,

Antonio Joaquim de Magalhães e Castro (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 5, pp. 1-2, 07 jan. 1839b)

Tratando os eventos noticiados pelo “Correio Mercantil” como boatos e “terrores pânico”, o comandante da polícia rebateu as acusações de João e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, desmentindo todas as acusações feitas pelos redatores desse periódico. Assim, o comandante da guarda, Antonio Joaquim de Magalhães e Castro arriscou tranquilizar o público e anular qualquer dúvida referente à existência de malês articulando novos levantes pela cidade, de ter havido insubordinações de guardas ou de lapso e descaso por parte de algumas autoridades. Contudo, havia mais do que uma mera refutação em jogo, pois, o texto de Magalhães e Castro nitidamente tentou expor os redatores do “Correio Mercantil” como irresponsáveis por espalharem o medo – “sem autor certo” – e propalarem informações, que, antes de chegarem ao público deveriam, na opinião do comandante, ser comunicadas primeiramente às autoridades. A “ordem” fazia parte do argumento de Magalhães e Castro e, na sua concepção, para

mantê-la era preciso que o “Correio Mercantil” não somente clamasse por ela nas suas páginas, pousando de defensores da sociedade e promotores de percepções políticas e morais, mas, se submetesse previamente às autoridades, especialmente antes de colocarem em circulação rumores como verdades.

A resposta dos redatores do “Correio Mercantil” veio de imediato, no mesmo número, logo abaixo da “Correspondência” do Comandante da Guarda Policial de Salvador. A tréplica foi iniciada dessa maneira:

De bom grado aquiescemos a pronta e gratuita publicação da correspondência, acima transcrita, por vir ela instruir devidamente o público acerca do triste boato ultimamente propalado nesta Cidade, e que levou o susto e o terror ao seio de algumas famílias, mormente no sítio da Barra, onde ele mais efeito produziu. Entretanto, como a linguagem do Illm. Sr. Comandante Geral da polícia possa quiçá fazer crer, que o Correio Mercantil, nimamente fácil em propalar boatos aterradores, merece por isso os conselhos amigáveis, com que muito o honra o Sr. Magalhães e Castro, em sua correspondência, força é que mostremos à S.S. e ao público, quais os dados que possuímos, para publicar a notícia que motivou essa explicação do Sr. Magalhães e Castro, agradecendo sobremaneira a S.S., por arrancar do engano em que jazia o Correio, quando deu conta de semelhante evento. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839c)

Os irmãos Sampaio Vianna abriram sua “Resposta” com um aparente mea-culpa, assumindo que divulgaram como notícias eram meros boatos de origem desconhecida. Todavia, mesmo discursando em agradecimento ao Comandante Geral da Polícia de Salvador, os redatores falavam em “engano” e, o que poderia ter sido um pedido de desculpa ao público e às autoridades, tomou, no decorrer do texto, outro rumo. Mesmo que possa ter sido basicamente concebido como uma justificativa ao público, a tréplica de João e Luiz Antonio de Sampaio Vianna não pode ser lida como uma mera retrospectiva descritiva e explicativa dos fatos que os levaram a “equivocar-se” e transformarem, o que nomearam “engano”, em temerárias notícias. Logo, mesmo possuindo certa essência narrativa, as entrelinhas do texto continham alegações envolvendo o uso de rumores e a liberdade de imprensa. Na metade do artigo – entre o final da primeira e o início da segunda coluna – um agudo “recado” foi dado ao comandante Magalhães e Castro e às autoridades de Salvador, chegando ao público assim:

[...] se parece acertado que o Correio não deve dar notícias aterradoras, que vão alterar a paz e o sossego das famílias ele que não sendo folha oficial, nem entretendo comunicações algumas com as autoridades desta Capital, apenas segue o estilo de todos os jornais do mundo, de noticiar quaisquer boatos, que

grassam nesta Capital, embora fundamentados, verídicos ou não, pois que usamos da palavra – dizem –; mais acertado, mais político, e até mais honroso para polícia da Bahia deveria ser, o mandar logo ela no dia 3, e sem perda de tempo, uma parte oficial para todos os jornais da Cidade (ao menos para as folhas oficiais) onde fosse o público instruído da falsidade de tais boatos da noite antecedente, servindo tal documento de proveitoso meio para restaurar a confiança pública de alguma forma abalada com tais boatos. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839d)

Os redatores se afastaram momentaneamente da descrição pragmática que dominou grande parte do texto para tentarem, em um extrato intermediário da resposta ao comandante Magalhães e Castro, desvincularem o “Correio Mercantil” das acusações sofridas – entre elas, de incitarem “terrores pânticos” por intermédio de rumores. Os irmãos Sampaio Vianna apelaram para a locução “o estilo de todos os jornais do mundo” e avultaram o uso do “dizem” para persuadirem o público, apresentando argumentos que acabavam expondo como normal a vinculação de boatos como notícias pela imprensa escrita de Salvador e, segundo os redatores, do mundo. Entretanto, não somente a boataria foi enfocada por eles, mas, o direito de fazer circular suas percepções sem o intermédio ou consentimento das autoridades, demonstrando que liberdade de imprensa já era um tema presente entre as reivindicações do incipiente jornalismo baiano – e as pessoas, que de algum modo tivessem contato com o que era produzido e reproduzido pelo “Correio Mercantil”, precisavam continuar confiando no que era noticiado por essa gazeta.

Ao final, João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna fazem questão de salientar quais seriam suas obrigações e preocupações:

[...] a obediência às autoridades legítimas, e o incessante anelo que nutrimos, de que o Correio Mercantil seja útil ao público, e à Causa da Pátria, e não menos que se torne interessante e cada vez mais digno da confiança dos seus honrados leitores. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839e)

A “Resposta” ao Comandante da Guarda Policial de Salvador, Antonio Joaquim de Magalhães e Castro, foi concluída com uma patente autodefesa dos redatores frente à possibilidade de terem tido sua credibilidade abalada e, para isso, deferiram seu último golpe: um disparo certo, cujo alvo foi a preservação da boa reputação que possuíam. Os redatores necessitavam disso, não somente para manter o “Correio Mercantil” circulando e rentável, mas, também porque havia o respeito em jogo e suas notícias, mesmo que caminhassem pela arriscada via dos rumores, tinham que chegar aos leitores

como, no mínimo, plausíveis e suscetíveis de serem assimiladas como concepções políticas e morais apropriadas pelos interesses de determinados grupos sociais – comerciantes, funcionários públicos, negociantes etc. –, afinal, o sentido educativo que suas publicações fundava-se na confiabilidade das versões sustentadas por esse jornal.

Na década de 1830, o poder político e seus aliados na Bahia, assim como em muitas províncias do Brasil, encontravam-se sob intensa e diversa ameaça. Não se tratavam dos anos de caos e turbulência vendidos pelos grupos dirigentes da época – sedentos em atestar e legalizar a coação exercida pelo poder –, muito menos, um momento puramente antagônico – com uma resistência popular de um lado e a opressão das elites do outro. O mais plausível é que esse contexto – chamado por determinada historiografia de “Período Regencial” – seja examinado com cautela e muita atenção, por se tratar de:

[...] um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil. Nele foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanism, separatism, federalism, liberalism em várias vertentes, democracia, militarism, catolicism, islamism [...], conflitos étnicos multifacetados [...]. (MOREL; BARROS, 2003, pp. 7-9)

Desse modo, ainda que o foco do trecho citado tenha sido o Rio de Janeiro e se generalizado em alguns momentos, a abordagem proposta é razoável, porque afirmar que em Salvador, semelhante a Corte, mesmo após algumas insurgências serem abafadas, ainda havia inúmeros impasses que insistentemente, para a agonia dos irmãos Sampaio Vianna, assolavam a capital da província da Bahia. Diante disso, o “Correio Mercantil”, um jornal monarquista e ferrenho defensor da ordem, conduzido por redatores sempre dispostos a alertar seus leitores dos perigos cotidianos, agentes de educação que nunca se acanharam em articular a produção e a reprodução de notícias utilizando como referência a “boataria” e ofertando concepções bem particulares, ratificando ideias ou as rechaçando impiedosamente.

Um dos medos dos redatores do “Correio Mercantil” era o federalismo, ideologia política de influência liberal e estruturada na descentralização do poder e na autonomia dos estados. No final da década de 1830 havia uma expressiva presença do federalismo na província da Bahia, tendência que vinha desde o Levante dos Periquitos (25 de outubro de 1824), revolta militar de insatisfação com a institucionalização do

Império e crítica do Estado monárquico unitário, autoritário e centralizador (TAVARES, 2001, p. 256). Mesmo neutralizada pelas tropas legalistas, o ideário que nutriu esse motim continuará influenciando alguns projetos políticos na década de 1830 em Salvador e angustiando seus opositores. Desse modo é plausível afirmar que:

Em outubro de 1831 já circulava a palavra ‘federação’, que redefinia uma velha tendência para a união das províncias sob um governo central, mas em regime federativo, que lhes permitisse autonomia no Executivo, Legislativo e Judiciário. (TAVARES, p. 261)

Determinados grupos almejavam mais autonomia para a província da Bahia – e a perspectiva de adoção do federalismo garantiria isso – e outros defendiam com unhas e dentes continuar submetidos ao poder monárquico instituído no Rio de Janeiro porque temiam a fragmentação do território, a secessão do país e, em consequência, o fim dos seus privilégios. Os primeiros reuniam, por exemplo, profissionais liberais, como o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, importante liderança da Sabinada, já os últimos eram compostos por homens como João Antonio Sampaio Vianna – redator-proprietário do jornal “Correio Mercantil”, monarquista convicto e jurista conservador.

Contudo, Salvador – entre abril de 1838 e março de 1839 – também não poderia ser compreendida unicamente pelos vestígios da Sabinada, afinal, outras movimentações ocorriam na cidade, ao mesmo tempo, inflamando e atormentando as mais variadas inquietações. Não se pode perder de vista o fato da capital da província ter enfrentado em 25 de janeiro de 1835 a Rebelião Malê e que uma atmosfera de temor envolveu “[...] a Bahia após a derrota da rebelião nas ruas, medo que orientou a perseguição e a violência contra os africanos [...]” (REIS, 2003, p. 421). A neutralização do Levante dos Malês pelas autoridades de Salvador foi sucedida por um “medo pânico” fundado em boatos, que os meses subsequentes foram marcados por prisões indiscriminadas de africanos e pelo receio do chefe de polícia, Francisco Gonçalves Martins, com relação aos descontrole, afinal, a repressão precisava ser disciplinada, não poderia constituir a insatisfação e a intimidação dos grupos privilegiados, porém, “[...] o espírito de retaliação, muitas vezes produto do temor de uma nova revolta, tomou conta de boa parte da população livre” (REIS, 2003, p. 425).

Além de focalizar nos temores paridos ou fortalecidos a partir da Rebelião Malê, é fundamental apontar para outras movimentações, sobretudo, no que se refere ao aporte

e ao envolvimento da imprensa periódica com rumores, indícios e denúncias, que desdobraram:

“[...] em intensa troca de correspondência e matérias em jornais, desencadeando forte repressão”. Certamente muitas dessas revoltas e suas possibilidades não existiram. De qualquer modo, podemos ver nas denúncias sobre elas e os significados dos medos – considerando contextos específicos – como o imaginário da sociedade escravista funcionava no âmbito das relações senhor-escravo e do cotidiano”. (MOREIRA et al, 2006, p. 52)

Assim, sublinha-se o protagonismo dos jornais em meio à propagação das tensões que, por exemplo, tomavam Salvador e inúmeras capitais provinciais da primeira metade do século XIX, exaltando a participação vigorosa dos periódicos na promoção de temores, que, tanto poderiam chegar ao público através de sinais substanciais, como por boatos infundados. Mas, ambas as circunstâncias oportunizavam a chance de fazer circular determinadas concepções tonificadas e ilustradas por eventos fidedignos, formulados ou imaginados.

É preciso levar em conta que, muitos boatos e temores que despontavam a partir das lembranças do Levante dos Malês (1835) não se limitavam a Salvador, repercutindo para fora da cidade e da província, não simplesmente como notícia, mas, como alerta às autoridades e aos proprietários. Na Corte, por exemplo,

[...] o medo tinha, por certo, uma coloração, ainda que simbólica. Era negra, a mesma que a dos escravos, principalmente os de origem africana. Nesse sentido, a ‘cor do medo’ podia ter vários significados. (LÍBANO; GOMES, 2001, pp. 6-7)

Obviamente, tudo isso valia também para Salvador, afinal, como cidade de rotina escravista e com expressiva presença negra, singularmente de africanos, a capital provincial em fins da década de 1830 era um “barril de pólvora”. Contudo, ao longo dos oitocentos, nem todo enfrentamento era arquitetado como uma tomada de poder, algumas vezes o protagonismo não era de um africano escravizado malê ou de um federalista republicano sabino – apesar de ambos integrarem ideários que não foram debelados por completo, que ainda fomentavam entre muitos o desejo de insurgir-se –, os sujeitos envolvidos poderiam ser outros, que, mesmo disseminados pela cidade, costumavam redes sociais baseadas nas atividades que rotineiramente exerciam como livres, libertos ou cativos.

Nesse prisma, as ganhadeiras de Salvador no século XIX – escravizadas postas ao ganho pelos seus senhores ou negras livres e libertas que labutavam como

vendedoras nas ruas da cidade para sustentar suas famílias – conseguiram conceber uma rede econômica, social e política, caminhando na contramão dos limites impostos em uma sociedade escravista e discriminadora (SOARES, 1996, pp. 57-71). Em “Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia (1870-1890)”, usando com referência três processos criminosos – respectivamente de 1890, de 1900 e de 1914 – é apresentado como a escassez de escolas para os pobres em Salvador na virada do século XIX para o XX, não apartou deles a educação e nem o letramento, pois, nas práticas culturais a aprendizagem era garantida. O “kendé” – anel malê –, por exemplo, desaparece logo após a rebelião do dia 25 de janeiro de 1835 – especialmente por causa da incessante repressão policial –, porém, retorna mais de meio século depois, não mais como signo perigoso e sim, traduzido como um adereço usado por pessoas negras, que sobrevive ao tempo e ao esquecimento. Assim, por mais que a contenção sobre os pobres – durante e após a escravidão – fosse uma prática do poder, a resistência na diversidade de culturas, nos cruzamentos, nas reelaborações e em espaços como o Taboão – área limítrofe entre a Baixa dos Sapateiros e a Cidade Baixa em Salvador – se formou uma universidade (SOUSA, 2006).

Os anos posteriores à Sabinada podem representar o final das grandes insurgências em Salvador, mas, não significa que a harmonia política imperou. Um “tutu” – ser imaginário da mitologia infantil brasileira – aterrorizou principalmente os grupos privilegiados após a revolta sabina, produzindo um medo coletivo, que se estendeu ao longo de todo século XIX e que tinha as rebeliões de escravizados e a resistência cotidiana destes como referenciais primordiais (ARAÚJO, 2009).

Todavia, “Recuperar o medo como dimensão da história não é tarefa fácil”, como saliente Celia Maria Marinho de Azevedo (2004, p. 17) em “Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX”, pois, existem problemas em encaixar o medo em modelos metodológicos, compreendê-lo como um sentimento relevante, material histórico crucial e sentimento que supere o âmbito oculto das relações sociais.

As justificativas para o boato vir à tona e para o medo tornar-se uma experiência coletiva nas páginas de um jornal conservador como o “Correio Mercantil” variavam e brotavam dos grandes eventos ou de ocorrências habituais. Seus redatores recorreram às

lembranças da Sabinada, do Levante Malê ou a desobediência negra diária – silenciosa ou barulhenta –, não importava, o possível algoz estaria lá, habitando a imaginação de sujeitos receptíveis aos mexericos da imprensa periódica e aptos para sentirem medo. Entretanto, no “Correio Mercantil” os rumores conduziam ao temor e seus redatores tentavam fazer circular percepções, produzindo e reproduzindo ideias que ofereciam ao público caminhos políticos e morais a serem seguidos, visando evitar a desordem e desencorajar as insurgências. Os irmãos Sampaio Vianna fizeram tudo isso cotidianamente, insistentemente, “pregando” versões que deveriam ser lidas – das inúmeras formas possíveis – como versões verdadeiras dos fatos, pois, desejavam nortear e talhar uma sociedade ordeira e submissa.

4.2 O SENTIDO EDUCATIVO DAS AÇÕES DE COMBATE DO “CORREIO MERCANTIL” À REBELDIA CORRIQUEIRA EM SALVADOR

Por mais que a Sabinada representasse uma chama acesa nas lembranças de Salvador entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839, por mais que os sabinos, nomeados de “raposas” em várias publicações do “Correio Mercantil”, continuassem transitando no imaginário de grupos de habitantes de Salvador e debaixo das barbas das autoridades locais, os negros, sobretudo, os africanos – libertos e escravizados – eram o perigo primordial da cidade e, maiormente, para a imprensa periódica analisada por este estudo.

Nas reflexões que desenvolve a partir da pesquisa sobre a história do levante dos malês em 1835 em Salvador, João José Reis afirma que:

A rebelião de 1835 foi um dos elementos importantes dessa correnteza. Os africanos, fossem escravos ou libertos, formavam uma parte numericamente significativa da população de Salvador e se encontravam nas posições mais inferiores da hierarquia social baiana. Embora as chances de mobilidade social existissem, elas eram limitadas e não podem ser superdimensionadas. Alguns africanos deram-se relativamente bem do ponto de vista material, até bem mais do que alguns brancos pobres, mas nem a esses poucos vitoriosos o sistema social atraía de todo. Se os azares da dominação social e exploração econômica podiam ser em parte aliviados pela carta de alforria e um certo sucesso material, as práticas de opressão étnica continuavam a funcionar regularmente. (REIS, 2003, p. 43)

A reflexão de Reis ajuda a compreender que, os africanos eram considerados perigosos para os grupos privilegiados pelo simples fato de existirem, articulados ou

não, conspirando ou não. Eles não eram somente libertos ou escravizados negros insatisfeitos com a vida dura que levavam, eram belicosos e ameaçadores para determinados grupos sociais por uma série de motivos, mas, o protagonismo deles nos levantes mais representativos da primeira metade do século XIX – entre eles na Revolta Malê de 1835 –, certamente será a grande razão para serem os mais temidos.

Ao recuar brevemente com relação ponto temporal de partida deste estudo, foi possível encontrar no “Correio Mercantil” de 10 de dezembro de 1836 – único exemplar disponível anterior ao de 2 de abril de 1838³⁸ –, uma denúncia, que estampada sorrateiramente na segunda página – entre o final da primeira coluna e o início da intermediária –, expunha o seguinte:

Consta-nos, que na noite do dia 8 do corrente, houveram desconfianças, e boatos sobre rusgas de pretos. A causa de tal boato parece ter sido enterro de um preto Nagô, ao qual assistiram para mais de 200 pretos como seus archotes. Em verdade, nós esperamos que a Polícia da Bahia tome alguma medida a tal respeito, por quando em uma Cidade, cujo número de escravos é tão subido, como na Bahia, e onde a pouco se viram cenas de tanto horror, nada mais nocivo existe, do que a aglomeração de tais escravos em tão crescido número, qualquer que seja o pretexto de semelhante reunião, o que pode degenerar, e quando menos acarretar sustos e desconfianças entre as pacíficas famílias, que deveria esperar da parte das Autoridades toda a vigilância, empregando medidas que removam iguais cenas para o futuro. Este objeto deve merecer mais atenção da polícia, que deve ter sempre em vista o rifão antigo: faísca desprezada, excitou incêndio. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, s/n, p. 2, 10 dez. 1836)

São vinte e uma linhas impressas, que logo de cara, introduz a trama ao leitor pelo viés da boataria, utilizando-se a flexão “houveram”, que, mesmo movimentando o verbo impessoal “haver” para o passado num plural inconcebível pela gramática portuguesa formal atual, garante a existência, oculta, de “desconfianças”, ou seja, de dúvidas acerca de algo que os redatores do jornal querem que sejam lidas como certeza. Assim, a denúncia a respeito de uma possível desordem pública, nomeada de “rusgas”, faz emergir os “pretos” da cidade como personagens que foram percebidos potencialmente como belicosos. De tal modo, o escrito continua e, ao optar pela revelação da causa do excesso numérico de negros em um local público e visível com o termo “parece ter sido”, reforça-se novamente à incerteza, pois, será neste jogo de

³⁸ Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Centro de Digitalização de Documentos da Universidade Federal da Bahia (CEDIG/UFBA), o número mais antigo do jornal baiano “Correio Mercantil” existente data de 10 de dezembro de 1836 e é o único exemplar disponível anterior ao de 2 de abril de 1838 – ponto de partida deste estudo.

percepções que o temor gradativamente se consolidará, afinal, por de trás de um mero ritual de sepultamento de um africano nagô (termo usado em Salvador para alcunhar os iorubá), o perigo poderia ser eminente, já que, as tochas que a provável multidão trazia consigo poderia tanto servir para iluminar, como para iniciar um caloroso e ardente levante. Por conseguinte, convoca-se a polícia, para solucionar e limitar as liberdades dos escravizados que compunham um quantitativo relevante de uma Salvador, que, por sua vez, ainda trazia consigo lembranças do provável evento que inspirou a frase “e onde a pouco se viram cenas de tanto horror”, ou seja, a Rebelião Malê, de 25 de janeiro de 1835. Daí por diante, as “pacíficas famílias” – formadas pela minoria branca da cidade – são vitimizadas, posicionadas como passivas de sustos e desconfianças diante de uma imagem noturna peculiar, nociva e inadmissível. O texto constrói a efígie da desordem e da desobediência enfatizadas no barulho manifesto nas palavras bem conduzidas pelo redator, poucos detalhes são dados, o local do episódio não é revelado, a dúvida conduz a trama até o final e o medo é posto na dose certa.

Entre 2 abril de 1838 e 16 de março 1839 as páginas do “Correio Mercantil” estiveram recheadas de boatos e o medo oportunamente eclodia dos discursos ali veiculados. Porém, transmitir as percepções políticas e morais e fazer desta prática uma experiência educativa era para os redatores João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna uma árdua e trabalhosa missão. O conteúdo do “Correio Mercantil” – mesmo que estejamos tratando de uma imprensa periódica embrionária na Bahia – era muito bem elaborado ou cuidadosamente selecionado, sobretudo, quando o rumor e o temor eram temas cruciais do texto.

Mais de três anos passados do Levante Malê, o “Correio Mercantil” do dia 4 de julho de 1838, na seção “Notícias Diversas”, apresentou na primeira página uma denuncia – aqui tratada em três partes:

Na noite de 29 do passado, um estrepitoso batuque lá para as bandas do Engenho da Conceição e (...), levou o susto e o terror a imensas famílias d’aquelas e em profundo descaso, se ergueram espavoridas pelos gritos horrendos da turba, tornada mais retumbante e dissonora pelo trinado de que usam acompanhar o seu alarido batendo com a palma da mão na boca servindo-lhe mais de baixo um tambor ou zabumba. Esta ilícita folia, sustentou-se até depois das 2 horas da madrugada do dia 30, com grande e perene inquietação de numerosas famílias, que, sobressaltados, a cada momento pareciam ver aproximar-se aquela infernal malta. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838a)

O barulho inaugurou a denúncia, o susto foi o gatilho para que se instaurasse uma retórica dicotômica: de um lado pacíficas famílias atemorizadas e do outro uma malta percussiva aterrorizante. Não se tratava de qualquer ruído, mas, de batuques, de um som subversivo e insistente, intimidador, especialmente porque a trama acontecia sob o véu da noite. O som que se ouvia era estrondoso, agitava os sentidos, especialmente daqueles que percebiam tais eventos como algo na contramão do referencial europeu. Não era lícito e nem civilizado batucar, mas, os denunciados perverteram as regras, e, além de instrumentos musicais, armas desse simbólico revel, usou-se o corpo como canal disseminador de tão temido somido.

E assim continua:

Frequentes vezes se renovam atos como este, nesses mesmos sítios, e já uma vez o Correio Mercantil, os denunciou a solicitude e vigilância da nossa Polícia; existem, além disso, abundantes presunções de que por aí há quilombos; e que não é somente habilitado e frequentado por Africanos, pois, nos afirmaram, que nesta última folgança, entrou gente de diversas qualidades, e bem assim, que houveram algumas mortes, ou pelo menos, ferimentos em alguns, que, mais timoratos ou que ali foram somente com o intento de se divertirem, opuseram-se a que progredissem na empresa, e se dirigissem ao povoado: Sobre esta segunda parte, referimo-nos ao dito de vários moradores do Distrito, mas, quanto ao batuque, muito bom o ouvimos e não deixamos de refletir os seus funestos efeitos. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838b)

O fato era corriqueiro, já havia sido denunciado, a polícia já tinha sido convocada a agir, havia rumores de quilombos – incerteza que angustiava e auxiliava na consolidação do medo como uma instituição cada vez mais próxima da urbe –, os antagonistas, e gestores, eram africanos – uma das facetas mais perigosa de Salvador na década de 1830 –, mas, havia outros frequentadores; falava-se em mortos ou feridos – informação também incerta, mesmo assim divulgada. Os boatos fomentavam a possibilidade do medo, tudo na dose certa, sem causar o pânico, pois, a intenção era deixar a repressão mais eficiente e impedir qualquer balbúrdia.

Por fim, concluiu-se:

Relatando este fato ao público, julgamos ter cumprido um precioso dever; ao passo, que facilitamos a nossa vigilante polícia, em que depositamos a mais robusta confiança, meios de obstar qualquer tentativa sinistra que por ventura se trame, e, em todo caso, o sossego e tranquilidade de inumeráveis habitantes daqueles Distritos merecem alguma atenção, para que ela vele em que se não repitam essas bárbaras e noturnas folganças. Observaremos, por fim, que não se deve limitar as patrulhas somente ao interior da Cidade, onde sem duvida o seu auxílio é muito menos prestante, do que nos arrabaldes como a Vitória, a Fonte das Pedras, Calçada do Bomfim e seus arredores

compreendendo o dito Engenho da Conceição, etc., sítios estes, em que depois de 8 horas se pode (...) Não seria, por tanto, de muito grande conveniência, e até da iniciativa da mesma polícia, colocar aí nesses subúrbios, pequenos destacamentos, ainda que de 8 ou 10 homens, a fim de prestar socorro a qualquer patrulha de 3 homens, que o necessitasse, ou ao menos, para que, em precisão, como ponto de apoio a eles se reunissem os bons Cidadãos? (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838c)

Os redatores do “Correio Mercantil” elevaram a denúncia ao patamar de incumbência, de obrigação civil, mostraram-se confiantes na polícia, porém, pediram maior atenção e um contingente mais imponente para o subúrbio – que eram áreas bem mais próximas do atual centro antigo de Salvador. Sugeriu-se o apoio de “bons Cidadãos” dos distritos afligidos, recomendando-se um reforço civil, paramilitar, que colaborasse na pulverização, não de uma trama insurgente de grandes proporções, mas, de uma folgança, pois, divertir-se significava ultrapassar os limites estabelecidos legalmente e culturalmente ao povo negro – e as pessoas precisavam sentir medo para que houvesse espaço para se oprimir de modo mais imediato e enérgico.

Em 7 de agosto de 1838, o “Correio Mercantil” trouxe na sua primeira página um texto do qual apresentamos o seguinte fragmento:

Ainda mais um motivo de susto, para os habitantes desta Cidade, teve lugar no sábado, pelas 11 horas da noite, pouco mais ou menos, com apreensão de uma alvarenga, e de alguns pretos que tentavam roubar o armamento velho, depositado na pequena fortaleza da Jequitaia. Eis o caso, segundo nos informou uma autoridade desta Cidade, que deve achar-se ao fato verdade. Um dos pretos do Sr. Seabra, que mora nas proximidades daquela fortaleza vendo que desta se lançavam algumas coisas para uma alvarenga atracada a mesma, deu parte disso, e averiguando-se o caso, deparou-se com a dita alvarenga, dentro da qual se achavam 5 réguas velhas (e não 200 como se tem dito), e 2 morteiros velhos. Na ocasião, em que chegaram alguns soldados, viu-se a fuga de 5 ou 6 indivíduos numa canoa, e no interior do armazém, em que se acha depositado esse armamento, se prenderam dois pretos, únicos que encontraram ali. Foram presos 4 pretos de uma lancha, que em pouca distância da fortaleza, se achava fundiada, e consta-nos que o Sr. Chefe de Polícia procedeu ontem as perguntas. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 527, p. 1, 07 ago. 1838a)

Os redatores iniciaram a queixa esclarecendo para os leitores, que, apesar do delito ter sido denunciado por um escravizado, a confirmação de uma autoridade – anônima no texto – sustentava a seguridade do evento. Por outro lado, o fato do alcaguete ser um negro cativo e está em destaque na delação, poderia funcionar como um modelo a ser seguido, o arquétipo que todo povo negro deveria reproduzir, pondo-se sempre submisso ao seu senhor e à estrutura escravista, distanciando-se de qualquer

comportamento subversivo ou delinquente. Com isso, os objetivos dos irmãos Sampaio Vianna excediam o mero ato de informar leitores acerca de determinado fato, investindo na possibilidade de educar as pessoas baseados em concepções a favor da Monarquia, que, entre tantas coisas, continham a manutenção da ordem como crucial.

Prossegue a queixa:

Eis aqui o acontecimento tal qual nos foi relatado por pessoa fidedigna. Quanto porém ao fim, a que se deva atribuir semelhante evento, somos inclinado a crer antes, ser alguma tentativa de insurreição de Africanos, do que nova rapozada, como muitas pessoas o pensam; da mesma forma pensamos, não ser este ato um mero roubo, por quanto, então, outros objetos ali estavam guardados de maior apreço e valor, que seriam torados pelos roubadores, e não armas velhas e carecedoras de grandes concertos, para poderem prestar algum uso. Acresce, que os dois pretos, encontrado no armazém, pertencem ao Sr. Falcão: estes pretos, já em 1835, tomaram parte mui ativa na insurreição, e consta-nos que muitos outros escravos do Sr. Falcão, foram igualmente cúmplices naquele horrível atentado. Que o fim do roubo era para alguma rusga, parece fora de dúvida, pois que, em vez de seu furtarem vários outros objetos de maior valor, se pretendia tirar somente armamento, e já na alvarenga estava a prova disso. Que os roubadores eram africanos, também assim devemos supor, tanto mais que os encontrados são já azeiros, e vizeiros no ofício da malezada: que rapoza não queria armamento velho e inutilizado para o fogo, nos parece também verossímil. [...] (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 527, p. 1, 07 ago. 1838b)

A autenticidade do evento precisou ser novamente afirmada, pois, dali em diante a cautela conduziu o texto. O público foi confortado de modo ambíguo e o envolvimento de sabinos foi descartado, mas, a participação de africanos confirmada – quer dizer, presumida. Cogitou-se que o extravio malsucedido de armas da fortaleza Jequitaia tinha propósitos insurreccionais, identificando dois escravizados, como envolvidos com o Levante Malê, e seu senhor, como um proprietário reincidente na incapacidade de controlá-los. Logo, para que a “pedagogia” da submissão do escravizado pudesse dar certo, os senhores precisavam ser eficientes na sua condição de proprietários e gestores da sujeição ou da liberdade dos seus cativos.

Finaliza-se assim:

[...] Se combinarmos este fato com os batuques do engenho da Conceição, ainda acharemos mais uma razão de convicção; para quanto dizemos acima. Consta-nos que o Dr. Simões, fora, domingo à meia-noite, com alguma tropa ao engenho da Conceição, e que trouxera alguns pretos amarrados para deles colher algumas notícias mais fundamentada de suas loucas pretensões. Julgamos de tudo isso, que nossas circunstâncias são lastimosas, e que não sabemos, como se consente achar-se depositada, em uma velha e mal segura fortaleza, uma grande porção de armamentos velhos sem um sentinela que o guarde, e que evite essas e outras tentativas, que não pouco assustam aos habitantes desta cidade. Logo se disse por ai, que o nosso Remexido (id est

Hygino) tentava arvorar o estandarte rapozatico em S. Anna, para onde partiu (dizem) o Custodio Bento, sendo ali o ponto de reunião dos fragmentos dispersos da sabinada. Se bem, que nenhum credito nos devam merecer estas notícias, elas todavia chamam sobre si as vistas solícitas do Governo da Província. É mister não desprezar pequenas faíscas que podem bem excitar novos incêndios. Vigilância e atividade é quanto esperamos do Excel. Sr. Thomaz Xavier, que deve (bem acreditamos) corresponder a esperança expectativa dos Baianos e evitar que sobre ele chovam quaisquer acusações, que, para o futuro, se pensam originar da perturbação da ordem pública nesta Província. Por ora nada há a receiar, Bahianos! Continuai tranquilos em vossas diárias ocupações, e confiai nas autoridades que vos regem. O Correio Mercantil não poupará meio algum para descobrir qualquer tentativa, tendente a perturbar a ordem, denunciando-a com tempo ao público, para que sejam devidamente punidos os seus autores. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 527, p. 1, 07 ago. 1838c.)

Os batuques do dia 4 de julho forma relembrados, a dúvida e o rumor continuavam escoltando a narrativa. Fica nítido que os redatores do “Correio Mercantil” queriam conter qualquer tipo de pânico, afinal, o temor precisava ser dosado para estimular sentimentos de angústia no momento que fosse mais adequado aos interesses políticos dos redatores do jornal; mas, os redatores se posicionaram para manter o medo na pauta do dia através da cobrança permanente dos resultados e de um posicionamento firme do chefe de polícia e do presidente provincial. Amedrontava-se com prudência, afinal, a atmosfera insurgente pós-Sabinada e os sentimentos avivados das pessoas, poderiam motivar tumultos, que, rapidamente se converteriam em revoltas. Ao final, amenizava-se qualquer ansiedade, pondo o “Correio Mercantil” como o zelador atento da ordem, em que o público poderia confiar.

Na terceira página do “Correio Mercantil” de 2 de maio de 1838, seus redatores publicaram uma breve nota apelando pelo seguinte:

De novo pedimos a nossa Câmara Municipal queira lançar suas vistas para a ladeira da Preguiça, quase intransitável, cheia de profundas covas, em que talvez sejam sepultados em vida, os que por ela passam, se cada qual não andar (mormente à noite), com olhos bem abertos. Também que é feito da nossa, outrora, sofrível iluminação? Até nisso os diabólicos republicueiros se mostram inimigos da civilização! Mas que?... As trevas somente poderão servir atrair monstros para a perpetração dos seus infames crimes! Andaremos pois as apalpadelas, até que reapareçam os lampiões em freguesias que, dantes, tinham! Paciência, e resignação, pois, sem elas, tudo se perderá sem remédio! (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 455, p. 3, 02 mai. 1838d)

A reclamação vinha carregada de metáforas, artifício comparativo que alimentava o texto e estimulava leituras subjetivas e ambivalentes de um mesmo episódio. Buracos pelo caminho são postos em analogia ao tûmulo dos desatentos, que,

transitavam principalmente à noite pela desalumiada Ladeira da Preguiça – umas das vias de ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, nas proximidades da Igreja da Conceição da Praia, em Salvador. A luz foi usada para simbolizar a ordem e a civilização, a escuridão para denotar as trevas, a anarquia, a desarmonia “republiceira”. Assim, de uma corriqueira reivindicação voltada para problemas com a iluminação pública, rebentava uma irônica apreciação da Sabinada, experiência promovida por – segundo as concepções ofertadas pelos redatores – “monstros”, que, ignorados pela atuação política, foram rebaixados à simples criminosos. A iluminação não viria da novidade, liberal, republicana e federalista, mas, pela conservação da Monarquia constitucional, dos seus valores e concepções políticas e morais.

Em 4 de julho de 1838, o “Correio Mercantil” estampou na capa:

Chamamos a atenção dos Srs. Juizes de Paz sobre a assuada, que, nestes últimos dias, se tem visto no bairro da Piedade, e, segundo nos afiançam, em vários outros pontos da Cidade, em que bandos de moleques, com espantosas voserias, e gritando vivas e morras, se apedrejam mutuamente. Estes ensaios de guerra molecal, além de incômodos ao sossego das famílias, oferecem um exemplo terrível, que cumpre extirpar quanto antes, e é, para esse fim, que nós esperamos das autoridades policiais, algumas providências, das que sumariamente se fazem pelas rondas da polícia. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838d)

Nessa denúncia – sem muito arroteio – o “Correio Mercantil” cobrava das autoridades a repressão de moleques, que praticavam “desordens” em várias partes de Salvador. Não há muitos detalhes na queixa, pois, parece que ela foi composta para ser assim, ágil, como os adolescentes e as crianças que corriam livremente pela cidade, insurgindo-se contra a repressão dos pais, dos mestres de ofício e dos senhores (FRAGA FILHO, 1996). Não eram “bem-nascidos” e as autoridades os tratavam como vadios, perigosos, “exemplo terrível” para outros jovens também pobres e negros, que, como criminosos em potencial, na interpretação dos redatores, precisavam ser educados para respeitar a ordem. O público precisava temer os “moleques” e os redatores precisavam convencê-los a apoiar uma coerção que fosse enérgica e “corrigisse” a tempo uma parte da juventude, que, mais tarde poderiam ser adultos transgressores, subversivos e concretamente ameaçadores aos grupos privilegiados.

4.3 CONCEPÇÕES MORAIS E POLÍTICAS NOS ANÚNCIOS DO “CORREIO MERCANTIL”

Os anúncios nos jornais sempre ocuparam uma posição hierarquicamente ínfima e nas gazetas da primeira metade do século XIX no Brasil esta seção estampava geralmente a última página. No “Correio Mercantil”, no período tratado por esta pesquisa, abril de 1838 a março de 1839, não era diferente, pois, costumava-se anunciar na lauda derradeira das quatro que, mormente formavam o periódico baiano. Entretanto, esse lugar desprivilegiado, geralmente usado para comunicar ao público algum negócio – e isso poderia incluir escravizados –, onde, ainda se ofertavam diversos serviços, inclusive, entretenimento, era constituído por relevante teor, extrapolando o objetivo meramente comercial dos reclames.

Em “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX” (1984)³⁹, Gilberto Freyre destaca:

Com relação ao Brasil, à sua história íntima, ao seu passado antropológico: um passado constantemente projetado sobre o presente e sobre o futuro, os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação de certos aspectos do nosso século XIX. E não só para a interpretação desse período: para o estabelecimento da nossa psicologia em muitos dos seus aspectos gerais ainda obscuros. Para o estudo do desenvolvimento da língua brasileira, por exemplo. No romance e na poesia, só nos livros de autores mais recentes ela vem revelando a espontaneidade e a independência que se encontram nos anúncios de jornais através de todo século XIX”. (FREYRE, 1984, p. 3)

A relevância que Freyre dá aos anúncios dos jornais do Brasil oitocentista fortaleceu as pesquisas e desbravou um dificultoso terreno, hoje não mais tão inóspito, porém, não completamente abrandado, pois, continua sendo material que deve ser utilizado de modo cuidadoso (FREYRE, 1984, p. 16). Por si só, para esse polímata pernambucano tais anúncios, especialmente os que tratavam da escravidão, eram “[...] os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos de expressões brasileiras [...]” (FREYRE, 1984, p. 7). No “Correio Mercantil”, por exemplo, os anúncios revelavam espaço frutífero de incremento de muitas sensações, entre elas, o medo e o fomento de concepções políticas e morais aprovadas pelos jornais; incitava-se, abertamente ou nas

³⁹ A primeira edição é de 1961 e foi resultado de estudos realizados por Gilberto Freyre na década de 1930.

entrelinhas, o que já se fazia em outras seções do periódico: a manutenção da ordem e a preservação da Monarquia.

Quando os anúncios envolviam escravizados, estes poderiam ser africanos de diversas etnias ou nascidos no país – chamados de crioulos no Brasil – e nem sempre suas presenças significavam um negócio, pois, desaparecimentos e fugas também poderiam ser comunicados. Contudo, de modo categórico ou latente, o temor se fazia presente em ambos os casos, e por lá os rumores também incrementavam o texto, tencionando sentimentos vantajosos aos interesses dos redatores do “Correio Mercantil”, entre eles, barrar a rebeldia e frustrar possibilidades de sublevações, fossem elas de natureza republicana ou contrárias à estrutura escravista. Desse modo, os redatores-proprietários alcançavam a página final da sua gazeta fazendo o que faziam desde a capa; promoviam proposições através de uma linguagem escrita e impressa com possibilidades de leituras diversas, desempenhando ações educativas, propagadas, por sua vez, tanto no mundo letrado, quanto no vasto universo das tradições de oralidade de Salvador no final da década de 1830.

Quando nos voltamos para o ponto inicial desta pesquisa, notamos que, somente em 19 de abril 1838, passadas mais de três semanas após a reabertura e a retomada das atividades do “Correio Mercantil”, depois do fim da Sabinada (1837-1838), foi que a evasão de escravizados retornou à seção de anúncios desse periódico. Entre o que foi anunciado nesse exemplar, merece resalto o seguinte:

No dia 15 de Março do corrente, apareceu em casa de Luiz Manoel da Rocha, defronte da Quinta de Guadalupe, um crioulinho escravo de uma família que pertence, e que não sabe especificar, procurando asilo, por ter a mesma família abandonado a casa que habitava, e foi recolhido pela pessoa que guardava a casa do anunciante, que se achava fora da Cidade; e como chegasse, sabendo deste fato, o publica, convidando a pessoa a que o mesmo crioulinho pertence para receber, dando os sinais certos, e pagando as despesas; e declara o anunciante que não se responsabiliza por qualquer extravio, que o mesmo possa ter. Bahia, 14 de Abril de 1838. – Luiz Manoel da Rocha. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838c)

Primeiramente se anunciou um jovem negro escravizado que, separado da família proprietária, certamente, por causa dos meses tumultuados da Sabinada, acabou sendo asilado – e contido – na casa do senhor Luiz Manoel da Rocha, anunciante do “Correio Mercantil”, que, se compromete em devolvê-lo após o requerente confirmar determinadas características e pagar pelos gastos com o mesmo. O descaminho do

mancebo não foi descartado – e o anunciante não se responsabiliza por isso –, fugir era uma possibilidade, visto que, a chegada dele na casa de Luiz Manoel da Rocha foi marcada pelo fato de ignorar ou omitir quem eram seus senhores. Esses detalhes desmantelaram a obviedade do texto, principalmente no que se referia ao destino do garoto e o motivo por tê-lo procurado, porém, o evento expôs o quão plausível era fugir, expondo a vulnerabilidade das famílias proprietárias e o uso da dissimulação como forma de resistência à escravidão. A lição estava dada: fugir não era factível em uma sociedade cujos proprietários se mantivessem alertas; e para que a ordem fosse preservada, essa “simples” conduta não deveria ser menosprezada.

Ainda no mesmo número do jornal dos irmãos Sampaio Vianna e logo abaixo da nota anterior, publicou-se:

No dia 13 do corrente mês, fugiu a Manoel Teixeira d’Azevedo, uma negra por nome Maria, nação Nagô, idade de 18 a 20 anos, cara abocetada, olhos pequenos e vivos, com seis riscos de cada lado da cara, na face direita tem um sinal Jeje, as unhas das mãos ruídas de cozinha, estatura baixa, cheia de corpo, pés curtos e robustos; que a trouxe a casa de seu Senhor, na rua de S. Bento, n. 61, será recompensado. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838d)

Agora a fuga foi declarada, a fugitiva se chamava Maria e, conforme o anúncio, era nagô – como eram chamados os iorubás no Brasil ou como os que chegavam ao país falando iorubá eram intitulados –, mas, ela também trazia no seu rosto escarificações jejes. Há traços fisionômicos e corpóreos, que, resumidos ao rosto, às mãos, aos pés e à sua estatura, expõem características para que os interessados pela recompensa possam identifica-la. Ela também foi apresentada como astuta – seus olhos e olhares são respectivamente “pequenos e vivos” – e, apesar da pouca idade, tratava-se de uma pessoa desgastada pela labuta na cozinha – com as “unhas das mãos ruídas”. O texto foi composto para que se tenha medo de Maria, pois, sem atrativos físicos que sugerisse percepções eróticas, a imagem da mucama africana foi definida não para atrair, mas, para afastar; pede-se prudência, pois, alguém poderia querer acolher a fugitiva e fazê-la sua escravizada. O estímulo para o ensinamento era o temor, delineando-se o acirramento do receio em acolher uma escravizada em fuga, sem atrativo algum que valesse a pena correr o risco.

Ao tratar da escravidão urbana no Rio de Janeiro, capital do Império, e das fugas de escravizados na Corte, Flávio dos Santos Gomes, no artigo “Jogando a Rede,

Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista”, fez uso do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, para destacar:

As fugas eram frequentes e podiam ser temporárias. Alguns cativos passavam determinado tempo evadidos e depois retornavam a casa dos seus senhores. Se alguns escravos podiam fugir temporariamente porque receavam, por exemplo, serem castigados, outros podiam planejar fugas definitivas para bem longe do domínio senhorial. Outros ainda talvez fugissem para reencontrar parentes e/ou ir atrás de antigos senhores (Machado chama atenção para a prática do ‘apadrinhamento’). Quiçá, alguns cativos podem ter evadido apenas durante um final de semana, procurando ‘respirar’ um pouco de ‘liberdade’. A escrava do conto de Machado – Arminda, uma mulata – estava grávida quando evadiu-se. Quem sabe não era sua intenção permanecer escondida durante a gestação de seu filho. Esta ideia de previsibilidade das fugas nos mundos da escravidão permite-nos pensar também de que modo estas fugas podem ser analisadas no contexto das relações entre senhores e escravos. (GOMES, 1996, p. 3)

Logo, a fuga ou possibilidade dela poderia significar – para o Rio de Janeiro ou para Salvador – algo muito mais amplo e complexo do que a simples evasão – sem rumo e em busca de uma liberdade sem escopo. Fugir envolvia os mais variados objetivos e circunstâncias, múltiplas relações com o mundo escravista e a transmissão de percepções políticas e morais que, por conseguinte, poderiam estar nas linhas e nas entrelinhas dos anúncios.

Muitas vezes, um anúncio elementar, como o que “Correio Mercantil” estampou em 16 de agosto de 1838, poderia dizer muitos mais do estava expresso:

No fim de outubro p. p. fugiu a Jacinto Alves de Mattos, um seu escravo de nome Manoel, nação Jeje, idade 40 a 50 anos, baixo, grosso, barba serrada e já pintada de branco, tem um inchaço no pescoço que o faz trazer a cabeça pensa a um lado: foi escravo por muitos anos na cidade da Cachoeira, é muito ladino, e muito negociador, consta andar negociando com toucinho, com título de se forro, quem o pegar e levar a seu senhor nos armazéns de Pedro Ricardo ao cais Dourado, terá de gratificação 30\$. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 533, p. 4, 16 ago. 1838)

A gravidade dessa fuga – um escape aparentemente rotineiro – está no fato de Manoel ser um africano ladino, ou seja, um bom falante da língua portuguesa, homem experiente, com circulação fora de Salvador, provavelmente, muito bem articulado e que se dizia liberto. Ele era um negociante, lidava com a venda de toucinho, afrontava o mundo escravista ao fugir e o mundo mercantil da cidade ao mercar, ousava e, mesmo fisicamente deformado – por brigas ou castigos – transgredia e se comunicava bem, logo, uma péssima influência e estímulo – aos olhos dos senhores e das autoridades – para outros escravizados. Os leitores – fossem letrados ou não – deveriam aprender que

o comportamento de um escravizado, em certa medida, livre, poderia ser ameaçador à ordem e desmoralizar seu senhor, que, por não o manter dentro dos limites – diga-se de passagem, flexíveis da escravidão urbana – estaria sendo incompetente e incapaz de reter um cativo sob sua tutela e sob seu controle.

Os textos que compunham os anúncios não eram de autoria dos redatores do “Correio Mercantil”, mas, sua vinculação consentida incorporava as concepções de João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna, pois, o anúncio de uma fuga era também uma denúncia, entretanto, não eram mais conspirações ou a articulação de revoltas que estavam em jogo, afinal, agora o comprometimento da ordem e a subversão chegavam por uma ação previsível e rotineira: a fuga. Contudo, o medo também estava lá, ilustrando de várias formas a nota e o sentido educativo dela, às vezes, pela aparência física do fugitivo, cujas letras desenhavam-na como grotesca, repugnante e riscosa – um alguém para se manter distante, não confiar, nem acolher, mas, também não ignorar e nem deixar a solta –, em outros ocasiões, pelo comportamento em sociedade, cuja conduta ultrapassaria as questões morais defendidas pelos irmãos Sampaio Vianna, adentrando nas representações políticas provocadas pela fuga; entre elas, a exposição da fragilidade gestora do senhor e a perversão da ordem escravista.

Em alguns momentos, com sinceridade ou como se estivessem querendo camuflar a fuga, os anúncios poderiam ser encabeçados por outras expressões: o mais comum era se utilizar o termo “desaparecimento”. No “Correio Mercantil” de 7 de fevereiro de 1839 anunciou-se:

Desapareceu a Manoel José de Almeida uma escrava crioula de nome Felicidade, idade 18 anos, estatura proporcionada algum tanto gorda, cara redonda, tendo em um lado da boca um dente quebrado, assim como também lhe desapareceu um negro de nome Caetano, nação monjolo, tendo idade quarenta e tantos anos, estatura baixa, cheio de corpo, cara redonda, pés proporcionados, quem os descobrir, e levar a sua casa ao Rosário de João Pereira, ou na Cidade Baixa, na Loja de Manoel Caetano da Silva será recompensado de seu trabalho. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 31, p. 4, 07 fev. 1839)

Dois desaparecimentos, que, ao estamparem o anúncio de um periódico impresso, poderiam remeter tanto à ausência inexplicável, como à evasão propriamente dita. O ato de fugir – apesar de presumível – incitava a desordem, sugeria a incapacidade senhorial de manter o escravizado sob seu controle e o expunha publicamente – aos seus pares, às autoridades e à sociedade de modo geral. Logo,

divulgar o evento como um desaparecimento era a chance que o senhor tinha em mãos de se isentar da responsabilidade, um argumento funcional que evitava a explicação e ofertava aos leitores algo inverossímil e também angustiante, afinal, o escravizado desaparecido tornava-se, nessa preleção, um personagem ambíguo de uma trama também dúbia.

Um desaparecimento poderia também ilustrar anúncios bem curiosos:

Desapareceu do poder do abaixo assinado no dia 19 do corrente, uma africana livre, de nome Lia, nação jeje, com sinais seguintes: cor preta, cabeça e cara pequena, corpo regular sem marca, tem sinais grossos no meio da testa e faces; levou vestida camisa de madrastra, saia de campo azul com flores amarelas, e pano da Costa inglês bastante usado. Joaquim Antonio Dias. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 45, p. 4, 26 fev. 1839)

Lia poderia não ser escravizada, mas, era negra, africana, e caminhava na tênue linha que separava escravidão e liberdade para africanos e crioulos no Brasil na primeira metade do século XIX. De “corpo regular”, era livre, contudo, segundo o anúncio, encontrava-se sob o poder de um senhor, que, poderia ser seu patrão ou com ela manter um concubinato, por exemplo. Apesar de evadida, não era “fugida”, não poderia ser, por isso, a versão foi de desaparecimento – ação envolta por circunstâncias ocultadas – e motivos não são revelados. A “desaparecida” não foi descrita do modo trivial, para um comunicado de fuga dissimulado como desaparecimento, salvo os “sinais grossos no meio da testa e faces” – as escarificações étnicas –, no mais, o texto é leve, não chega a revelar a africana como atraente, como nos anúncios de venda de escravizadas, onde, peitos em pé, corpos bem feitos e pés pequenos eram descritos para erotizá-las e motivar a compra (FREYRE, 1984, p. 39). A imagem que brota do anúncio não amedronta, mas, Joaquim Antonio Dias anunciou de modo enfático, orientando o público a concebê-lo como detentor do poder sobre alguém, talvez, quisesse evitar que outro senhor acolhesse a africana.

Para se afastar da ocorrência da fuga, usava-se também nos anúncios o termo “furto” e seus derivados. Em 8 de março de 1839, por exemplo, o “Correio Mercantil” comunicou:

Fugiu ou furtaram no dia 5 de outubro p.p., a Estevão Vaz Carvalho, um seu escravo de nome Manoel, nação Nagô, cor bastante preta, representa ter de idade 22 a 24 anos, e tem os sinais da dita nação, e de Tapa, e algumas marcas de bexigas no rosto, mormente em cima do nariz, tem a boca pequena, e uma velide no olho esquerdo, do qual nada vê: levou vestido camisa de estopa, calça de pano da Costa, ou ceroula de algodão, e carapuça

vermelha; quem dele souber e o entregar a seu senhor, na sua loja a cidade baixa, receberá 50\$ rs. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 54, p. 4, 08 mar. 1839)

O anúncio era fotográfico e revelador, pois, traços físicos e fisionômicos delineiam – em síntese, mas, com precisão – os indícios da deterioração promovida pela vida diária e pelo cotidiano de um escravizado. Manoel, apesar de não ser tão velho, mesmo para um escravizado, era cego de um olho e tinha o rosto marcado por cicatrizes de varíola, sinais, que, juntamente com as escarificações, ajudavam na sua identificação e captura. Todavia, Manoel poderia ter sido furtado – prática comum na época – e já ter sido vendido, ou evadido para trocar de senhor, poderia não estar mais na cidade ou na província, poderia nem estar mais vivo. Por precaução, a expressão “fugiu” vem acompanhada de “furtaram” e, assim como o “desapareceu”, não emerge sem motivos, sua existência no texto não é acidental, tão pouco, pode ser naturalizada. A projeção do furto foi posta pedagogicamente para eximir o senhor e, no mínimo, amenizar sua incapacidade de gerir com perícia a rotina de um escravizado; a usurpação poderia ser humilhante, um prejuízo financeiro, mas, algo bem menos avassalador para a imagem de um escravocrata.

Nos anúncios, expressões mais amenas poderiam ser utilizadas e circunstâncias curiosas, algumas vezes, compunham o texto. Como uma fuga em massa, que ao ser comunicada, não reivindicava a captura dos escravizados em troca de alguma recompensa, mas, ofertava trabalho remunerado para livres que quisessem substituir a mão de obra evadida:

Tendo se ausentado do engenho S. Gonçalo, 10 escravos pertencentes ao casal da finada viúva a Srs. D. Luiza Roza de Gouvêa Portugal, mãe do anunciante, todos eles do laboratório do mesmo engenho, como fossem caldeiros, taixeiros, carreiros, e moedeiros; cujo acontecimento teve lugar na madrugada de 3 de Setembro p.p., e não tendo regressado até hoje, tem deixado de moer o sobredito engenho, com grande perda dos herdeiros do mesmo casal; e para evitar que continue esse prejuízo, do qual recai o anunciante a maior parte; convida pessoas livres, que se queiram engalar para semelhantes ofícios, queiram aparecer no referido engenho a tratarem com o anunciante abaixo assinado, que promete boa soldada. Engenho de S. Gonçalo, 3 de outubro de 1838. – José Maria Gouvea Portugal. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 574, p. 4, 09 out. 1838)

Não se falava em fuga ou furto, os dez escravizados, na versão do anunciante, apenas se ausentaram, saíram do engenho e um mês depois ainda não tinham retornado – a situação e o tratamento dado pelo proprietário são excêntricos. A falta anunciada

não era a grande preocupação apontada no texto, mas, sim o prejuízo causado pela evasão, afinal, a manufatura dependia da mão de obra “ausentada” e, com urgência, precisava-se de trabalhadores que ocupassem o hiato deixado pelos escravizados. Ao longo do texto a responsabilidade senhorial evaporou-se através de um argumento desviante. O perigo da fuga em massa não mais existia, a ameaça do dano financeiro suplantava – mas, não abafava – a gravidade da fuga, como se José Maria Gouveia Portugal quisesse que o público ponderasse entre a evasão de escravizados e a falência de um engenho local. O modo continuou lá, porém, as atenções foram deslocadas para um assunto mercantil.

Nos anúncios de fugas – de desaparecimentos, de furtos e de ausências – o medo era declarado, subtendido ou negado, entretanto, o sentido dado a ele era distinto ao que se verificava nas denúncias. Os redatores do “Correio Mercantil” procuravam amedrontar com objetivos bem específicos – fazer valer suas concepções políticas e morais – valores em prol da ordem e do Estado monárquico – entre o público; cada seção do jornal, em que o teor da comunicação envolvia eventos compreendidos pelos irmãos Sampaio Vianna como perigosos para Salvador, trazia peculiaridades de um texto composto para transmitir percepções e não simplesmente informar.

Já nos anúncios de compra, venda e aluguel de escravizados os atributos físicos e comportamentais descritos eram, obviamente, bem distintos do que se dizia quando se comunicava a fuga, mas, um aspecto significativo sempre estava presente: a animalização. Em 16 de novembro de 1838, o “Correio Mercantil” anuncia que “[...] Batista e Irmão comprem para uma senhora nesta Cidade, uma escrava moça sem defeitos, que saiba lavar bem e que tenha uma cria de ano para menos” (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 606, p. 4, 16 nov. 1838). Nesses tipos de anúncios os defeitos desapareciam, mas, a terminologia poderia ser incisiva, bestializando o escravizado almejado, que, nas exigências expostas anteriormente, deveria ter uma “cria” – e não um filho – com um ano ou menos, muito provavelmente para servir de ama de leite dentro da própria família ou ao ganho. Outras vezes, um anúncio poderia trazer termos que, sem problema, ajudariam a vender ou alugar um escravizado, como, por exemplo, “boa figura”, “bastante gorda”, “sem manha alguma”, “de muito bom

corpo”, “de bonita cor”, porém, nesse caso, retirados de uma oferta de venda de uma mula:

Quem quiser comprar uma mula muito boa de passo, boa figura, bastante gorda, e sem manha alguma, de muito bom corpo, e bonita cor, fale com José Coelho Moreira de Souza, com escritório por cima dos Arcos de S. Bárbara. (CORREIO MERCANTIL, Salvador, n. 631, p. 4, 19 dez. 1838a)

Características que confunde, pois, se a palavra “mula” fosse omitida ou estivesse com alguma rasura sobre ela, levaria um leitor mais imprudente a achar que se tratava de um escravizado; desumanizava-se o negro na condição de cativo expondo-o com peculiaridades comuns aos anúncios de compra, venda e aluguel de animais de tração.

Através desse tipo de anúncio tentava-se educar em nome dos interesses de determinados grupos sociais, forjando-se um conteúdo para o jornal, que ao ser lido – nas inúmeras possibilidades de leituras da época – poderia fazer com que ideias circulassem nos mais variados espaços – de oposição ou apoio. A relativa profusão de anúncios de fuga pelos jornais oitocentistas servia para expor a vulnerabilidade da estrutura escravista – especialmente se tratando de escravidão urbana –, mas, evidenciava-se também o alerta, a prontidão, o investimento na inibição e na dissuasão, pelo menos, parcial das evasões de escravizados. Para os redatores do “Correio Mercantil”, o ato de fugir não poderia ser epidêmico e desgovernado, não deveria estimular o pânico, mas, subestimá-lo seria fatal. Não se poderia escrever somente aos letrados e intelectuais, noticiava-se aos não letrados e, inclusive, aos escravizados – costumeiros ou não na prática da fuga.

Em “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”, de Lilia Schwarcz, é dito:

O jornal é eficaz, então, porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. (SCHWARCZ, 1987, p. 248)

A imprensa periódica tornou-se ao longo do século XIX detentora de verdades inquestionáveis, um instrumento extremamente útil ao ser usado em defesa de versões e que, isento de explicações, garante a circulação e, muitas vezes, a consolidação de concepções pela repetição diária de ideias.

A existência de uma recompensa pela captura e a devolução do escravizado ao seu senhor, estampada geralmente ao final dos anúncios, deixava muitas pessoas atentas ao cotidiano de fuga da escravidão urbana. Em “Pai contra mãe”, assim diz Machado de Assis:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia da gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: ‘gratificar-se-á generosamente’, - ou ‘receberá uma boa gratificação’. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoitasse.

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo: a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem. (ROCHA, 2008, p. 180)

Em um espaço reservado para os negócios rotineiros da cidade, a fuga era comunicada e aquilo que para o evadido poderia representar um ato de resistência – nomenclatura usada pela legislação da época⁴⁰ –, para outros poderia significar a chance de se ganhar dinheiro, “caçando”, capturando e devolvendo o escravizado ao seu senhor ou a um intermediário. No “Correio Mercantil”, os redatores não punham o público em nenhum dilema “machadiano”, pelo contrário, a parcialidade deles deixava nítido que percepções possuíam e que opiniões queriam construir, e para isso, dão seu recado também aos escravizados – e aos negros em geral de Salvador. Queriam deixar nítido que fugir – mesmo sendo verossímil à escravidão – não era uma prática tão simples e acessível a todos. Pelo menos, era essa a recomendação que esperavam que acreditassem, era a mensagem que os redatores “Correio Mercantil” vendiam como verdades que eram veiculadas como notícias entre os mundos das letras e das tradições de oralidade. Mesmo nas entrelinhas de um sucinto anúncio de fuga, João Antonio e Luiz Antonio de Sampaio Vianna esforçam-se para lapidar quem lesse seu jornal ou quem, de alguma forma, tivesse contato com as notícias vinculadas por ele.

⁴⁰ No Capítulo V, Art. 116, do Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830, é entendido como resistência “Opor-se a alguém de qualquer modo com força à execução das ordens legais das autoridades competentes”. Ver: Brasil. Código Criminal (1830). **Código Criminal do Império do Brasil**. Primeira Parte. Rio de Janeiro. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 16 de Dezembro de 1830. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>.

Machado de Assis, em um artigo intitulado “O Jornal e o Livro”, publicado no periódico carioca “Correio Mercantil” – homônimo da gazeta baiana objeto e fonte principal desta pesquisa –, destaca:

[...] O jornal é a verdadeira fórmula da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

O jornal apareceu, trazendo em si o germe de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social. [...] (CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, n.10, p. 1, 10 jan. 1859)

A imprensa, novidade do começo do século XIX no Brasil e na Bahia, não demorou muito para ocupar a condição de protagonista no mundo das letras, notoriedade até então pertencente ao livro, foi um lugar que permitiu ao jornal, por exemplo, alcançar em pouco tempo um público expressivo, mas, não meramente definido por leitores diretos do que era impresso e veiculado, pois, muito do que se produzia e do que se reproduzia dependia também dos circuitos de comunicação das tradições orais e das formas que percorriam por esse caminho, sempre desdobrando-se em outras leituras. A “arte-rei”, como Machado de Assis definiu a imprensa, popularizou-se, mesmo entre maioria não letrada – regra ao longo dos oitocentos – e tais aspectos foram determinantes para que os periódicos assumissem o papel de agentes de educação e engajados transmissores de valores culturais (PALLARES-BURKE, 1998, p. 158). Desse modo, em Salvador, entre 2 de abril de 1838 e 16 de março de 1839, o “Correio Mercantil” procedeu e seus redatores – no espaço de tempo coberto por esta pesquisa – não foram somente gazeteiros, escritores públicos ou jornalistas, visto que sempre que trouxeram à tona suas concepções morais, políticas e posicionaram-se em defesa de grupos sociais – comerciantes, negociantes, proprietários, funcionários público e titulares – e contrários a determinados projetos de poder – republicano, federalista, liberal revolucionário e antiescravista –, engataram sentido educativo a tudo que foi possível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do jornal “Correio Mercantil”, João Antonio de Sampaio Vianna e Luiz Antonio de Sampaio Vianna – proprietários e redatores desse importante periódico da Bahia da primeira metade do século XIX – produziram, reproduziram e fizeram circular em Salvador no final da década de 1830 concepções morais e políticas em defesa da ordem e do Estado monárquico, assim, combateram tudo que consideravam perigoso, mas, não o fizeram apenas como jornalistas e para noticiar a rotina da cidade, por exemplo, atuaram também como agentes de educação em uma sociedade ainda carente de escolas e de outras instituições que se dedicassem ao “ensino” ou à propalação de concepções de educação.

Todavia, as ações educativas dos irmãos Sampaio Vianna não tiveram como função somente suprir a lacuna escolar em Salvador. Com suas preferências morais e suas ambições políticas – calçadas pelo repúdio à república, ao federalismo, ao liberalismo revolucionário e à ousadia dos escravizados –, estavam sempre apostos a resistir contra projetos de poder que interpretavam como audaciosos e arriscados à estrutura: sabinos, africanos – malês ou não –, entre outros riscos potenciais, eram implacavelmente combatidos.

Nesta pesquisa tratamos do sentido educativo do “Correio Mercantil” e de como essa gazeta propagou na capital da província da Bahia percepções alinhadas com os interesses de comerciantes, negociantes, funcionários públicos, proprietários e titulares, voltando-se para um público que exercia a leitura, porém, adentrando também nas tradições orais da cidade, para servi-la com suas referências e valores em nome dos resguardo da ordem e da Monarquia, que desejavam ainda que fossem assimilados e seguidos por outros grupos sociais.

Assim, utilizando o “Correio Mercantil”, como mídia, produziu-se e colocou-se em circulação proposições – monarquistas e ordeiras – de luta contra tudo e todos que fossem conjecturados como ameaças públicas, vinculando, desse modo, uma cultura impressa em nome de ditames que inibissem ou neutralizassem os perigos oriundos de sublevações repercutidas, inclusive, para fora de Salvador, ou anulassem as subversões rotineiras. Os redatores não estavam preocupados com sensações ou com a segurança da

população de Salvador, queriam defender o projeto de poder que acreditavam, desejavam manter as coisas nos seus devidos lugares, preservando privilégios ou facilitando possibilidades de ascensão política para si mesmos.

Os irmãos Sampaio Vianna empenharam-se em buscar visibilidade e, como agentes de uma educação, investiram intensamente na produção de versões particulares de qualquer movimento da cidade que eles atribuíam possibilidades de ameaça às suas concepções políticas e morais, notadamente, acontecimentos urbanos manifestados na forma de boatos, disse-me-disse e especulações que representavam concepções ideológicas, projetos de regime político, festas, batuques de atabaques, cerimônias religiosas que conotavam como ameaçadores.

Nesse “campo de forças”, para usar uma expressão de Raymond Williams (1979), a estratégia era focar na produção de uma narrativa que, de um lado desqualificava e provocava o medo aos projetos, ideias e práticas que apontavam como temerosas – a república e o federalismo, por exemplo –, e, por outro lado buscavam mediante um tipo de educação, divulgar concepções políticas e morais que representavam seus valores e modos de viver para toda a sociedade – firmado pela ordem de um Estado monárquico centralizado. Talvez para assegurar o projeto político ideológico que defendia, precisasse da formação de leitores de textos impressos, seja para compreender os sentidos e significados das mensagens impressas, seja pela publicação oral dos conteúdos e mensagens transmitidas em leituras públicas em voz alta e irradiadas de várias formas, especialmente, para o público que integrava as tradições de oralidade de Salvador. Nesse sentido, os redatores do “Correio Mercantil” souberam aproveitar duas características recorrentes da imprensa periódica brasileira do século XIX: o uso em demasia do boato como artifício e a promoção do medo como estímulos cruciais para angustiar e fascinar os variados leitores.

Munidos das desconfianças do dia-a-dia acerca dos sabinos e dos africanos – protagonistas de duas significativas sublevações da década de 1830 –, todavia, também providos de inquietações costumeiras, porém, não menos incertas e formadas pela expressiva presença negra entre os que habitavam e transitavam por Salvador, os irmãos Sampaio Vianna aplicaram-se em manter as coisas nos seus devidos lugares. Os redatores do “Correio Mercantil” desejam uma sociedade varrida de tudo que

atravancasse a possibilidade de um futuro ordeiro, e para isso ser posto em prática, determinadas ideias necessitavam serem aniquiladas, alguns sentimentos precisavam desaparecer, certos sujeitos careciam de ser enquadrados, afinal, a Monarquia para eles não poderia curvar-se diante de um liberalismo revolucionário e de um ideário democrático, libertário, republicano e federalista.

Pelas narrativas publicadas no dia-a-dia do jornal, seus redatores tanto estimulavam as desconfianças cotidianas sobre os sabinos e os africanos – protagonistas de duas significativas sublevações da década de 1830 –, como promoviam incertezas e inquietações costumeiras, ativando recordações de festas, hábitos costumeiros da expressiva presença negra, marcante entre os habitantes de Salvador. Ao que parece, os irmãos Sampaio Vianna alimentavam essa tensão com o propósito de manter as coisas estáveis, ou seja, assegurar e sustentar suas posições nos lugares de poder, desejavam uma sociedade em ordem e projetavam tempos mais seguros para si e para os seus.

FONTES

BRASIL. Código Criminal (1830). Código Criminal do Império do Brasil. Primeira Parte. Rio de Janeiro. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 16 de dezembro de 1830. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro. Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. Casa Civil, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>.

BRASIL. Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Governo do Estado da Bahia. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Disponível em: <<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/arquivos/File/lhdt/lhdt.html>>.

CALMON, Francisco Marques de Goes. **Vida econômico-financeira da Bahia:** elementos para a história de 1808-1889. Salvador: Fundação de Pesquisa (CPE) / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia, 1979.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da imprensa da Bahia:** 1º centenário (1811-1911). 2ª Edição. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

DICIONÁRIO POLÍTICO: Marxists Internet Archiv. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/holbach_paul.htm>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Diretoria de Bibliotecas Públicas. Almanaque civil, político e comercial da Cidade da Bahia para o ano de 1845. Edição fac-similar. Salvador: A Fundação, 1998.

HOHLFELDT, Antonio; SOUSA, Jorge Pedro; LOURIVAL, João. **Uma descrição de Porto Alegre n' O Panorama (1843).** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. N.º 146, 2012.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Quadro Social: sócios falecidos. Disponível em: < <https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/falecidos/falecidos-brasileiros.html>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL: Monumentos do Município do Salvador – Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia / IPAC-BA, v. 1, 1975.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LOS RIOS, Adolfo Morales de. Planta da cidade de São Salvador, capital do Estado Federado da Bahia. 1894. Disponível em < <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/36225>>. Acesso em 12 Jul. de 2017.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário de Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. In: BRASIL. Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Biblioteca Mindlin. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

PORTAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

JORNAIS PESQUISADOS
CORREIO MERCANTIL, Salvador, s/n, p. 2, 10 dez. 1836.
_____, Salvador, n. 434, p. 1, 02 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 434, p. 2, 02 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 434, p. 1, 02 abr. 1838c.
_____, Salvador, n. 434, p. 3, 02 abr. 1838d.
_____, Salvador, n. 434, pp. 2-3, 02 abr. 1838e.
_____, Salvador, n. 434, pp. 2-3, 02 abr. 1838f.
_____, Salvador, n. 435, p. 2, 03 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 435, pp. 2-3, 03 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 436, p. 4, 04 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 436, pp. 3-4, 04 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 436, p. 1, 04 abr. 1838c.
_____, Salvador, n. 438, p. 3, 06 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 438, p. 4, 06 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 438, p. 2, 06 abr. 1838c.

_____, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838c.
_____, Salvador, n. 445, p. 4, 19 abr. 1838d.
_____, Salvador, n. 451, p. 2, 26 abr. 1838.
_____, Salvador, n. 452, p. 2, 27 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 452, p. 4, 27 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 452, p. 4, 27 abr. 1838c.
_____, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838a.
_____, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838b.
_____, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838c.
_____, Salvador, n. 454, p. 1, 30 abr. 1838d.
_____, Salvador, n. 454, p. 2, 30 abr. 1838e.
_____, Salvador, n. 454, p. 2, 30 abr. 1838f.
_____, Salvador, n. 454, p. 3, 30 abr. 1838g.
_____, Salvador, n. 455, p. 1, 02 mai. 1838a.
_____, Salvador, n. 455, pp. 2-3, 02 mai. 1838b.
_____, Salvador, n. 455, p. 3, 02 mai. 1838c.
_____, Salvador, n. 455, p. 3, 02 mai. 1838d.
_____, Salvador, n. 461, p. 2, 10 mai. 1838.
_____, Salvador, n. 463, p. 1, 12 mai. 1838.
_____, Salvador, n. 467, p. 1, 17 mai. 1838a.
_____, Salvador, n. 467, p. 2, 17 mai. 1838b.
_____, Salvador, n. 480, p. 1, 02 jun. 1838a.
_____, Salvador, n. 480, p. 1, 02 jun. 1838b.
_____, Salvador, n. 482, p. 4, 07 jun. 1838a.
_____, Salvador, n. 482, p. 1, 07 jun. 1838b.
_____, Salvador, n. 485, p. 4, 11 jun. 1838.
_____, Salvador, n. 489, p. 3, 18 jun. 1838.
_____, Salvador, n. 499, p. 1, 03 jul. 1838.

_____, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838a.
_____, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838b.
_____, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838c.
_____, Salvador, n. 500, p. 1, 04 jul. 1838d.
_____, Salvador, n. 501, p. 1, 05 jul. 1838.
_____, Salvador, n. 518, p. 1, 26 jul. 1838.
_____, Salvador, n. 520, p. 4, 28 jul. 1838.
_____, Salvador, n. 523, p. 1, 02 ago. 1838.
_____, Salvador, n. 527, p. 1, 07 ago. 1838a.
_____, Salvador, n. 527, p. 1, 07 ago. 1838b.
_____, Salvador, n. 527, p. 1, 07 ago. 1838c.
_____, Salvador, n. 529, p. 4, 09 ago. 1838.
_____, Salvador, n. 531, p. 1, 13 ago. 1838a.
_____, Salvador, n. 531, p. 2, 13 ago. 1838b.
_____, Salvador, n. 533, p. 4, 16 ago. 1838.
_____, Salvador, n. 536, p. 4, 20 ago. 1838.
_____, Salvador, n. 537, p. 1, 21 ago. 1838a.
_____, Salvador, n. 537, p. 1, 21 ago. 1838b.
_____, Salvador, n. 539, p. 1, 23 ago. 1838a.
_____, Salvador, n. 539, p. 1, 23 ago. 1838b.
_____, Salvador, n. 539, p. 1, 23 ago. 1838c.
_____, Salvador, n. 546, p. 1, 01 set. 1838.
_____, Salvador, n. 551, p. 1, 07 set. 1838a.
_____, Salvador, n. 551, p. 1, 07 set. 1838b.
_____, Salvador, n. 574, p. 4, 09 out. 1838.
_____, Salvador, n. 576, p. 4, 11 out. 1838a.
_____, Salvador, n. 576, p. 4, 11 out. 1838b.
_____, Salvador, n. 578, p. 4, 13 out. 1838.
_____, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838a.
_____, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838b.

_____, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838c.
_____, Salvador, n. 598, p. 1, 07 nov. 1838d.
_____, Salvador, n. 606, p. 4, 16 nov. 1838.
_____, Salvador, n. 631, p. 4, 19 dez. 1838a.
_____, Salvador, n. 1, p. 1, 02 jan. 1839.
_____, Salvador, n. 3, p. 2, 04 jan. 1839.
_____, Salvador, n. 4, p. 1, 05 jan. 1839.
_____, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839a.
_____, Salvador, n. 5, pp. 1-2, 07 jan. 1839b.
_____, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839c.
_____, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839d.
_____, Salvador, n. 5, p. 2, 07 jan. 1839e.
_____, Salvador, n. 8, p. 3, 10 jan. 1839.
_____, Salvador, n. 14, p. 3, 17 jan. 1839.
_____, Salvador, n. 31, p. 4, 07 fev. 1839.
_____, Salvador, n. 45, p. 4, 26 fev. 1839.
_____, Salvador, n. 54, p. 4, 08 mar. 1839.
_____, Salvador, n. 61, p. 1, 16 mar. 1839.
_____, Salvador, n. 43, p. 1, 26 fev. 1841.
CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, n.10, p. 1, 10 jan. 1859.
O CARAPUCEIRO, Recife, n. 1, p. 1, 17 jan. 1838.
O FUTURO ATRAVEZ DOS FACTOS, Salvador, n. 1, p. 1, 25 dez. 1878.
NOVO DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 122, p. 2, 20 dez. 1837.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atividade Legislativa: Legislação.
Disponível em < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/senadores/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=122266>.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1890.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Braz do. **A Sabinada**: história da Revolta da Cidade da Bahia em 1837. Bahia: Tipographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1909.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia**: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850. Salvador: EDUFBA, 2009.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.
- BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895.
- _____. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol. III. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895.
- _____. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol. VI. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRITO, Gilmário Moreira. **Culturas e linguagens em folhetos religiosos do Nordeste**: inter-relações escritura, oralidade, gestualidade, visualidade. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____, Gilmário Moreira. **Pau de Colher na letra e na voz**. São Paulo: EDUC, 1999.
- BRITO, Luciana da Cruz. **Sob o rigor da Lei**: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841). 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.
- CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Muito volantes e poucos eleitores**: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). *Varia Historia*. Belo Horizonte, VOL. 30, N.º 52, Jan/Abr 2014. p. 183-206.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo, VOL. 05, N.º 11, 1991. P. 173-191.

CINQUE, Fernanda Regina. A ação educativa do jornal Correio Braziliense no processo de independência do Brasil. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa (Org.). **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: Eduem, 2012.

DARTON, Robert. **Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONSECA, Paloma Siqueira. Presos ao mar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. 6 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/presos-ao-mar>>. Acesso em: 2 out. 2016.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigo, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Rio de Janeiro: CBBA/Propeg, 1984.

GOMES, Flávio dos Santos. **Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista**. Tempo. Rio de Janeiro, VOL. 1, 1996.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e Direito Civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. São Paulo: Editora Record, 2002.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **Antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2015.

LÍBANOS, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio dos Santos. **“Com o Pé sobre um Vulcão”**: Africanos Minas, Identities e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. ANO 23, N.º 2, 2001.

LIMA, Marta Maria Leoni. **A Escola Normal da Bahia: o modelo francês em terra tropical no século XIX**. In: SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antonio Roberto Seixas da (Org.). *Escolas Normais da Bahia: olhares e abordagens*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2002.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MACHADO DE ASSIS, José Maria. **O jornal e o livro**. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macrl3.pdf>>. Acesso em 28 de fev. 2017.

MARQUES, Ana Maria dos Santos. **Alexandre Herculano**. Disponível em <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/alexandre-herculano.html#.WKT9jTjUI3x>>. Acesso em 15 Jul. 2017.

MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila. Lapidário de si: Antonio Pereira Rebouças e a escrita de si. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo et al. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **A nossa vendéia**: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

NEGRÃO, Alessandra Pellegrino. **Revolta, tráfico e escravidão no “Correio Mercantil”**: Salvador, 1836-1849. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX**. Cadernos de Pesquisa – Fundação Getúlio Vargas. N.º 104, 1998.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. Revista USP, N.º 18, 1993.

_____, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Contos de Machado de Assis**. V. 5: política e escravidão. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A Escola Normal na Província da Bahia.** Disponível em < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/10.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2016.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo / Rio de Janeiro: Imaginário / Achiamé, 2002.

SANTANNA, Adriene. **Miguel do Sacramento Lopes Gama e o jornal O Carapuceiro (1832-1842): debate educativo, político e social na imprensa pernambucana no século XIX.** 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, 2013.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. **O medo contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões.** Psicologia, Ciência e Profissão, N.º 23 (2), 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil.** Salvador: EDUFBA, 2011.

SISMONDI, J. C. L. Simonde de. **Études sur les constitutions des peuples libres.** Bruxelas: Societé Typographique Belge. 1839. p. 65. Disponível em:< <https://books.google.com.br/books?id=u-Maz9VrBjUC&pg=PA65&lpg=PA65&dq#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 2 out. 2016.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Revista Afro-Ásia.** N.º 17, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia (1870-1890).** 400 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2006.

SOUZA, Paulo César de. **A Sabinada: a revolta separatista da Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de e SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar Skalinski. **A imprensa periódica como fonte para a História da Educação**: teoria e método. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, N°. 48, Dez. 2012.

VIANNA FILHO, Luiz. **Sabinada**: (a república bahiana de 1837). Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Mattos, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.